

Demonstrações financeiras 2022



GRUPO
CARREFOUR
BRASIL



BIG

BIG
bompreço

Carrefour



Carrefour

carrefour
property



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



GRUPO CARREFOUR BRASIL

Demonstrações financeiras

2022

Mensagem do Presidente

2022 foi um ano marcante para o **Grupo Carrefour Brasil** com a bem-sucedida integração do **Grupo BIG**, consolidando nossa posição de liderança no varejo brasileiro. As conversões de lojas estão à frente do planejado e as lojas convertidas estão entregando aumentos de vendas encorajadores, demonstrando a expertise do **Grupo Carrefour Brasil** e a força de seu modelo e nosso propósito de levar alimentos acessíveis e de qualidade à população brasileira. No ano passado, também fortalecemos ainda mais o ecossistema do **Grupo Carrefour Brasil**, com expansão acelerada de lojas, nosso surgimento como líder no e-commerce brasileiro de alimentos e inovação contínua em serviços financeiros com o lançamento do cartão de crédito **Sam's Club**.

O **Grupo** apresentou um desempenho muito forte tanto no ano como no quarto trimestre, evidenciado por fortes ganhos de marketshare. **Atacadão** e **Carrefour Varejo** registraram crescimento de dois dígitos em vendas comparáveis e lucratividade sólida, o **Sam's Club** apresentou melhorias sólidas desde a integração e o **Banco Carrefour** continuou a aumentar seu faturamento, portfólio e resultados. Além disso reforçamos nossos compromissos com a sociedade e o meio ambiente. Em cargos de liderança atingimos a 41,5% de pessoas negras e 39% de mulheres. Criamos o Comitê de Florestas e anunciamos investimentos de R\$ 50 milhões para proteção da biodiversidade. Em um ambiente muito desafiador, o **Grupo Carrefour Brasil** está ao lado dos consumidores brasileiros e de todos os seus stakeholders para fornecer produtos e serviços de qualidade a preços competitivos em uma ampla gama de formatos e canais.

Stephane Maquaire
CEO do Grupo Carrefour Brasil

Destques

Expansão



Digitalização



* Não inclui GMV do Grupo BIG



Responsabilidade Socioambiental



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



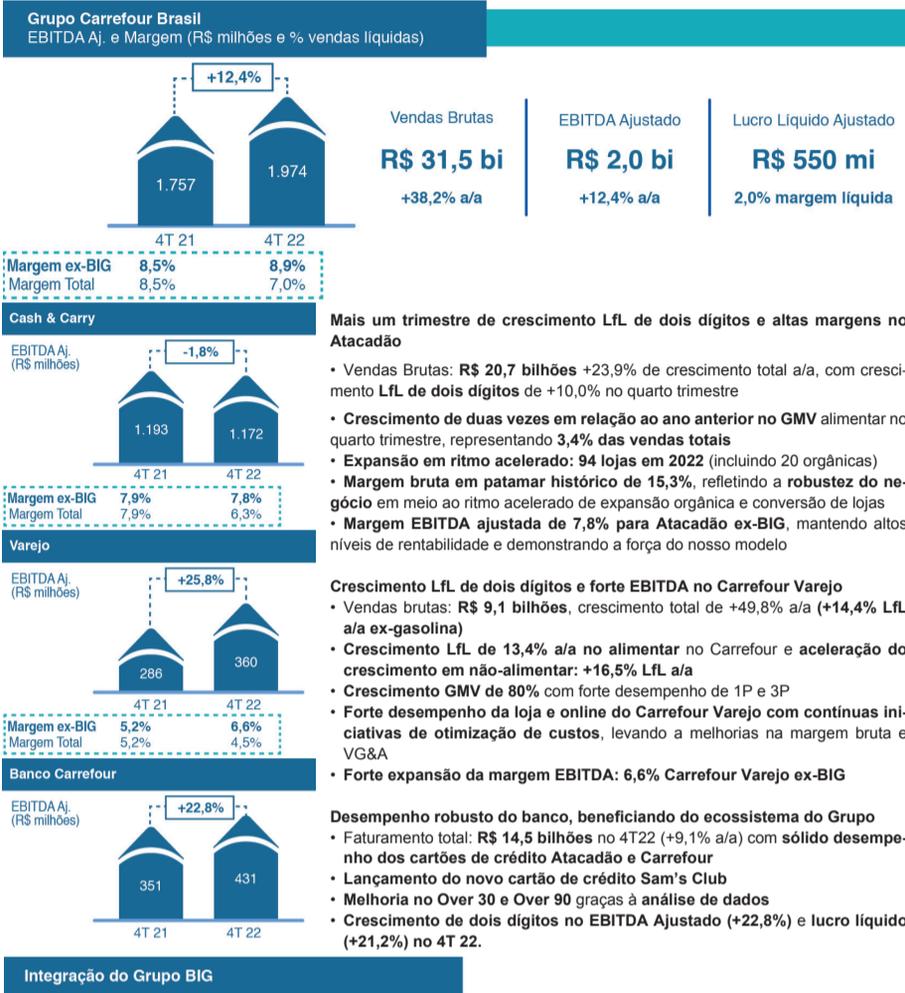
GRUPO CARREFOUR BRASIL

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil CNPJ 75.315.333/0001-09

REAL PUBLICIDADE

RESULTADOS 4T 2022

VENDAS ROBUSTAS, CRESCIMENTO DO EBITDA AJUSTADO E ACELERAÇÃO NA INTEGRAÇÃO DO GRUPO BIG



Mais um trimestre de crescimento LFL de dois dígitos e altas margens no Atacadão

- Vendas Brutas: **R\$ 20,7 bilhões** +23,9% de crescimento total a/a, com crescimento **LFL de dois dígitos** de +10,0% no quarto trimestre
- Crescimento de duas vezes em relação ao ano anterior no GMV** alimentar no quarto trimestre, representando **3,4% das vendas totais**
- Expansão em ritmo acelerado: 94 lojas em 2022** (incluindo 20 orgânicas)
- Margem bruta em patamar histórico de 15,3%**, refletindo a **robustez do negócio** em meio ao ritmo acelerado de expansão orgânica e conversão de lojas
- Margem EBITDA ajustada de 7,8% para Atacadão ex-BIG**, mantendo altos níveis de rentabilidade e demonstrando a força do nosso modelo

Crescimento LFL de dois dígitos e forte EBITDA no Carrefour Varejo

- Vendas brutas: **R\$ 9,1 bilhões**, crescimento total de +49,8% a/a (+14,4% LFL a/a ex-gasolina)
- Crescimento LFL de 13,4% a/a no alimentar** no Carrefour e **aceleração do crescimento em não-alimentar: +16,5% LFL a/a**
- Crescimento GMV de 80%** com forte desempenho de 1P e 3P
- Forte desempenho da loja e online do Carrefour Varejo** com **continuas iniciativas de otimização de custos**, levando a melhorias na margem bruta e VG&A
- Forte expansão da margem EBITDA: 6,6% Carrefour Varejo ex-BIG**

Desempenho robusto do banco, beneficiando do ecossistema do Grupo

- Faturamento total: **R\$ 14,5 bilhões** no 4T22 (+9,1% a/a) com **sólido desempenho dos cartões de crédito Atacadão e Carrefour**
- Lançamento do novo cartão de crédito Sam's Club**
- Melhoria no Over 30 e Over 90** graças à **análise de dados**
- Crescimento de dois dígitos no EBITDA Ajustado (+22,8%) e lucro líquido (+21,2%) no 4T 22.**

Sólido desempenho das lojas convertidas:
LFL pós-conversão de +27% no Atacadão e +17% no Carrefour

Sam's Club:
Evolução impressionante do LFL com crescimento de 10,2% no 4T22 e forte aumento de membros ativos

Nota: Cash & Carry inclui Atacadão e Maxi; Varejo inclui Carrefour e BIG.

Em R\$ milhões	Consolidado			Cash & Carry			Varejo			Sam's Club		Banco Carrefour	
	4T 22	4T 21	Δ%	4T 22	4T 21	Δ%	4T 22	4T 21	Δ%	4T 22	4T 21	4T 21	Δ%
Vendas Brutas	31.477	22.781	38,2%	20.723	16.722	23,9%	9.078	6.059	49,8%	1.677			
Vendas Líquidas	28.158	20.661	36,3%	18.636	15.196	22,6%	8.074	5.465	47,7%	1.448			
Lucro Bruto	6.113	4.262	43,4%	2.852	2.362	20,7%	2.147	1.268	69,3%	379	743	638	16,4%
Margem Bruta	21,7%	20,6%	1,1 p.p.	15,3%	15,5%	-0,2 p.p.	26,6%	23,2%	3,4 p.p.	26,2%			
Despesas VG&A (2)	(4.152)	(2.518)	64,9%	(1.684)	(1.173)	43,6%	(1.797)	(991)	81,3%	(268)	(312)	(287)	8,6%
VG&A de Vendas Líquidas	14,7%	12,2%	-2,6 p.p.	9,0%	7,7%	-1,3 p.p.	22,3%	18,1%	-4,1 p.p.	18,5%			
EBITDA Ajustado (1) (2)	1.974	1.757	12,4%	1.172	1.193	-1,8%	360	286	25,8%	111	431	351	22,8%
Adj. EBITDA Margin	7,0%	8,5%	-1,5 p.p.	6,3%	7,9%	-1,6 p.p.	4,5%	5,2%	-0,8 p.p.	7,7%			
EBITDA Ajustado - Excl. Grupo BIG (1) (2)	2.066	1.757	17,6%	1.340	1.193	12,3%	394	286	37,8%		431	351	22,8%
Adj. EBITDA Margin - Excl. Grupo BIG	8,9%	8,5%	0,4 p.p.	7,8%	7,9%	-0,1 p.p.	6,6%	5,2%	1,4 p.p.				
Lucro Líquido Ajustado, controlador	550	766	-28,2%										
Margem Líquida Ajustada	2,0%	3,7%	-1,8 p.p.										

Notas: Cash & Carry e Varejo incluem os resultados de Maxi e BIG Varejo, respectivamente. (1) Inclui eliminação intragrupo de R\$ 8 milhões e R\$ 6 milhões entre Banco e Varejo no 4T 22 e 4T 21, respectivamente; (2) Inclui despesas de funções globais de R\$ 91 milhões e R\$ 67 milhões no 4T 22 e 4T 21, respectivamente.

Em R\$ milhões	Consolidado			Cash & Carry			Varejo			Sam's Club		Banco Carrefour	
	2022	2021	Δ%	2022	2021	Δ%	2022	2021	Δ%	2022	2021	2021	Δ%
Vendas Brutas	108.052	81.185	33,1%	74.473	58.993	26,2%	30.077	22.192	35,5%	3.502			
Vendas Líquidas	97.389	73.552	32,4%	67.352	53.595	25,7%	26.958	19.957	35,1%	3.079			
Lucro Bruto	19.649	14.876	32,1%	10.024	8.137	23,2%	6.723	4.745	41,7%	729	2.220	2.016	10,1%
Margem Bruta	20,2%	20,2%	0,0 p.p.	14,9%	15,2%	-0,3 p.p.	24,9%	23,8%	1,2 p.p.	23,7%			
Despesas VG&A (2)	(13.079)	(9.211)	42,0%	(5.604)	(4.225)	32,6%	(5.535)	(3.668)	50,9%	(490)	(1.170)	(1.086)	7,7%
VG&A de Vendas Líquidas	13,4%	12,5%	-0,9 p.p.	8,3%	7,9%	-0,4 p.p.	20,5%	18,4%	-2,2 p.p.	15,9%			
EBITDA Ajustado (1) (2)	6.623	5.715	15,9%	4.433	3.925	12,9%	1.228	1.114	10,2%	239	1.050	930	12,9%
Adj. EBITDA Margin	6,8%	7,8%	-1,0 p.p.	6,6%	7,3%	-0,7 p.p.	4,6%	5,6%	-1,0 p.p.	7,8%			
EBITDA Ajustado - Excl. Grupo BIG (1) (2) (3)	6.534	5.715	14,3%	4.565	3.925	16,3%	1.246	1.114	11,8%		1.050	930	12,9%
Adj. EBITDA Margin - Excl. Grupo BIG	7,6%	7,8%	p.p.	7,2%	7,3%	p.p.	5,6%	5,6%	0,0 p.p.				
Lucro Líquido Ajustado, controlador	1.821	2.399	-24,1%										
Margem Líquida Ajustada	1,9%	3,3%	-1,4 p.p.										

Notas: Cash & Carry e Varejo incluem os resultados de Maxi e BIG Varejo, respectivamente. (1) Inclui eliminação intragrupo de R\$ 47 milhões e R\$ 22 milhões entre Banco e Varejo em 2022 e 2021, respectivamente; (2) Inclui despesas de funções globais de R\$ 280 milhões e R\$ 232 milhões em 2022 e 2021, respectivamente.

NOVOS AVANÇOS EM ESG

O Carrefour fez grandes avanços em sua estratégia ESG de cinco pilares. Os destaques do 4T 22 incluíram:

- Combate à mudança climática e Preservação dos biomas**
Redução de embalagens e resíduos
Em 2022, registramos um aumento de 19% no total de resíduos destinados à compostagem e uma redução de 11% no volume total de resíduos destinados a aterros vs. 2021. Em linha com nossa meta de redução de resíduos, 3,1 toneladas de alimentos foram doados a bancos de alimentos durante o ano. Disponibilizamos espaço para estações de reciclagem de embalagens e pontos de descarte voluntário (PEVs) dentro das lojas. Encerramos 2022 com 1.209 PEVs (+102 vs. 2021) onde foram recolhidas 260 toneladas de resíduos no 4T22, um aumento de 48% vs. 4T21.

- Cadeia de fornecimento responsável**
Rastreabilidade de origem e monitoramento socioambiental para compra de carne bovina
+40 milhões de hectares foram monitorados de janeiro a dezembro/22 espalhados por todos os biomas brasileiros.

- Bem-estar animal na produção de ovos**
O Grupo Carrefour Brasil assinou um compromisso público de vender apenas ovos de galinhas criadas livres de gaiolas. Para ovos de marca própria, a meta será atingida até 2025 e para todas as marcas nacionais até 2028. No 4T22, 40,2% dos ovos de marca nacional vendidos pelo Carrefour Varejo vieram de galinhas livres de gaiolas e 2,6% no Atacadão, um ganho de 1,3 p.p. e 0,8 p.p. respectivamente vs. Q4 21.

- Produtos orgânicos**
O Carrefour Varejo registrou um aumento de 17,2% nas vendas de orgânicos em relação ao ano de 2021, principalmente devido ao fortalecimento da marca Carrefour Bio.

3. Impacto social

Empreendedorismo e empregabilidade

588 alunos concluíram o curso de formação da Escola Social do Varejo em 2022 e, em média, 80% desses alunos terminaram o curso empregados. Em 2022 o Grupo patrocinou o Programa "Gastronomia Periférica". O projeto visa a transformação por meio da gastronomia e desenvolvimento humano e conta com aulas dedicadas a alunos da comunidade negra. Em 2022, 394 jovens beneficiaram do programa (+17,9% vs. 2021).



Certificação Escola Social do Varejo

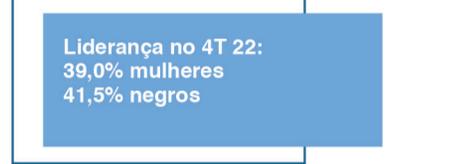
4. Gestão Inclusiva e Diversidade

Destacamos três grandes iniciativas para incentivar a diversidade e a inclusão em 2022:

I. Programa "Carrefour com ELLAS": Criado para impulsionar a agenda de equidade de gênero, o programa exclusivo para mulheres visa apoiar e empoderar mulheres por meio de mentoria. 500 mulheres foram mentoradas em 2022.

II. Aceleração de Carreira: O programa voltado exclusivamente para pessoas negras, visa auxiliar os participantes a ascenderem a cargos de liderança e/ou posições estratégicas dentro da organização. Em 2022, 100 negros participaram do programa.

III. Compromisso antirracismo: +95% dos colaboradores fizeram o treinamento anual de letramento racial; +1.500 bolsas de qualificação profissional concedidas; No 4T22, as equipes do Grupo Carrefour Brasil (incluindo o Grupo BIG) contavam com 51% de mulheres (39,0% em cargos de liderança) e 59% de negros (41,5% em cargos de liderança).



Programa de equidade de gênero e mentoria

5. Governança e Integridade

Em 2022, mais de 92.000 funcionários foram treinados no Código de Ética e Conduta e mais de 85.000 funcionários concluíram o treinamento Anticorrupção.

RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Vendas

Fortes ganhos de market share

O Grupo Carrefour Brasil encerrou 2022 com fortes ganhos de market share, segundo a Nielsen: +1,0 p.p. no 4T22 a/a (excluindo o Grupo BIG), superando significativamente o mercado. Considerando a aquisição do Grupo BIG como efeito de expansão desde junho/22, os ganhos de market share totalizaram 2,8 p.p. no 4T, impulsionados pelos formatos Cash & Carry e Varejo.

Desempenho sólido em todos os negócios

As vendas consolidadas do Grupo Carrefour Brasil totalizaram R\$ 31,5 bilhões no 4T, +38,2% a/a, impulsionadas pelo contínuo crescimento de LFL de dois dígitos no Atacadão (+10,0%) e no Carrefour Varejo (+14,4% ex-gasolina), expansão orgânica no Cash & Carry (+4,6%) e a integração do Grupo BIG, que representou 24,8% do crescimento total (incluindo efeito de conversão).

Aprimoramento do canal digital

O GMV total ultrapassou R\$ 2,0 bilhões no trimestre, mais de 2x em relação ao 4T21, impulsionado pela duplicação do segmento de alimentos e pela aquisição do Grupo BIG (penetração de vendas digitais do Sam's Club atingiu 5% no 4T).

O segmento não-alimentar manteve sua tendência de crescimento e o GMV atingiu R\$ 886 milhões no 4T22 (+67,1% a/a), impulsionado pelo canal 3P.

Expansão acelerada: +100 lojas em 5 anos

O Grupo Carrefour Brasil abriu 20 novas lojas de Cash & Carry em 2022 (das quais 6 novas lojas no 4T22), mantendo seu ritmo acelerado de expansão orgânica. Desde 2018, o Atacadão inaugurou organicamente mais de 100 lojas, incluindo wholesale. Durante o trimestre, também concluímos a primeira onda de conversões relacionadas à aquisição do Grupo BIG, encerrando 2022 com 59 lojas convertidas: 38 lojas Atacadão (das quais 25 eram Maxi e 13 eram Hipermercados BIG); 20 lojas do Hiper Carrefour (antigo Hiper BIG) e 1 loja do Sam's Club (antigo Hiper BIG).

Forte crescimento e novo cartão de crédito

Apesar de uma abordagem mais cautelosa na aprovação de crédito, o faturamento do Banco Carrefour totalizou R\$ 14,5 bilhões no 4T22, +9,1% a/a, impulsionado pelo sólido desempenho do cartão Carrefour (+7,2%) e do cartão Atacadão (+9,9%). Em dezembro, o Banco também lançou o novo cartão Sam's Club, que oferece benefícios aos associados do Sam's Club, que devem crescer nos próximos anos.

O canal on-us acelerou para 10,4% de crescimento anual no 4T 22 e o canal off-us continuou mostrando tendências sólidas com crescimento de 7,7%.

A carteira de crédito total atingiu R\$ 19,5 bilhões (IFRS9) crescimento de 27,2% a/a.

	4T 21		4T 22						
	LFL	Vendas Brutas (R\$MM)	LFL s/ efeito Calendário	LFL c/ efeito Calendário	Lojas Grupo BIG		Vendas Brutas c/ BIG (R\$MM)	Total (%)	
					Expansão (R\$MM)	(Δ%)			
Cash and Carry	-5,0%	19.164	10,0%	10,2%	4,6%	1.560	9,3%	20.723	23,9%
Varejo (s/ gasolina)	-9,2%	5.932	14,4%	15,4%	0,0%	2.356	45,8%	8.288	61,3%
Gasolina	49,6%	725	-22,3%	-22,3%	1,0%	65	7,1%	790	-14,1%
Varejo (c/ gasolina)	-3,4%	6.657	8,8%	9,7%	0,2%	2.421	40,0%	9.078	49,8%
Sam's Club	-	-	-	-	-	1.677	n.a.	1.677	n.a.
Consolidado (s/ gasolina)	-6,1%	25.096	11,1%	11,4%	3,6%	5.592	25,6%	30.688	40,4%
Consolidado (c/ gasolina)	-4,6%	25.821	9,7%	10,1%	3,4%	5.657	24,8%	31.478	38,2%
Fat. Banco Carrefour	n.a.	14.489	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	14.489	9,1%

	2021		Jun - Dez 202						
	LFL	Vendas Brutas (R\$MM)	LFL s/ efeito Calendário	LFL c/ efeito Calendário	Lojas Grupo BIG		Vendas Brutas c/ BIG (R\$MM)	Total (%)	
					Expansão (R\$MM)	(Δ%)			
Cash and Carry	4,2%	70.245	12,9%	13,1%	6,4%	4.228	7,2%	74.473	26,2%
Varejo (s/ gasolina)	-7,1%	21.291	10,8%	10,9%	0,0%	5.376	28,0%	26.667	38,7%
Gasolina	35,1%	3.237	8,9%	8,9%	0,5%	172	5,8%	3.409	15,2%
Varejo (c/ gasolina)	-3,0%	24.529	10,5%	10,5%	0,1%	5.548	25,0%	30.077	35,5%
Sam's Club	-	-	-	-	-	3.502	n.a.	3.502	n.a.
Consolidado (s/ gasolina)	1,0%	91.537	12,4%	12,5%	4,8%	13.106	16,8%	104.642	33,8%
Consolidado (c/ gasolina)	2,0%	94.774	12,2%	12,3%	4,7%	13.278	16,4%	108.052	33,1%
Fat. Banco Carrefour	n.a.	52.702	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	52.702	9,4%

Outras Receitas

Forte desempenho do Banco Carrefour e sólida melhora nas vendas 3P

As outras receitas cresceram 43,4% a/a para R\$ 6,1 bilhões no 4T22, e a margem bruta foi de 21,7% (+1,1 p.p. a/a). Isso demonstra a capacidade do Grupo Carrefour Brasil de absorver a integração do Grupo BIG, mantendo sólida execução em suas operações em curso: em uma base stand-alone, tanto o Atacadão quanto o Carrefour Varejo melhoraram as margens e mantiveram forte competitividade de preços.

Margem Bruta Consolidada e VG&A

Melhora na margem bruta compensada por impactos de curto prazo

O lucro bruto aumentou 43,4% a/a para R\$ 6,1 bilhões no 4T22, e a margem bruta foi de 21,7% (+1,1 p.p. a/a). Isso demonstra a capacidade do Grupo Carrefour Brasil de absorver a integração do Grupo BIG, mantendo sólida execução em suas operações em curso: em uma base stand-alone, tanto o Atacadão quanto o Carrefour Varejo melhoraram as margens e mantiveram forte competitividade de preços.

As despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 4,2 bilhões no 4T22 (+64,9% a/a), refletindo o aumento esperado nas despesas relacionadas à integração do Grupo BIG e aceleração das conversões de lojas. Excluindo o Grupo BIG, as despesas VG&A aumentaram 15,0% a/a e representaram 12,5% das vendas líquidas.

EBITDA Ajustado

A capacidade do nosso ecossistema único

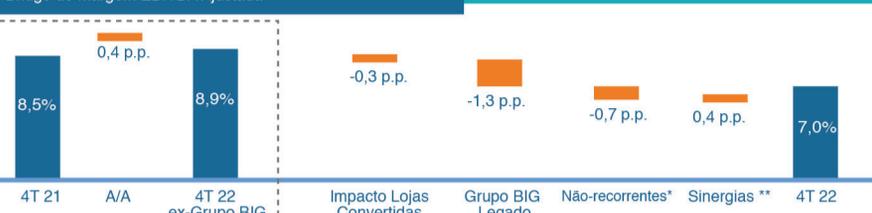
continuação



GRUPO CARREFOUR BRASIL

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil CNPJ 75.315.333/0001-09

Grupo Carrefour Brasil Bridge de margem EBITDA Ajustada



Aviso legal: O Grupo Carrefour Brasil ainda está realizando a integração do Grupo BIG. É importante ter em mente que o ERP ainda não está totalmente integrado e consequentemente nem todas as linhas contábeis estão 100% casadas. Dito isto, o Grupo implementou alocações para alinhar a contabilidade e tornar os números de cada unidade de negócios comparáveis. É importante destacar que as margens do Grupo BIG apresentadas neste documento não são comparáveis às margens apresentadas pelo Grupo BIG antes da aquisição.

INTEGRAÇÃO DO GRUPO BIG

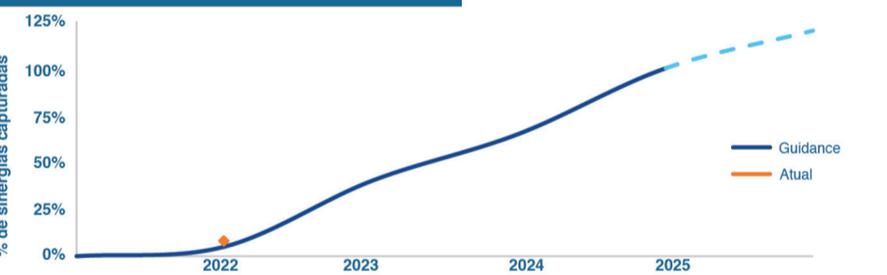
Primeira onda de conversões de lojas entregue antes do planejado
A integração do Grupo BIG permaneceu em linha no 4T com conversões de lojas acima do esperado para o ano. No trimestre convertimos 34 lojas do Atacadão (21 do Maxxi e 13 do BIG Hipermercado), 17 lojas do Hipermercado Carrefour (convertida do BIG Hipermercado) e 1 loja Sam's Club (convertida do BIG Hipermercado). Encerramos o ano com 48% do total de lojas a serem convertidas já abertas, destacando o foco, expertise e capacidade de execução de nossa equipe. No 4T, 78 lojas foram impactadas de uma forma ou de outra pelos esforços de conversão: 52 lojas que foram convertidas no trimestre (21 em dezembro), 12 lojas que serão convertidas no 1T23 e 14 lojas remédio a serem descartadas conforme solicitado pela autoridade CADE (até Dezembro, havíamos fechado 5 das lojas exigidas). A Companhia estima o impacto nas vendas líquidas no 4T22 em cerca de 3%. A segunda onda de conversões de lojas já começou e o ritmo acelerado de conversões de lojas continuará.

Aceleração e revisão para cima do plano de conversão

Marca	2022	2023	APÓS A CONVERSÃO
BIG	20 lojas ✓	27 lojas *	70 lojas
BIG	13 lojas ✓	15 lojas	47 lojas
maxxi	25 lojas ✓	13 lojas	7 lojas
TodoDia	01 loja ✓	6 lojas*	
Total	59 lojas (vs 37 estimado)	65 lojas	

Captura de sinergias conforme o esperado
Seis meses após o fechamento, observamos avanços importantes em várias frentes:
i. 100% dos sistemas de TI do front office estão integrados
ii. estrutura da sede reduzida em 23%
iii. negociações com fornecedores concluídas e a serem totalmente refletidas no resultado do exercício de 2023
iv. desempenho de vendas das lojas convertidas crescendo fortemente
Superamos nossas metas em 2022 e continuamos muito confiantes em nossa capacidade de capturar as oportunidades de sinergia que identificamos inicialmente no Grupo BIG. Reiteramos nosso guidance de sinergias de pelo menos R\$ 2,0 bilhões por ano até o 2025.

Cronograma de Captura de Sinergia Esperado do EBITDA (Não inclui capex e despesas de one-off)

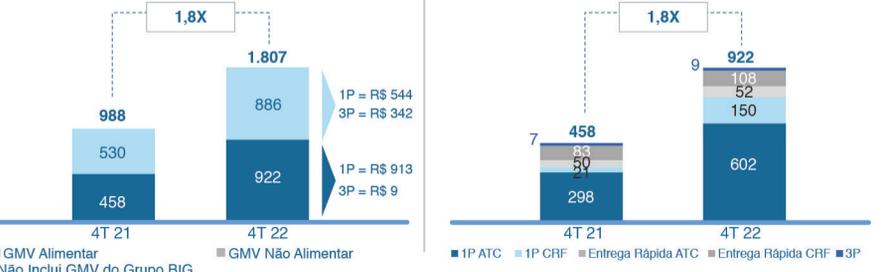


DESEMPENHO OPERACIONAL POR SEGMENTO

Iniciativas digitais
Líder no mercado brasileiro de e-commerce alimentar
O GMV total alcançou R\$ 2,0 bilhão no 4T22, aumento de 105,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho foi impulsionado pelo crescimento de 2x no segmento alimentar, onde o Carrefour Varejo se tornou líder do mercado brasileiro de B2C no 4T, e também pela significativa recuperação do segmento não alimentar com crescimento de 1,7x a/a.
Melhoria contínua da plataforma de Varejo
As vendas de alimentos digitais continuaram avançando tanto no Carrefour quanto no Atacadão, onde representaram 3,4% das vendas totais no 4T.
No Carrefour Varejo, foram implementadas diversas iniciativas relacionadas a tecnologia, cibersegurança e estabilidade da plataforma. A pontuação do aplicativo Meu Carrefour na App Store alcançou 4,1 (de 2,4 em janeiro/22) indicando percepção positiva dos clientes sobre as melhorias no aplicativo.
O e-commerce alimentar teve forte atuação na Campanha Black Friday, que pela primeira vez reuniu todas as marcas e formatos do Varejo em uma campanha chamada "Tijão da Black". Como resultado, foram mais de 7 milhões de acessos ao site do Carrefour, BIG e Sam's Club de 24 a 27 de novembro. No mesmo período, o Varejo Alimentar GMV (incluindo Sam's Club) cresceu 35% em relação ao mesmo período do ano anterior e o marketplace cresceu 66%.
Forte recuperação continua tanto no 1P quanto no 3P
O segmento não-alimentar continua em forte recuperação com GMV total de R\$ 886 milhões, alta de 67,1% a/a. Esse desempenho foi impulsionado tanto pelo 1P, que cresceu 46,4% a/a, quanto pelo 3P, que cresceu 115,4% a/a.
No segmento não-alimentar também superamos o mercado na campanha Black Friday com crescimento de 0,3% no GMV de 24 a 27 de novembro.
O "Click and Collect" manteve o seu forte crescimento. A penetração de vendas no canal digital não alimentar atingiu 35% em dezembro (vs. 25% em setembro e 10% em janeiro/22).

	4T 21 (R\$ MM)	4T 21 (R\$ MM)	Crescimento Total	2022 (R\$ MM)	2021 (R\$ MM)	Crescimento Total
1P alimentar (2)	752	319	136,1%	2.357	607	288,1%
3P alimentar	9	7	25,6%	36	26	40,3%
Serviço de entrega rápida(1)	160	133	20,9%	582	593	-1,7%
GMV alimentar	922	458	101,0%	2.976	1.226	142,7%
1P não alimentar (2)	544	371	46,4%	1.828	1.463	25,0%
3P não alimentar	342	159	115,4%	1.027	503	103,9%
GMV não alimentar	886	530	67,1%	2.854	1.966	45,2%
GMV Total	1.807	988	82,8%	5.830	3.192	82,7%
GMV Grupo BIG	225	-	n.a.	572	-	n.a.
GMV Total com Grupo BIG	2.032	988	105,6%	6.402	3.192	100,6%

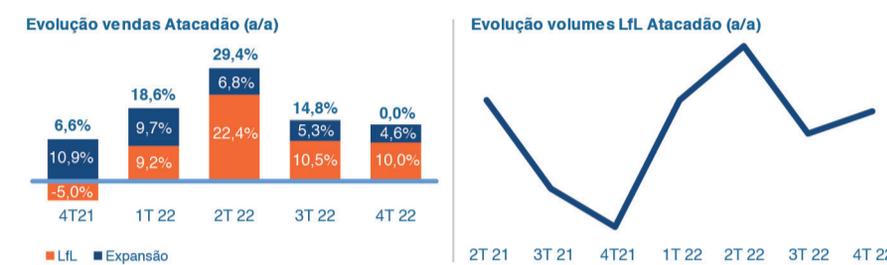
(1) Serviço de entrega rápida já está incluso nas vendas do multi-formato e Atacadão.
(2) Inclui picking em lojas do varejo.



Cash & Carry: forte desempenho de vendas para fechar um ano notável
LFL de dois dígitos no 4T
As vendas brutas no Cash & Carry atingiram R\$ 20,7 bilhões, +23,9% a/a, sendo R\$ 19,2 bilhões no Atacadão e R\$ 1,6 bilhão no Maxxi.
O desempenho foi impulsionado pelo LfL de dois dígitos de 10,0%, +4,6% da expansão orgânica do Atacadão, +9,3% das conversões e lojas Maxxi legado.

Volumes melhorando gradualmente
No 4T22, vimos os volumes melhorando gradativamente de forma sequencial no Atacadão, impulsionados pela sazonalidade do

trimestre (Black Friday, Copa do Mundo e festas de final de ano). Como a inflação voltou a crescer no período, também vimos um efeito ligeiramente positivo dos clientes B2B em meio ao ambiente volátil. No comparativo trimestre a trimestre o crescimento do volume em relação ao ano anterior melhorou em 2,0 p.p. O canal digital manteve-se forte e alcançou 3,4% das vendas do Atacadão no 4T (vs 2,8% no 3T).
Expansão orgânica sólida
No 4T, abrimos 6 novas lojas de Cash & Carry, totalizando 20 novas lojas em 2022. Mantivemos o ritmo acelerado de expansão e consolidação do Atacadão no mercado com pelo menos 20 lojas abertas organicamente por ano desde 2018. Inauguramos mais de 100 lojas no período.
Forte desempenho em lojas convertidas
Ao final de dezembro, convertimos 38 lojas das marcas do Grupo BIG para Atacadão (13 hipermercados e 25 lojas Maxxi). Mais uma vez, o Atacadão demonstrou sua expertise única em replicar o modelo Cash & Carry em diferentes localidades. As lojas convertidas continuaram a mostrar um aumento significativo nas vendas após a reabertura. O desempenho LfL das lojas convertidas atingiu +26,9%, o que demonstra a força da bandeira Atacadão, a forte capacidade de execução de nossas equipes e o rápido processo de maturação dessas conversões.



Cash & Carry: Capacidade única de absorver uma rápida expansão; Margem de 2022 em nível histórico

Em R\$ milhões - Inclui Atacadão e Maxxi	Cash & Carry			Cash & Carry		
	4T 22	4T 21	Δ%	2022	2021	Δ%
Vendas Brutas	20.723	16.722	23,9%	74.473	58.993	26,2%
Vendas Brutas ex-gasolina	20.723	16.722	23,9%	74.473	58.993	26,2%
Vendas líquidas	18.636	15.196	22,6%	67.352	53.595	25,7%
Outras Receitas	61	47	31,6%	211	178	18,4%
Vendas Totais	18.697	15.243	22,7%	67.563	53.773	25,6%
Lucro Bruto	2.852	2.362	20,7%	10.024	8.137	23,2%
Margem Bruta	15,3%	15,5%	-0,2 p.p.	14,9%	15,2%	-0,3 p.p.
Despesas VG&A	(1.684)	(1.173)	43,6%	(5.604)	(4.225)	32,6%
% VG&A de Vendas Líquidas	9,0%	7,7%	-1,3 p.p.	8,3%	7,9%	-0,4 p.p.
EBITDA Ajustado	1.172	1.193	-1,8%	4.433	3.925	12,9%
Margem EBITDA Ajustada	6,3%	7,9%	-1,6 p.p.	6,6%	7,3%	-0,7 p.p.
EBITDA Ajustado - Excl. Grupo BIG	1.340	1.193	12,3%	4.565	3.925	16,3%
Margem EBITDA Ajustada - Excl. Grupo BIG	7,8%	7,9%	-0,1 p.p.	7,2%	7,3%	-0,2 p.p.

Cash & Carry - Bridge de margem EBITDA Ajustada



*Inclui despesas não-recorrentes e impacto na receita relacionado ao processo de conversão de lojas.

Margem bruta em nível histórico apesar da integração
O lucro bruto atingiu R\$ 2,9 bilhões no trimestre, 20,7% superior ao 4T21. A margem bruta ficou em 15,3%, apenas 0,2 p.p. abaixo da forte base comparável de 2021 (contexto favorável de alta inflação), destacando a capacidade do Atacadão de absorver a efeitos da rápida expansão do negócio através da expansão orgânica e conversões de lojas.
Efeitos pontuais previstos com plano de conversão
As despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 1,7 bilhão no trimestre (+43,6%), impactadas principalmente pela aceleração do plano de conversão das lojas do Grupo BIG. Como percentual das vendas líquidas, totalizaram 9,0%, apenas 1,3 p.p. acima do 4T21, apesar dos custos de integração, aumento da expansão e inflação.
Rentabilidade geral robusta
O EBITDA Ajustado do Cash & Carry consolidado foi de R\$ 1,2 bilhão ou 6,3% das vendas líquidas no 4T22. EBITDA Ajustado do Atacadão atingiu R\$ 1,3 bilhão ou 7,8% das vendas líquidas. Analisando as margens das lojas Atacadão por maturidade, o ramp-up de novas lojas (abertas a partir de 2020 e incluindo as conversões) continuou forte, enquanto as lojas maduras (abertas até 2019) operaram em um nível bastante elevado e estável.

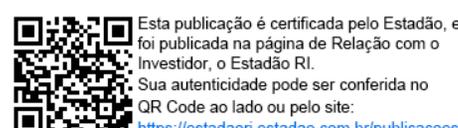
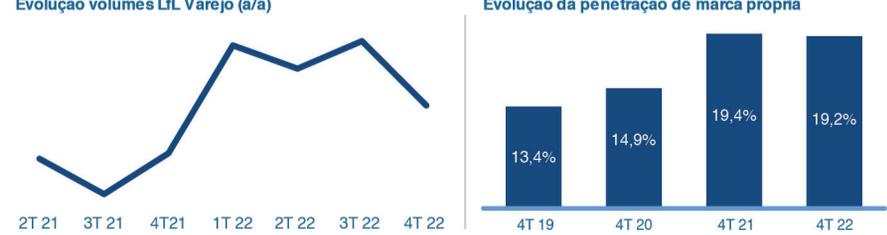


CARREFOUR VAREJO: CRESCIMENTO LFL DE DOIS DÍGITOS E FORTE EBITDA

Desempenho robusto no varejo
As vendas brutas do varejo totalizaram R\$ 9,1 bilhões no 4T22, +49,8% a/a, sendo R\$ 6,7 bilhões no Carrefour e R\$ 2,4 bilhões no BIG. Este desempenho foi impulsionado pelo crescimento LfL ex-gasolina de +14,4% no Carrefour (+8,8% incl. Gasolina) e 40,0% das conversões BIG (17 lojas convertidas de BIG para Carrefour no trimestre) e lojas legado BIG.
Outro forte desempenho alimentar no 4T
O crescimento LfL manteve a forte tendência com desempenho de dois dígitos nas categorias alimentar e não alimentar no Carrefour. A categoria alimentar mostrou mais uma vez a sua resiliência com um crescimento LfL de 13,4% no 4T22, comprovando a importância de uma oferta completa - canal, preço e sortimento. Apesar do ambiente competitivo mais acirrado, as vendas LfL de alimentos em lojas em áreas afetadas por conversões de lojas por concorrentes aumentaram 14,4% (vs 14,2% nas lojas não afetadas), mostrando a relevância do nosso modelo. Os volumes foram naturalmente afetados pelo ambiente de inflação persistentemente elevada.
Marca Própria: Reforçando sua relevância na cesta de clientes
Conscientes de nossa responsabilidade com a sociedade brasileira e de nosso compromisso com os clientes em fornecer alimentos de qualidade a preços acessíveis, congelamos os preços de nossos produtos de marca própria pelo segundo ano consecutivo, de 1º de dezembro de 2022 a 11 de março de 2023. Com a iniciativa acima, o ambiente inflacionário e as negociações comerciais desafiadoras resultaram em uma, a penetração de vendas de marcas próprias atingiu 19,2% das vendas líquidas totais de alimentos no 4T22.
Não alimentar: Eletrodomésticos aceleram o crescimento
O crescimento LfL não alimentar no Carrefour Varejo no 4T foi de 16,5% a/a, registrando um segundo trimestre consecutivo de crescimento de dois dígitos. Esse resultado foi impulsionado pelo forte desempenho de Eletrodomésticos (+28,8%) que se beneficiou da dinâmica de nossas operações comerciais durante a Copa do Mundo, Black Friday (2,3% na semana de 21 a 27 de novembro de 2022) e Natal. Mais uma vez, as três categorias não alimentares contribuíram para o desempenho positivo: Bazar cresceu +3,9% e Têxtil +6,5%.
Lojas convertidas mostrando aumento significativo nas vendas
No Varejo, 17 lojas BIG foram convertidas no trimestre (20 em 2022) e o LfL permaneceu sólido em 17,1%.

	4T 22	4T 22 vs. 4T 21		4T 22	4T 22 vs. 4T 21
	Vendas (R\$ MM)	LfL	Efeito Calendário	Total (%)	
Carrefour (s/ gasolina):					
online + offline	5.932	14,4%	1,0%	15,4%	
Alimentar	3.721	13,4%	1,0%	14,6%	
Não Alimentar ⁽¹⁾	2.217	16,5%	1,0%	17,6%	
Bazar	660	3,9%	1,0%	5,0%	
Eletroeletrônicos	1.201	28,8%	1,0%	29,9%	
Têxtil	237	6,5%	1,0%	7,6%	
Gasolina	725	-22,3%	0,0%	-21,2%	
Carrefour (c/ gasolina)	6.858	8,8%	0,9%	13,2%	
Lojas Convertidas	201	n.a.	n.a.	n.a.	
Lojas Grupo BIG	2.421	n.a.	n.a.	n.a.	
Carrefour com BIG (c/ gasolina)	9.279	n.a.	n.a.	53,2%	

Nota: (1) Inclui drograrias.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

continuação



Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil CNPJ 75.315.333/0001-09

Varejo: Sólido desempenho no Carrefour: BIG impactado pelas conversões na loja

Em R\$ milhões - inclui Carrefour e BIG Varejo	Varejo			Varejo		
	4T 22	4T 21	Δ%	2022	2021	Δ%
Vendas Brutas	9.078	6.059	49,8%	30.077	22.192	35,5%
Vendas Brutas ex-gasolina	8.288	5.139	61,3%	26.667	19.231	38,7%
Vendas líquidas	8.074	5.465	47,7%	26.958	19.957	35,1%
Outras Receitas	247	155	59,7%	816	546	49,4%
Vendas Totais	8.321	5.620	48,1%	27.773	20.503	35,5%
Lucro Bruto	2.147	1.268	69,3%	6.723	4.745	41,7%
Margem Bruta	26,6%	23,2%	3,4 p.p.	24,9%	23,8%	1,2 p.p.
Despesas VG&A	(1.797)	(991)	81,3%	(5.535)	(3.668)	50,9%
% VG&A de Vendas Líquidas	22,3%	18,1%	-4,1 p.p.	20,5%	18,4%	-2,2 p.p.
EBITDA Ajustado	360	286	25,8%	1.228	1.114	10,2%
Margem EBITDA Ajustada	4,5%	5,2%	-0,8 p.p.	4,6%	5,6%	-1,0 p.p.
EBITDA Ajustado - Excl. Grupo BIG	394	286	37,8%	1.246	1.114	11,8%
Margem EBITDA Ajustada - Excl. Grupo BIG	6,6%	5,2%	1,4 p.p.	5,6%	5,6%	0,0 p.p.



*Inclui despesas não-recorrentes e impacto na receita relacionado ao processo de conversão de lojas.

Lucro bruto sólido refletindo a aceleração 3P
O lucro bruto do varejo no quarto trimestre cresceu 69,3% a/a para R\$ 2,1 bilhões no trimestre ou 26,6% das vendas líquidas (+3,4 p.p.). As taxas de serviços financeiros são contabilizadas na margem bruta do BIG, explicando o efeito positivo na margem bruta consolidada do varejo. No Carrefour Varejo, o lucro bruto cresceu 16,3%, refletindo o bom desempenho do formato em todas as categorias e a aceleração do canal 3P.

Vendas fortes e otimização de custos permitem VG&A estável no Carrefour Varejo
As despesas com vendas, gerais e administrativas foram de R\$ 1,8 bilhão (+81,3% a/a), representando 22,3% das vendas líquidas no 4T22, 4,1 p.p. a mais a/a, refletindo o impacto das conversões de lojas. O VG&A como % das vendas líquidas alcançou 18,2% no Carrefour Varejo, praticamente estável a/a, como resultado do efeito diluidor de um forte desempenho de vendas combinado com iniciativas contínuas de otimização de custos.

O EBITDA do Varejo foi de R\$ 360 milhões, +25,8% a/a ou 4,5% das vendas líquidas no trimestre, impactado pela integração do BIG, conversões de lojas e processo de pré-fechamento conforme demonstrado no gráfico acima. O EBITDA do Carrefour Varejo atingiu o maior patamar do ano, com R\$ 394 milhões, com margem de 6,6%, alta de 1,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Sam's Club: melhorias sólidas desde a integração
Consistente aceleração nas vendas

O Sam's Club continuou a se beneficiar das iniciativas implementadas desde a conclusão da aquisição do Grupo BIG. Com foco nos diferenciais do negócio, o Sam's Club aumentou fortemente o número de sócios ativos em 22% vs maio/22, levando a vendas brutas de R\$ 1,7 bilhão no 4T22. Tanto o LFL quanto o crescimento total aceleraram no 4T 22 a/a, atingindo 10,2% e 12,8%, respectivamente. Essa melhora foi impulsionada pelas categorias de alimentar e não alimentar, que atingiram LFL de dois dígitos no período.

As vendas online representaram 5% da receita do Sam's Club (+2,5 p.p. a/a), como resultado do fortalecimento do mindset digital no formato, apoiado pela estratégia digital do Grupo Carrefour Brasil.

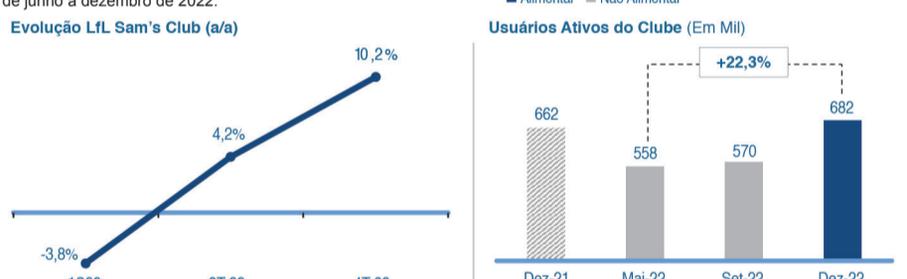
Recuperação da margem bruta impulsionada pelo mix
No 4T22, o lucro bruto totalizou R\$ 379 milhões ou 26,2% das vendas líquidas, impulsionado por melhorias de preço e sortimento, principalmente devido ao nosso foco em aumentar a atratividade de marcas próprias e itens exclusivos.

Fortes rentabilidade com potencial de valorização
Como as despesas com VG&A totalizaram R\$ 268 milhões ou 18,5% das vendas líquidas, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 111 milhões no trimestre ou 7,7% das vendas líquidas, mesmo patamar observado no 3T22.

À medida que as iniciativas de criação de valor de longo prazo aumentam, especialmente o aumento de membros ativos do clube, continuamos fortemente otimistas sobre o nível de rentabilidade do Sam's Club.

Em R\$ milhões	Clube	
	4T 22	2022*
Vendas Brutas	1.677	3.502
Vendas Brutas ex-gasolina	1.677	3.502
Vendas líquidas	1.448	3.079
Outras Receitas	26	76
Vendas Totais	1.473	3.155
Lucro Bruto	379	729
Margem Bruta	26,2%	23,7%
Despesas VG&A	(268)	(490)
% VG&A de Vendas Líquidas	18,5%	15,9%
EBITDA Ajustado	111	239
Margem EBITDA Ajustada	7,7%	7,8%

*Considera o período após o fechamento da aquisição do Grupo BIG: de junho a dezembro de 2022.



BANCO CARREFOUR

EBITDA forte de R\$ 1,1 bilhão apesar do ambiente desafiador
O faturamento do Banco Carrefour totalizou R\$ 14,5 bilhões no 4T22, +9,1% a/a, impulsionado pelo sólido desempenho do cartão Carrefour (+7,2%) e do cartão Atacadão (+9,9%), impulsionado pela integração do Grupo BIG. Em dezembro, o Banco também lançou o novo cartão de crédito Sam's Club, que oferece benefícios aos associados do Clube, que já atingiu mais de R\$ 23 milhões em faturamento e deve crescer nos próximos anos.

Apesar de uma abordagem de crédito mais conservadora no trimestre em meio a um ambiente econômico altamente volátil, o canal on-us acelerou para um crescimento de 10,4% a/a no 4T22. O canal off-us continuou mostrando tendências sólidas com crescimento de 7,7% (10,1% em Q3 22). A carteira de crédito total atingiu R\$ 19,5 bilhões (IFRS9), +27,2% a/a.

Em R\$ milhões	4T 22	4T 21	Δ%	2022	2021	Δ%
Faturamento cartão Carrefour	9.099	8.486	7,2%	33.136	30.907	7,2%
Faturamento cartão Atacadão	5.102	4.641	9,9%	18.522	16.624	11,4%
Faturamento cartão Sam's Club	23	n.a.	n.a.	23	n.a.	n.a.
Outros produtos*	265	155	71,3%	1.021	640	59,6%
Faturamento Total	14.489	13.282	9,1%	52.702	48.171	9,4%
Total da carteira de crédito	19.526	15.351	27,2%	19.526	15.351	27,2%

*Outros produtos incluem empréstimo pessoais e pagamento de contas com cartão.
A receita operacional atingiu R\$ 1,4 bilhão no 4T22, +35,8% em relação ao 4T21 (propensão dos clientes a financiar: 18,3% no 4T22 vs 17,5% no 4T21 - média trimestral). O desempenho da receita também foi impulsionado por efeitos sazonais mais fortes no 4T22, como renovação de contrato com bandeiras de cartão de crédito, que contribuiu com quase R\$ 200 milhões no trimestre.

Inadimplência: forte melhora sequencial
Após um 3T22 mais volátil, ajustamos algumas alavancas de concessão de crédito que foram liberadas no período, levando o índice Over 30 (BACEN) a uma melhora de 0,7 p.p. t/t (17,5% no 4T22). Over 90 (BACEN) também melhorou 0,6 p.p. t/t para 13,3% no 4T22, beneficiado pela expansão da carteira.
A carga de risco totalizou R\$ 625 milhões no 4T22, +69,4% a/a ou +13,8% t/t, explicados tanto pelo aumento da carteira quanto pelo aumento da inadimplência.
Despesas diluídas e rentabilidade sólida
As despesas com VG&A aumentaram 8,7% a/a para R\$ 312 milhões no 4T22. Como percentual da receita líquida, melhoraram fortemente em 5,7 p.p., explicado principalmente pelo efeito de diluição causado pelo forte aumento na receita líquida. O lucro líquido atingiu R\$ 234 milhões no trimestre, +21,2% a/a, e R\$ 534 milhões em 2022, +15,3% a/a.

Evolução do Portfólio de Crédito (R\$ bilhões)

Período	Portfólio	Over 90 BACEN	Over 30 BACEN
4T 21	15,4	13,2	10,7%
1T 22	15,9	13,4	12,3%
2T 22	16,8	14,0	13,2%
3T 22	17,9	14,7	13,9%
4T 22	19,5	15,9	13,3%

Em R\$ milhões	4T 22	4T 21	Δ%	2022	2021	Δ%
Receitas da intermediação financeira	1.368	1.007	35,8%	4.446	3.497	27,1%
Carga de risco	(625)	(369)	69,4%	(2.226)	(1.481)	50,3%
Resultado bruto da intermediação financeira	743	638	16,5%	2.220	2.016	10,1%
Despesas VG&A	(312)	(287)	8,7%	(1.170)	(1.086)	7,7%
EBITDA ajustado	431	351	22,8%	1.050	930	12,9%
Despesa com depreciação e amortização	(18)	(12)	50,0%	(62)	(44)	40,9%
EBIT ajustado	413	339	21,8%	988	886	11,5%
Outras receitas (despesas)	(36)	(28)	28,6%	(77)	(69)	11,6%
Resultado financeiro	3	(6)	-150,0%	(14)	(15)	-6,7%
Imposto de renda	(146)	(112)	30,4%	(363)	(339)	7,1%
Lucro líquido (100%)	234	193	21,2%	534	463	15,3%

RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS (APÓS EBITDA AJUSTADO)

Outras receitas e despesas operacionais	4T 22	4T 21	Δ milhões de R\$	2022	2021	Δ milhões de R\$
Em R\$ milhões						
Custos de reestruturação	(9)	(7)	(2)	(49)	(50)	1
Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos	(100)	(32)	(68)	(113)	(47)	(66)
Receitas e despesas relativas a demandas judiciais	175	204	(29)	232	325	(93)
Projeto Pinheiros	-	-	-	-	495	(495)
Outros (incluindo despesas de M&A)	(43)	(17)	(26)	(34)	(89)	55
Outras receitas e despesas operacionais	23	148	(125)	36	634	(598)

Outras receitas atingiram R\$ 23 milhões no 4T22, R\$ 125 milhões abaixo do 4T21 explicado principalmente pelas despesas de M&A relacionadas à aquisição do Grupo BIG e maiores perdas líquidas na venda de ativos devido a testes de impairment em alguns supermercados e ajustes nos estoques, que foram parcialmente compensados pela conclusão da alienação de 5 lojas remediado conforme solicitado pelo órgão de defesa da concorrência (CADE) no fechamento da transação com o Grupo BIG.

Imposto de Renda
As despesas com imposto de renda e contribuição social atingiram R\$ 156 milhões no trimestre, R\$ 74 milhões ou 32,2% inferior ao 4T21, uma vez que o lucro antes dos impostos foi impactado por maiores despesas financeiras no período. A alíquota efetiva de imposto ficou em 22,4%.
Ajustada para itens não recorrentes, a taxa de imposto foi de 29,4% no 4T22 e de 27,9% em 2022.

Em R\$ milhões	4T 22	4T 21	Δ	Δ%	2022	2021	Δ	Δ%
EBITDA Ajustado	1.974	1.757	217	12,4%	6.623	5.715	908	15,9%
Outras receitas e despesas operacionais	23	148	(125)	n.m.	36	634	(598)	n.m.
Depreciação e amortização	(510)	(314)	(196)	62,4%	(1.724)	(1.223)	(501)	41,0%
Receitas e despesas financeiras	(790)	(266)	(524)	197,5%	(2.261)	(786)	(1.475)	187,7%
Lucro Antes dos Impostos*	697	1.325	(628)	-47,4%	2.674	4.340	(1.666)	-38,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(156)	(230)	74	-32,2%	(674)	(965)	291	-30,2%
Alíquota Efetiva	22,4%	17,4%			25,2%	22,2%		

Em R\$ milhões	4T 22	Ajustes	4T 22 Ajustado	2022	Ajustes	2022 Ajustado
Lucro antes dos impostos e contribuições*	697	245	942	2.674	214	2.888
Imposto de Renda e Contribuição Social	(156)	(121)	(277)	(674)	(133)	(807)
Alíquota Efetiva	22,4%		29,4%	25,2%		27,9%

*Não inclui resultado de equivalência patrimonial.

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado, Participação do Grupo
O lucro líquido ajustado proporciona uma visão mais clara do lucro líquido recorrente. É calculado como o lucro líquido menos outras receitas e despesas operacionais e os correspondentes efeitos financeiros e tributários. Em 2022, também excluímos o impacto de despesas one-off relacionadas à integração do Grupo BIG.

Como resultado dos efeitos mencionados acima e impactado pelo aumento das despesas financeiras (maior nível de endividamento e taxas de juros), o lucro líquido ajustado do 4T22 foi de R\$ 550 milhões ou 2,0% das vendas líquidas (-1,8 p.p. a/a), e em 2022 o lucro líquido ajustado foi de R\$ 1,8 bilhão (1,9% das vendas líquidas).

Em R\$ milhões	4T 22	4T 21	Δ%	2022	2021	Δ%
Lucro líquido, controladores	426	1.017	-58,1%	1.739	3.144	-44,7%
(+/-) Outras receitas(despesas)	(23)	(148)	-84,4%	(36)	(634)	-94,3%
(+/-) Opex Integração	273	-	n.m.	273	-	n.m.
(+/-) Resultado financeiro (não recorrente)	(5)	(3)	3,6%	(23)	(4)	443,8%
(+/-) Imposto de renda de outros itens de receita (despesas)	(121)	(100)	21,7%	(133)	(125)	6,0%
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	n.m.	-	19	-100,0%
Lucro líquido ajustado, controladores	550	766	-28,2%	1.821	2.400	-24,1%
Margem líquida	2,0%	3,7%	-1,8 p.p.	1,9%	3,3%	-1,4 p.p.

Capital de Giro
Nosso capital de giro antes dos recebíveis representou um recurso líquido de R\$ 7,4 bilhões ou 37 dias, +3 dias vs 4T21, pois trabalhamos com menos dias de estoque para melhor administrar o período inflacionário volátil. Quando comparado ao 3T22, o efeito se deve basicamente à forte sazonalidade do 4T22.
O contas a receber totalizou R\$ 1,6 bilhão ou 8 dias no trimestre, devido ao aumento das vendas com cartão de crédito no Atacadão vs. 4T21.

	4T 22		3T 22		2T 22		1T 22		4T 21	
	R\$ Milhões	Dias	R\$ Milhões	Dias	R\$ Milhões	Dias	R\$ Milhões	Dias	R\$ Milhões	Dias
(+) Estoques	9.471	48	9.579	50	9.340	49	9.512	54	8.788	52
(-) Fornecedores (**)	(16.842)	(85)	(9.467)	(49)	(11.242)	(59)	(10.606)	(61)	(14.553)	(87)
(=) Capital de Giro antes dos recebíveis	(7.371)	(37)	111	1	(1.902)	(10)	(1.093)	(6)	(5.766)	(34)
(+) Contas a Receber (*)	1.634	8	3.201	17	2.326	12	2.853	16	951	6
(=) Capital de Giro incluindo recebíveis	(5.737)	(29)	3.312	17	424	2	1.760	10	(4.815)	(29)

(*) Recebíveis comerciais, excluindo recebíveis de aluguel das galerias (Carrefour Property) e fornecedores (**). Excluindo fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis e líquido de descontos a serem recebidos de fornecedores.

Os índices de capital de giro acima são calculados usando o Custo de Mercadorias Vendidas (CMV) e foi renovado no início de 2022.

A análise do capital de giro do Grupo BIG no 4T22 é afetada pelo alto número de lojas em um plano de conversão acelerado - menor CMV devido ao ramp-up ou pré-fechamento. Os indicadores ficaram praticamente em linha t/t.

Grupo BIG	4T 22		3T 22		2T 22	
	R\$ Milhões	Dias	R\$ milhões	Dias	R\$ milhões	Dias
(+) Estoques	2.822	65	2.950	68	2.851	61
(-) Fornecedores (**)	(2.622)	(61)	(2.622)	(60)	(2.425)	(52)
(=) Capital de Giro antes dos recebíveis	199	4	328	8		

continuação



GRUPO CARREFOUR BRASIL

Atacado S.A. Grupo Carrefour Brasil CNPJ 75.315.333/0001-09

Em R\$ milhões	2022	2021	Δ%
Varição do Capital de Giro	990	157	530,4%
Fluxo de Caixa das Operações	6.473	4.556	42,1%
Capex (excluindo direito de uso e aquisições do Makro e Grupo BIG)	(3.511)	(2.784)	26,1%
Varições em contas a pagar aos fornecedores de ativos fixos	112	276	-59,4%
Alienação de ativos fixos	143	11	n.m.
Fluxo de Caixa de Investimentos operacionais	(3.256)	(2.497)	30,4%
Fluxo de Caixa Livre (*)	3.217	2.059	56,2%
Lease operacional (IFRS16)	(671)	(339)	97,9%
Custo da dívida	(1.163)	(193)	502,6%
Fluxo de Caixa Livre Acionista	1.383	1.527	-9,5%

Agora operamos 1.203 lojas para uma área total de vendas de 3.414.702 m²

Rede de lojas

No quarto trimestre, inauguramos 6 novas lojas Cash & Carry nos estados de São Paulo (2), Pernambuco (1), Tocantins (1), Goiás (1) e Mato Grosso (1). Com as bandeiras do Carrefour, abrimos 2 lojas de proximidade e 2 postos de gasolina no estado de São Paulo. Também abrimos 52 lojas convertidas, sendo 21 da bandeira Maxi para Atacado (7 em SP, 3 em BA, 2 em CE, 1 em ES, 1 em GO, 1 em PB, 1 em PE, 3 em PR, 1 em RJ, 1 no RS), 13 do BIG para a bandeira Atacado (5 em SP, 1 na BA, 1 no CE, 2 em MG, 2 no PR e 2 no RS), 17 do BIG para a bandeira Carrefour (3 em SP, 2 em AL, 2 em CE, 1 em DF, 1 em MG, 2 em PR, 2 em RJ, 4 em SC) e 1 de BIG para Sam's Club no PI.

Número de lojas	Dez. 21	Aberturas	Fechamentos	Conversões	Grupo BIG*	Dez. 22
Atacado	250	20	-	38	36	344
Atacado de entrega	33	-	-	-	-	33
Sam's Club	-	-	-	1	42	43
Hipermercados	100	-	-	20	50	170
Supermercados	54	-	-	-	194	248
Lojas de conveniência	144	11	6	-	-	149
Drogarias	121	-	-	-	-	121
Postos de combustível	77	4	-	4	10	95
Grupo	779	35	6	63	332	1.203

Área de vendas (m ²)	Dez. 20	Dez. 22	Grupo BIG*	Conversões	Dez. 22 c/ BIG	Δ (%)
Atacado	1.348.527	1.426.461	130.435	192.119	1.749.015	29,7%
Sam's Club	-	-	246.871	4.778	251.649	n.a.
Hipermercados	700.179	700.179	226.282	137.215	1.063.677	51,9%
Supermercados	68.403	68.403	212.486	-	280.888	310,6%
Lojas de conveniência	23.736	23.279	-	-	23.279	-1,9%
Drogarias	7.811	7.811	-	-	7.811	0,0%
Postos de combustível	31.858	32.957	3.476	1.950	38.383	20,5%
Área de vendas total	2.180.514	2.259.090	819.550	336.062	3.414.702	56,6%

* Incluindo 9 lojas que serão alienadas.

INFORMAÇÕES DA VIDEOCONFERÊNCIA DE RESULTADOS

Streaming de Vídeo

Inglês	10h00 – Brasília
Português	08h00 – Nova York
14 de fevereiro de 2023	13h00 – Londres
(Terça-feira)	14h00 – Paris

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

David Murciano
Vice-Presidente de Finanças (CFO) e Diretor de Relações com Investidores
Equipe de RI - Telefone: +55 11 3779-8500 E-mail: ribrasil@carrefour.com
Site: ri.grupocarrefourbrasil.com.br

ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

Em R\$ milhões	4T 22	4T 21	Δ%	2022	2021	Δ%
Vendas brutas	31.477	22.781	38,2%	108.052	81.185	33,1%
Vendas líquidas	28.158	20.661	36,3%	97.389	73.552	32,4%
Outras receitas	1.694	1.203	40,8%	5.501	4.199	31,0%
Receita operacional líquida	29.852	21.864	36,5%	102.890	77.751	32,3%
Custo das mercadorias, serviços e operações financeiras	(23.739)	(17.602)	34,9%	(83.241)	(62.875)	32,4%
Lucro bruto	6.113	4.262	43,4%	19.649	14.876	32,1%
Margem bruta	21,7%	20,6%	1,1 p.p.	20,2%	20,2%	0,0 p.p.
Despesas de VG&A	(4.152)	(2.518)	64,9%	(13.079)	(9.211)	42,0%
EBITDA Ajustado	1.974	1.757	12,4%	6.623	5.715	15,9%
Margem EBITDA ajustada	7,0%	8,5%	-1,5 p.p.	6,8%	7,8%	-1,0 p.p.
Depreciação e amortização	(497)	(301)	64,9%	(1.671)	(1.173)	42,5%
Resultado de equivalência patrimonial	-	14	-100,0%	(2)	(9)	-77,8%
Outras receitas (despesas)	23	148	-84,4%	36	634	-94,3%
EBIT	1.487	1.605	-7,3%	4.933	5.117	-3,6%
Despesas financeiras líquidas	(790)	(266)	197,5%	(2.261)	(786)	187,7%
Resultado antes dos impostos e contribuição social	697	1.339	-47,9%	2.672	4.331	-38,3%
Imposto de renda	(156)	(230)	-32,2%	(674)	(965)	-30,2%
Lucro líquido	541	1.109	-51,2%	1.998	3.366	-40,6%
Lucro líquido, controladores	426	1.017	-58,1%	1.739	3.144	-44,7%
Lucro líquido - Acionistas minoritários (NCI)	115	92	25,3%	259	222	16,7%

ANEXO II - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em R\$ Milhões	Dez. 22	Dez. 21
Ativos		
Caixa e equivalente de caixa	10.835	6.945
Títulos e valores mobiliários	256	47
Contas a receber	2.633	1.298
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	12.974	11.038
Estoques	12.293	8.788
Impostos a recuperar	1.839	1.294
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	186	30
Instrumentos financeiros derivativos	2	95
Despesas antecipadas - Grupo BIG	229	1.026
Outras contas a receber	1.216	277
Ativos mantidos para venda	284	-
Ativo Circulante	42.747	30.838
Contas a receber	13	9
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	748	485
Instrumentos financeiros derivativos	109	439
Títulos e valores mobiliários	578	107
Impostos a recuperar	4.011	2.812
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	109	107
Imposto de renda e contribuição social diferidos	499	142
Despesas antecipadas	110	633
Depósitos e bloqueios judiciais	2.744	2.570
Outras contas a receber	293	142
Estoques	300	300
Propriedade para investimentos	597	560
Investimentos	37	104
Imobilizado	31.794	17.417
Intangível e ágio	7.715	2.342
Ativo não Circulante	49.548	28.086
Ativo total	92.295	58.924

Em R\$ Milhões	Dez. 22	Dez. 21
Passivo		
Fornecedores	20.641	15.449
Empréstimos	10.972	3.019
Instrumentos financeiros derivativos	501	85
Passivo de arrendamento	278	161
Operação com cartão de crédito	10.624	8.249
Impostos a recolher	635	372
Imposto de renda e contribuição social	55	267
Obrigações trabalhistas	1.337	825
Dividendos a pagar	74	65
Receita diferida	170	33
Fundo de investimento em direitos creditórios	367	-
Outras contas a pagar	1.071	551
Passivo Circulante	46.725	29.076
Empréstimos	3.395	3.973
Instrumentos financeiros derivativos	96	-
Passivo de arrendamento	4.426	1.877
Operações com cartão de crédito	1.590	1.266
Imposto de renda e contribuição social diferidos	544	439
Provisões	13.702	3.290
Provisões (imposto de renda e contribuição social)	-	582
Receita diferida	50	18
Outras contas a pagar	5	7
Passivo não Circulante	23.798	11.452
Capital social	9.918	7.651
Reserva de capital	2.140	2.213
Reservas de lucros	8.500	7.487
Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários	(282)	(282)
Ajuste de avaliação patrimonial	(6)	10
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	20.270	17.079
Participação de não controladores	1.502	1.317
Total passivo e patrimônio líquido	92.295	58.924

ANEXO III - BANCO CARREFOUR

De acordo com os padrões contábeis locais (BACEN GAAP), a metodologia de provisionamento é puramente baseada na aging dos recebíveis e maiores impactos no resultado estão diretamente associados a maiores índices de inadimplência. Por outro lado, a IFRS9 implica a constituição de provisões não só para créditos vencidos, mas também acrescenta impactos materiais em função das perdas esperadas associadas ao risco de crédito - mesmo para créditos com pagamentos em dia. Como esse cálculo depende de muitos indicadores e expectativas, pode adicionar maior volatilidade aos resultados e impactos nos indicadores e requisitos de capital.

DRE simplificada

Metodologia BACEN - Em R\$ milhões	4T 22	4T 21	Δ%	2022	2021	Δ%
Receitas da intermediação financeira	1.388	1.022	35,8%	3.122	2.505	24,6%
Carga de risco	(646)	(401)	61,1%	(1.890)	(869)	117,5%
Lucro bruto	742	621	19,5%	1.232	1.636	-24,7%
Despesas VG&A	(333)	(304)	9,5%	(906)	(816)	11,0%
EBITDA Ajustado	409	317	29,0%	326	820	-60,2%
Lucro Líquido (100%)	220	164	34,1%	145	415	-65,1%

IFRS 9

Em R\$ milhões	4T 22	4T 21	Δ%	2022	2021	Δ%
Receitas da intermediação financeira	1.368	1.007	35,8%	4.446	3.497	27,1%
Carga de risco	(625)	(369)	69,4%	(2.226)	(1.481)	50,3%
Lucro bruto	743	638	16,5%	2.220	2.016	10,1%
Despesas VG&A	(312)	(287)	8,7%	(1.170)	(1.086)	7,7%
EBITDA Ajustado	431	351	22,8%	1.050	930	12,9%
Lucro Líquido (100%)	234	193	21,2%	534	463	15,3%

Análise da Carteira de Créditos Vencidos

Metodologia BACEN - Em R\$ milhões	Dezembro 22	Setembro 22	Junho 22	Março 22	Dezembro 21	
Carteira Total	15.898	100,0%	14.711	100,0%	13.977	100,0%
Carteira em Dia	12.778	80,4%	11.649	79,2%	11.193	80,1%
Atraso 30 dias	2.786	17,5%	2.680	18,2%	2.427	17,4%
Atraso 90 dias	2.114	13,3%	2.045	13,9%	1.844	13,2%
Saldo de PDD	2.390	15,0%	2.260	15,4%	2.017	14,4%
PDD/Atraso 90 dias	113,1%	110,5%	109,4%	107,7%	112,0%	

IFRS 9

Em R\$ milhões	Dezembro 22	Setembro 22	Junho 22	Março 22	Dezembro 21	
Carteira Total	19.526	100,0%	17.897	100,0%	16.801	100,0%
Carteira em Dia	12.770	65,4%	11.687	65,3%	11.187	66,6%
Atraso 30 dias	6.389	32,7%	5.799	32,4%	5.234	31,1%
Atraso 90 dias	5.621	28,9%	5.078	28,4%	4.575	27,2%
Saldo de PDD	6.092	31,2%	5.542	31,0%	4.604	29,0%
PDD/Atraso 90 dias	108,4%	109,1%	110,6%	114,7%	117,7%	

ANEXO IV - DRE POR SEGMENTO

Em R\$ milhões	Consolidado			Cash & Carry			Varejo			Sam's Club		Banco Carrefour	
	4T 22	4T 21	Δ%	4T 22	4T 21	Δ%	4T 22	4T 21	Δ%	4T 22	4T 21	Δ%	
Vendas Brutas	31.477	22.781	38,2%	20.723	16.722	23,9%	9.078	6.059	49,8%	1.677	-	-	
Vendas Brutas ex gasolina	30.687	21.861	40,4%	20.723	16.722	23,9%	8.288	5.139	61,3%	1.677	-	-	
Vendas Líquidas	28.158	20.661	36,3%	18.636	15.196	22,6%	8.074	5.465	47,7%	1.448	-	-	
Outras receitas (1)	1.694	1.203	40,8%	61	47	31,6%	247	155	59,7%	26	1.368	1.007	
Receitas totais	29.852	21.864	36,5%	18.697	15.243	22,7%	8.321	5.620	48,1%	1.473	1.368	1.007	
Lucro Bruto	6.113	4.262	43,4%	2.852	2.362	20,7%	2.1						

continuação



GRUPO
CARREFOUR
BRASIL

↔ Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.317	3.267	10.835	6.945
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	256	47
Contas a receber	7	2.112	1.031	2.633	1.298
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	8.1	-	-	12.974	11.038
Estoques	9	6.830	6.343	12.293	8.788
Impostos a recuperar	10	807	792	1.839	1.294
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		117	-	186	30
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	-	93	2	95
Empréstimos a controladas	29	-	1.079	-	-
Adiantamento Aquisição Grupo BIG	3	-	900	-	900
Despesas antecipadas		16	11	229	126
Outras contas a receber		174	49	1.216	277
		16.373	13.565	42.463	30.838
Ativos mantidos para venda	3	-	-	284	-
		16.373	13.565	42.747	30.838
Não circulante					
Contas a receber	7	-	-	13	9
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	8.1	-	-	748	485
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	-	107	-	107
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	578	450
Impostos a recuperar	10	1.289	1.664	4.011	2.812
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		75	73	109	107
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	-	-	499	633
Despesas antecipadas		34	10	110	48
Depósitos e bloqueios judiciais	11	140	131	2.744	2.570
Outras contas a receber		18	17	293	142
		1.556	2.002	9.105	7.363
Estoques	9	-	-	300	300
Propriedades para investimentos	13.1	-	-	597	560
Investimentos	12	16.755	7.707	37	104
Imobilizado	13.2	14.832	13.414	31.794	17.417
Intangível	14	1.452	1.424	7.715	2.342
		34.595	24.547	49.548	28.086
		50.968	38.112	92.295	58.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

↔ Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Vendas líquidas	22.1	64.389	53.598	97.389	73.552
Outras receitas	22.2	193	202	5.501	4.199
		64.582	53.800	102.890	77.751
Receita operacional líquida					
Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras	23	(54.946)	(45.640)	(83.241)	(62.875)
		9.636	8.160	19.649	14.876
Lucro bruto					
Receitas (despesas)	24	(5.292)	(4.401)	(13.079)	(9.211)
Vendas, gerais e administrativas	24	(680)	(571)	(1.671)	(1.173)
Depreciação e amortização	12	(236)	968	(2)	(9)
Resultado de equivalência patrimonial	25	(11)	54	36	634
Outras receitas (despesas)		3.417	4.210	4.933	5.117
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos					
Receitas financeiras		1.846	1.121	2.061	1.147
Despesas financeiras	26	(3.286)	(1.554)	(4.322)	(1.933)
		(1.440)	(433)	(2.261)	(786)
Resultado financeiro					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social	17.1	(321)	(793)	(631)	(1.279)
Corrente	17.1	83	160	(43)	314
Diferido		1.739	3.144	1.998	3.366
Lucro líquido do exercício					
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		-	-	1.739	3.144
Acionistas não controladores	20.5	-	-	259	222
Lucro líquido por ação básico e diluído (R\$)	21	0,85	1,58	0,85	1,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

↔ Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.977	3.777	2.672	4.331
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	24	693	584	1.724	1.223
Juros sobre empréstimos e venda de recebíveis	26	879	187	1.115	255
Juros sobre empréstimos a controladas	29	(54)	(61)	-	-
Variação cambial sobre empréstimos	26	(466)	79	(466)	79
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	26	136	107	462	211
(Ganhos) e perdas com instrumentos financeiros derivativos, incluindo juros	26	1.138	159	1.138	159
Provisão para impairment de ativos imobilizados	13	-	-	56	18
Resultado na baixa de ativos imobilizado e intangível		58	8	71	56
Resultado projeto Pinheiros	25	-	-	-	(495)
Aquisição da totalidade das ações da empresa Cosmopolitano	25	-	-	(76)	-
Resultado na venda das lojas remédios	25	-	-	(27)	-
(Ganhos) e perdas relativas a demandas judiciais líquidas	25	(76)	(123)	(232)	(325)
Resultado da equivalência patrimonial	12	236	(968)	2	9
Pagamento baseado em ações		4	12	8	22
Fluxo de caixa antes de variações de ativos e passivos operacionais		4.525	3.761	6.447	5.543
Variação do capital de giro	27	497	365	1.000	(64)
Variação do crédito ao consumidor líquido concedido pela empresa de soluções financeiras	27	-	-	490	109
Imposto de renda e contribuição social pagos		(524)	(842)	(964)	(1.144)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		4.498	3.284	6.973	4.444
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adição de ativos intangíveis	14.2	(19)	(19)	(240)	(161)
Adição de ativos imobilizados e propriedade para investimento	13	(1.998)	(2.488)	(3.386)	(2.793)
Aquisição Grupo BIG	3	(4.392)	(900)	(4.075)	(900)
Fornecedores de ativos imobilizados e intangíveis		(60)	268	112	276
Aquisição da totalidade das ações da empresa Cosmopolitano		-	-	144	-
Aumento de capital em controlada	12	(1.826)	-	-	-
Empréstimos a controladas	29	1.133	-	-	-
Caixa relacionado à alienação de ativo imobilizado		-	9	143	11
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(7.162)	(3.130)	(7.302)	(3.567)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		17	2	17	2
Captação de empréstimos	28.4	11.838	6.620	11.838	6.620
Amortização de empréstimos	28.4	(4.325)	(3.593)	(5.031)	(3.671)
Juros pagos	28.4	(360)	(125)	(596)	(193)
Instrumentos financeiros derivativos		(567)	2	(567)	2
Fundo de investimento em direitos creditórios	28.4	-	-	20	-
Amortização de principal - Contratos de arrendamento	28.4	(27)	(17)	(209)	(131)
Amortização de juros - Contratos de arrendamento	28.4	(136)	(107)	(462)	(208)
Distribuição de dividendos		(726)	(1.800)	(791)	(2.025)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		5.714	982	4.219	396
Variação do caixa e equivalentes de caixa		3.050	1.136	3.890	1.273
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	3.267	2.131	6.945	5.672
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	6.317	3.267	10.835	6.945
Variação do caixa e equivalentes de caixa		3.050	1.136	3.890	1.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

↔ Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado em 31 de dezembro de 2021 (Em milhões de Reais)

	Nota	Reserva de lucros				Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio atribuível aos acionistas controladores		Participação de não controladores		Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros				Dividendo adicional proposto	acionistas controladores	não controladores		
Saldo em 1º de janeiro de 2021		7.649	2.193	383	5.001	759	(282)	6	15.709	1.336	222	17.045	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	3.144	-	3.144	222	-	3.366	
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	-	-	4	4	-	-	4	
Total resultados abrangentes do exercício							3.144	4	3.148	222	-	3.370	
Emissão de ações ordinárias	20.2.1	2	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	
Efeito de plano de opções, liquidável em ações	20.2.4	-	20	-	-	-	-	-	20	-	-	20	
Dividendos adicionais sobre o lucro de 2020		-	-	-	(759)	-	-	-	(759)	(92)	-	(851)	
Destinação do lucro do exercício:													
Reserva legal	20.2.4	-	-	157	-	-	(157)	-	-	-	-	-	
Dividendo mínimo obrigatório	20.4	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)	(65)	-	(68)	
Antecipação de dividendos adicionais	20.4	-	-	-	-	-	(1.038)	-	(1.038)	-	-	(1.038)	
Dividendos adicionais propostos	20.4	-	-	-	-	-	-	-	-	(84)	-	(84)	
Transferência para retenção de lucros	20.2.4	-	-	-	1.946	-	(1.946)	-	-	-	-	-	
Total de transações de capital com acionistas		2	20	157	1.946	(759)	(3.144)	-	(1.778)	(241)	-	(2.019)	
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021		7.651	2.213	540	6.947	759	(282)	10	17.079	1.317	259	18.396	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

↔ Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado em 31 de dezembro de 2022 (Em milhões de Reais)

	Nota	Reserva de lucros					Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio atribuível aos acionistas controladores		Participação de não controladores		Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais				acionistas controladores	não controladores			
Saldo em 1º de janeiro de 2022		7.651	2.213	540	6.947	-	(282)	10	17.079	1.317	259	18.396		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.739	-	1.739	259	-	1.998		
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	-	-	(16)	(16)	-	-	(16)		
Total resultados abrangentes do exercício							1.739	(16)	1.723	259	-	1.982		
Emissão de ações ordinárias	20.2.1	17	-	-	-	-	-	-	17	-	-	17		
Efeito de plano de opções, liquidável em ações	20.2.4	-	4	-	-	-	-	-	4	-	-	4		
Dividendos adicionais sobre o lucro de 2021		-	-	-	(39)	-	-	-	(39)	-	-	(39)		
Destinação do lucro do exercício:														
Reserva legal	20.2.4	-	-	87	-	-	(87)	-	-	-	-	-		
Dividendo mínimo obrigatório	20.4	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)	(74)	-	(76)		
Antecipação de dividendos adicionais	20.4	-	-	-	-	-	(685)	-	(685)	(65)	-	(750)		
Aquisição Grupo BIG	3	2.250	(77)	-	-	-	-	-	2.173	-	-	2.173		
Transferência para retenção de lucros	20.2.4	-	-	-	153	-	(965)	-	-	-	-	-		
Reversão de dividendos a pagar	20.4	-	-	-	-	-	-	-	-	65	-	65		
Total de transações de capital com acionistas		2.267	(73)	87	114	812	(1.739)	-	1.468	(74)	-	1.394		
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022		<												

continuação



**GRUPO
CARREFOUR
BRASIL**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

Nota 1: Operações

Atacadão S.A. ("Atacadão" ou a "Companhia"), diretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Grupo Carrefour Brasil", "Grupo" ou "Nós") atua no comércio varejista e atacadista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletrônicos e outros produtos por meio de sua cadeia de lojas de atacado de autoserviços e atacado de entrega, hipermercados, supermercados, lojas de conveniência, postos de gasolina, farmácias e e-commerce, principalmente sob os nomes comerciais "Atacadão", "Carrefour" e "BIG".

Para dar suporte ao seu núcleo varejista, o Grupo também oferece serviços bancários aos clientes, sob o nome comercial "Banco CSF", empresa supervisionada e regulada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). O Banco Carrefour Soluções Financeiras ("Banco CSF") oferece aos seus clientes cartões de crédito "Carrefour" e "Atacadão" que podem ser utilizados nas lojas do Grupo Carrefour Brasil e em outros lugares, empréstimos ao consumidor e outros produtos, como apólices de seguro.

Em junho de 2022, foi adquirido o controle do Grupo BIG (Nota 3), uma sociedade anônima de capital fechado envolvida primariamente na comercialização, no varejo e no atacado, de produtos alimentícios, artigos de vestuário, eletroeletrônicos e combustíveis.

O Grupo Carrefour Brasil é uma sociedade anônima com matriz na Rua George Eastman 213, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As ações da Companhia são listadas no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo - B3, sob o código "CRFB3".

A controladora final da Companhia é a Carrefour S.A., empresa francesa listada na Bolsa de Valores de Paris.

Nota 2: Base de Preparação das Demonstrações Financeiras Individuais Consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2023.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021 compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e a participação do Grupo nos lucros ou prejuízos e nos ativos líquidos das controladas em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhão mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Nota 2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRSs"), emitidas pela *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Em conformidade com a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As IFRSs compreendem as Normas Internacionais de Contabilidade, as interpretações do Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRIC) e do Comitê Permanente de Interpretações (SIC).

Nota 2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve o uso de estimativas e premissas da Administração que podem afetar os valores informados de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações contidas nas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente para assegurar que são razoáveis à luz da experiência passada e da situação econômica atual. Além da utilização de estimativas, a Administração do Grupo é obrigada a exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado.

As principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas informações contábeis individuais e consolidadas dizem respeito a:

- Nota 3 - determinação do valor justo dos ativos, passivos e da contraprestação transferida;
- Nota 9 - as principais premissas subjacentes ao valor realizável líquido dos estoques;
- Nota 10 - provisão para redução ao valor recuperável do ICMS e Substituição Tributária do ICMS (ICMS ST);
- Notas 13.2, 14.1, 14.2 e 14.3 - valor recuperável de ágio, outros ativos intangíveis e imobilizados;
- Nota 15 - operações de arrendamento mercantil;
- Nota 17 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais;
- Nota 18 - mensuração de provisões para contingências e outras provisões relacionadas aos negócios, as principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos; e
- Nota 28.7 - provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro.

Nota 2.3. Métodos de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo (títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos, instrumentos financeiros derivativos e mais valia de ativos e passivos).

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Baseado na hierarquia definida pela IFRS 13/CPC 46 - Instrumentos financeiros, o valor justo pode ser mensurado usando os seguintes critérios:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, preços) ou indiretamente (por exemplo, dados baseados nos preços), exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Nota 2.4. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

O Grupo elaborou demonstrações dos valores adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

Nota 2.5. Novas normas e interpretações

- Alterações no IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual: as alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adote a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) - Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

- Alterações no IAS 16/CPC 27 Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido: as alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 - Estoques (CPC 16). As alterações esclarecem ainda o significado de "testar se um ativo está funcionando adequadamente". Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos.

Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

- Alterações no IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato: as alterações especificam que o "custo de cumprimento" do contrato compreende os "custos diretamente relacionados ao contrato". Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

- Alterações no IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: a alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adiante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1.D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1.D16(a). Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

- Alterações no IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros: a alteração esclarece que ao aplicar o teste de "10% para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor)

e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

- Alterações no IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos: a alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

- Alterações no IAS 41/CPC 29 - Agricultura: a alteração exclui a exigência da IAS 41 para que as entidades excluam os fluxos de caixa de tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos. Isso alinha a mensuração do valor justo da IAS 41 às exigências da IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo para que os fluxos de caixa e taxas de desconto sejam internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2023 ou após, e o Grupo está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras da adoção destas normas:

- IFRS 17 - Contratos de seguro (CPC 50): A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11).

A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O Modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O Modelo Geral utiliza premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.

Em junho de 2020, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 17 para endereçar os problemas e os desafios de implementação identificados após a publicação da IFRS 17. As alterações postergam a data de adoção inicial da IFRS 17 (incorporando as alterações) para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Ao mesmo tempo, o IASB emitiu a Prorrogação da Isenção Temporária de Aplicação da IFRS 9 (Alterações à IFRS 4 (CPC 11)) que prorroga a data de vencimento fixa da isenção temporária de aplicação da IFRS 9 (CPC 48) na IFRS 4 para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Em dezembro de 2021, o IASB emitiu a Adoção Inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informações Comparativas (Alterações à IFRS 17) para endereçar os problemas e os desafios de implementação identificados após a publicação da IFRS 17. As alterações endereçam os desafios na apresentação de informações comparativas.

A IFRS 17 deve ser adotada retrospectivamente a menos que sua adoção seja inviável; nesse caso, será aplicável a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem de valor justo.

Para fins das exigências de transição, a data de adoção inicial corresponde ao início do período anual no qual a entidade adota a norma pela primeira vez, e a data de transição corresponde ao início do período imediatamente anterior à data de adoção inicial.

- Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture: as alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não continha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da renensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no futuro caso essas transações ocorram.

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes: As alterações à IAS 1 publicadas em Janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. O IASB está atualmente considerando novas alterações nos requisitos da IAS 1 sobre classificação de passivos como circulante ou não circulante, incluindo o adiamento da aplicação das alterações de janeiro de 2020.

Os administradores da Entidade devem antecipar se a aplicação destas alterações poderá ter impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em períodos futuros.

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis: As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na Declaração Prática 2 da IFRS. As alterações à IAS 1 são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à Declaração Prática 2 da IFRS não apresentam uma data de vigência ou exigências de transição.

- Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis: A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração".

A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro;
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

O IASB acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O IASB excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 com relação a mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis ocorridas em ou após o início daquele período, sendo permitida a adoção antecipada.

- Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação: As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

O IASB acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas.

As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:

- Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento
- Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo

- O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida adoção antecipada.

Os administradores da Entidade devem antecipar se a aplicação destas alterações poderá ter impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em períodos futuros caso surjam tais transações.

Nota 3: Aquisição de Controladas

Políticas contábeis

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo na data de aquisição, dos passivos incorridos pelo Grupo com relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pelo Grupo em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 e IAS 19, respectivamente (equivalentes aos CPC 32 - Impostos sobre a Renda e CPC 33 (R1) - Benefícios aos empregados);
- Passivos ou instrumentos patrimoniais relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações do Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 (CPC 10 (R1)) - Pagamentos Baseados em Ações - na data de aquisição (vide a seguir); e

- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 (CPC 31 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas) são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa.

Quando a contraprestação transferida pelo Grupo em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retrospectivamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contraprestação contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contraprestação contingente. A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada nas datas de relatórios subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio líquido. Outras contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo nas datas de relatórios subsequentes, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado. Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Grupo na entidade (incluindo operações conjuntas) adquirida é remensurada ao seu valor justo na data de aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na entidade adquirida antes da data de aquisição, anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes", são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação tivesse sido alienada.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, o Grupo registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (vide acima) ou os ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

Grupo BIG Brasil Ltda. ("Grupo BIG" ou "Big")

Em 24 de março de 2021, a Companhia anunciou a assinatura de contrato de compra e venda de ações e outras avenças com Momentum - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, controlado por entidades sob gestão de entidade afiliada à Advent International Corporation, e Brazil Holdings S.C.S, companhia controlada pelo Walmart Inc., para aquisição da totalidade das ações de emissão do Grupo BIG Brasil S.A. pelo montante total de R\$ 7.465, sujeito aos demais ajustes nos termos do acordo. Do valor total da transação, foi pago a título de antecipação pela Companhia o valor equivalente a R\$ 900. A Operação estava condicionada a algumas condições usuais em transações desta natureza, tais como (i) a obtenção da aprovação dos acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, à Compra e Venda e à Incorporação de Ações; e (ii) a aprovação da Operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE").

Em 12 de novembro de 2021, a Superintendência-Geral do CADE emitiu declaração de complexidade relacionada à aquisição do Grupo BIG. A declaração de complexidade é uma etapa processual que já era esperada pela Companhia em função das características da operação e apresentava além de outros itens, o desinvestimento de algumas lojas.

Em 25 de janeiro de 2022 foi emitido o Despacho SG nº 85/2022 pela Superintendência-Geral do CADE, com a recomendação de aprovação da aquisição do Grupo BIG. Em 25 de abril de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou da operação de aquisição do Grupo BIG, conforme os termos apresentados no contrato firmado em 24 de março de 2021. Posteriormente a operação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de maio de 2022.

Em 25 de maio de 2022, o CADE aprovou a aquisição do Grupo BIG, com a previsão do desinvestimento de 14 lojas (11 hipermercados /atacado de autoserviço e 3 supermercados/*soft discount*), que representam aproximadamente 3,6% do parque total de lojas e 6,0% da receita de 2021 do Grupo BIG.

Em 01 de junho de 2022 (data de aquisição) a Companhia obteve o controle do Grupo BIG, onde nessa data as condições precedentes para a transação foram concluídas e a Companhia passa a ter exposição aos direitos, retornos variáveis e os resultados do Grupo BIG passar a ser consolidados.

Em 06 de junho de 2022, ocorreu o fechamento da operação contemplada no contrato de compra e venda de ações e outras avenças, por meio do qual a Companhia (I) adquiriu ações de emissão do Grupo BIG representativas de 70% do seu capital social; e (II) as ações remanescentes de emissão do Grupo BIG foram incorporadas pela Companhia, com a emissão, em favor dos acionistas do grupo BIG, de 116.822.430 (cento e dezesseis milhões, oitocentas e vinte e duas mil, quatrocentas e trinta) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, de modo que a Companhia passou a deter a totalidade das ações de emissão do Grupo BIG.

O Grupo BIG é uma sociedade anônima de capital fechado envolvida primariamente na comercialização, no varejo e no atacado, de produtos alimentícios, artigos de vestuário, eletroeletrônicos e combustíveis em lojas especializadas denominadas "Sam's Club", "Maxxi", "Big", "Big Bompreço", "Super Bompreço", "Todo Dia", "Hiper Todo Dia" e "Nacional".

A aquisição do Grupo BIG tem como objetivo expandir a presença do Grupo Carrefour Brasil em regiões onde tem penetração limitada, como o Nordeste e Sul do país, e que oferecem forte potencial de crescimento. A rede de lojas do Grupo BIG, portanto, apresenta forte complementaridade geográfica. A aquisição permite que o Grupo Carrefour Brasil expanda seus formatos tradicionais (principalmente Atacado e Hipermercados). A transação também vai reforçar a presença do Grupo Carrefour Brasil em formatos nos quais tem presença mais limitada, em particular os supermercados e *soft discount*. Além disso, o Grupo Carrefour Brasil atuará em um novo segmento de mercado com o formato Sam's Club, através de um contrato de licenciamento com o Walmart Inc. Este modelo de negócios voltado para o segmento B2C, é baseado em um sistema de associados, com mais de 2 milhões de membros, e tem um forte foco em produtos de marca própria.

Determinação da contraprestação transferida pela aquisição

Adiantamento de caixa feito em 2021	900
Desembolso de caixa pago em 2022	4.728
Pagamento em ações	2.173
Pagamento em dividendos	109
<i>True up</i> ⁽¹⁾	(433)
<i>Stock options</i> executivos Big	(12)
Total da contraprestação transferida	7.465
Contraprestação em espécie	4.392
Caixa e equivalente de caixa adquirido	317
Caixa líquido de aquisição BIG	4.075

(1) O ajuste "True-Up" consiste numa análise da posição de caixa, endividamento, variação do capital circulante líquido e ajustes do capex na data de fechamento da transação

O valor justo das 116.822.430 ações ordinárias emitidas como parte da contraprestação paga pelo Grupo Big (R\$ 2.173) foi determinado pelo preço da ação do Grupo ("CRFB3") no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo - B3, no dia 6 de junho de 2022.

De acordo com condições estabelecidas no contrato de aquisição, as quais são comuns em contratos desta natureza, poderia haver um potencial pagamento adicional a ser efetuado em seis meses com base na valorização do preço das ações, calculado da seguinte forma: valorização das ações do Carrefour Brasil, em R\$, entre a data do fechamento da operação (06 de junho de 2022) e seis meses após essa data (06 de dezembro de 2022), multiplicada por um fator de 20 milhões. Não houve desembolso de caixa adicional relacionado a contraprestação contingente.

Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos

Em junho de 2022, a Companhia procedeu com a contratação de especialistas para avaliação dos ativos e passivos do Grupo BIG, como parte do seu processo de identificação dos ativos intangíveis e passivos para sua alocação do preço de compra. A partir dessa avaliação a Companhia identificou algumas rubricas cujo processo de coleta de informações e discussão com a administração do Grupo BIG ainda se encontra em andamento, onde na data de conclusão dessas demonstrações financeiras consolidadas, as avaliações de mercado necessária e outros cálculos não tinham sido finalizados, portanto, foram provisoriamente apurados com base na melhor estimativa da Administração.

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

continuação


**GRUPO
CARREFOUR
BRASIL**

Nesse contexto, a Companhia efetuou contabilização provisória do valor justo dos ativos e passivos identificados e tal avaliação encontra-se dentro período esperado para mensuração final e alocação do preço de compra previsto no CPC 15 - Combinação de negócio (R1), o qual não poderá exceder a um ano da data de aquisição, onde o adquirente poderá ajustar o valor justo dos ativos e passivos assumidos naquela data. Entre os ativos e passivos podemos citar principalmente o ativo imobilizado (terrenos, benfeitorias, edificações, arrendamentos e outros) e contingências. Estimamos que a mensuração final do valor justo de tais ativos e passivos, deverão impactar a alocação preliminar do montante atribuído ao ágio e das mais valias desses ativos e passivos quando concluído e assim tais montantes deverão ser reclassificados do valor atribuído como ágio para outras classificações do ativo não circulante com base nas informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração". Os valores reconhecidos relacionados aos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis estão demonstrados na tabela a seguir:

Balanco após alocação preliminar do preço de compra	
Ativos	
Caixa e equivalente de caixa	317
Contas a receber	668
Estoques	2.787
Impostos a recuperar circulante	513
Outras contas a receber circulante	278
Ativos mantidos para venda	323
Contas a receber não circulante	8
Impostos a recuperar não circulante	1.965
Depósitos judiciais	584
Outros ativos não circulantes	32
Imobilizado	9.920
Intangível	527
Ativos de direito de uso	2.443
	20.365
Passivos	
Fornecedores	2.639
Notas promissórias	627
Instrumentos financeiros derivativos	5
Passivo de arrendamento circulante	73
Impostos a recolher	93
Obrigações trabalhistas	449
Receita diferida circulante	94
Outras contas a pagar circulante	248
Partes relacionadas	7
Fundo de investimento em direitos creditórios	346
Passivo de arrendamento não circulante	2.306
Imposto de renda e contribuição social diferido	211
Provisão para demandas judiciais	10.521
Receita diferida	57
	17.676
Ativos líquidos totais	2.689

Os principais ativos e passivos identificados na alocação preliminar de valor justo na combinação de negócios foram: ativo imobilizado (terrenos e edificações), marcas e provisão para demandas judiciais. Terrenos - O valor justo dos ativos ajustados acima foi estabelecido a partir da análise obtida na comparação com ativos imobilizados semelhantes no mercado, considerando seu melhor uso, assim foi reconhecida a mais valia no montante de R\$ 3.268. Edificações - O valor justo das edificações foi determinado através de análise da área total dos ativos adquiridos e comparação com ativos semelhantes (lojas de mesmo formato). Como alocação provisória foi reconhecido o montante estimado de mais valia de R\$ 2.037. Marcas - A Companhia identificou as principais marcas da operação do Grupo BIG estando representadas pelos formatos de lojas operadas pelas bandeiras Maxxi, Hi-per, Super e Todo dia. As marcas possuem vida útil indefinida e foi reconhecido o montante de R\$ 263.

Provisão para demandas judiciais - O montante de mais valia reconhecida no passivo contingente de R\$ 5.390 é relativo a processos judiciais classificados como obrigações possíveis e para os quais o valor justo foi mensurado confiavelmente, utilizando também premissas baseadas nas métricas acordadas no contrato de compra e venda ou por nossos consultores jurídicos externos.

Provisão para demandas judiciais trabalhistas - A Companhia, no âmbito do processo de identificação dos passivos atribuídos na combinação de negócios, identificou a prévia existência de prognósticos individualizados para as ações trabalhistas propostas contra o Grupo Big, tendo verificado que os montantes de perda avaliados pelos advogados dos respectivos processos superavam o montante provisionado. A Administração, com auxílio de assessores legais externos e independentes, procedeu à contabilização da exposição adicional de risco no montante de R\$ 1.655. Foi reconhecido o montante de R\$ 323 na rubrica "Ativos mantidos para venda" com relação à obrigatoriedade da venda de 14 (catorze) lojas de acordo com a decisão proferida pelo CADE. Em 31 de dezembro de 2022, o montante reconhecido na rubrica "Ativos mantidos para venda" totalizaram R\$ 284.

O ágio preliminar é atribuído principalmente ao valor das sinergias esperadas da combinação das operações do Grupo BIG e a Companhia reforçando a presença do Grupo Carrefour Brasil em regiões do país onde há penetração ainda é limitada. Não se espera que o ágio seja dedutível para fins do imposto de renda em curto espaço de tempo.

Ágio preliminar identificado

Contraprestação total transferida	7.465
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	2.689
Ágio resultante na aquisição do Grupo Big	4.776

Os custos relacionados à aquisição (incluídos na Nota 25 - "Outras receitas (despesas)") totalizaram R\$ 110 milhões em 31 de dezembro de 2022.

O Grupo BIG contribuiu com receitas no valor de R\$ 11.562 e um prejuízo de R\$ 880 para o resultado da Companhia para o período entre 1 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2022.

Se o Grupo BIG tivesse sido consolidado a partir de 1o de janeiro de 2022, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R\$ 106.199 e lucro proforma de R\$ 1.611 em 31 de dezembro de 2022. Essa informação de receita líquida e lucro foi obtida mediante a simples agregação dos valores da adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano e esperados considerando a operação sob gestão da Companhia, e potenciais sinergias e estratégias de negócios que serão prospectivamente aplicadas.

Nota 4: Base de Consolidação

Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas a partir da data de aquisição (data em que o Grupo adquire controle) até à data em que o Grupo deixa de exercer o controle sobre a controlada, e a participação do Grupo em empresas controladas em conjunto contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

(i) Controladas

Uma controlada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce o controle, direta ou indiretamente. Uma entidade é controlada quando o Grupo é exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. O Grupo considera todos os fatos e circunstâncias ao avaliar se controla uma subsidiária, tais como direitos resultantes de acordos contratuais ou potenciais direitos de voto substanciais detidos pelo Grupo.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data de aquisição do controle. Os resultados das controladas vendidas durante o exercício ou que o Grupo deixa de controlar estão incluídos até a data em que o controle cessar.

(ii) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint-ventures)

As entidades nas quais o Grupo exerce uma influência significativa (coligadas) e as entidades sobre as quais o Grupo exerce o controle conjunto e que correspondem à definição de empreendimento controlado em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, conforme explicado na Nota 12 "Investimentos". Influência significativa é o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Em 31 de dezembro 2022 e 2021 o Grupo não possuía participação em coligadas.

Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que partilham o controle.

Combinações de negócios

As combinações de negócios, definidas como transações em que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio, são contabilizadas pelo método de aquisição. As combinações de negócios realizadas desde 1º de janeiro de 2010 são mensuradas e reconhecidas conforme descrito abaixo, de acordo com o CPC 15 (IFRS 3) - Combinações de Negócios:

- Na data de aquisição, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são reconhecidos e mensurados pelo valor justo.

- O ágio corresponde ao excesso da (i) soma da contraprestação transferida (ou seja, o preço de aquisição) e o valor de qualquer participação da não controladora sobre a adquirida, sobre (ii) o valor líquido dos valores na data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. É registrado diretamente no balanço patrimonial da adquirida, e é subsequentemente testado para eventual redução ao seu valor recuperável (*impairment*) ao nível do Grupo de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") que corresponde à informação por segmento a que a adquirida pertence, pelo método descrito na Nota 14.3. Qualquer ganho proveniente de compra vantajosa (ou seja, deságio) é reconhecido diretamente no resultado.
- Para as combinações de negócios em uma base inferior a 100%, os componentes na data de aquisição das participações dos não controladores na adquirida (ou seja, participação destas não controladoras na parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida) são mensurados pelo:

- Valor justo, de forma que parte do ágio reconhecido no momento da combinação de negócios seja alocado à participação de não controladores (método de "ágio integral"), ou

- a parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, de modo que apenas o ágio atribuído ao Grupo seja reconhecido (método "ágio parcial").

O método utilizado é determinado numa base de transação a transação. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

- Os montantes provisionados reconhecidos para uma combinação de negócios podem ser ajustados durante um período de mensuração que termina logo que o Grupo receba as informações que procurava sobre os fatos e circunstâncias existentes à data de aquisição ou saiba que não é possível obter mais informação ou o mais tardar 12 meses a partir da data de aquisição. Ajustes durante o período de mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, ou contraprestação transferida, são compensados por um ajuste correspondente ao ágio, desde que resulte de fatos e circunstâncias que existiam à data de aquisição. Quaisquer ajustes identificados após o final do período de mensuração são reconhecidos diretamente no resultado.

- Para uma combinação de negócios realizada em estágios (aquisição por etapas), quando o controle é adquirido, a participação de capital anteriormente mantida é reavaliada pelo valor justo por meio do resultado. No caso de redução da participação societária do Grupo, resultando em perda de controle, as participações remanescentes são também mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- Os custos de transação são registrados diretamente como uma despesa operacional no período em que são incorridos.

Alterações na participação que não resultem em mudança de controle

Qualquer alteração na participação do Grupo numa moeda diferente após uma combinação de negócios que não resulte no controle adquirido ou perdido é qualificada como uma transação com os proprietários na sua qualidade de proprietários e registrada diretamente no patrimônio líquido, na conta contábil "Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários", de acordo com o CPC 36 (IFRS 10) - Demonstrações Financeiras Consolidadas. O correspondente fluxo de caixa, entrada ou saída de caixa é apresentado na demonstração consolidada dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento.

Conversão de operações em moeda estrangeira

As transações efetuadas por entidades do Grupo numa moeda diferente da sua moeda funcional são inicialmente convertidas à taxa de câmbio na data da transação. Em cada período, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de fechamento do período e o ganho ou perda cambial resultante é registrado na demonstração de resultado.

Transações eliminadas na consolidação

As transações e saldos intragrupo e quaisquer rendimentos ou despesas não realizados decorrentes de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os ganhos não realizados decorrentes de transações com controladas registradas na equivalência patrimonial são eliminados dos investimentos proporcionalmente à participação detida naquela controlada. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

A lista de entidades consolidadas é apresentada abaixo:

	31/12/2022		31/12/2021	
	% de participação Direta	% de participação Indireta	% de participação Direta	% de participação Indireta
Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour" ou "CCI") - Subsidiárias	100,00	-	100,00	-
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
Impopar Participações e Administração Imobiliária Ltda.	0,10	99,90	0,10	99,90
Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
CMBCI Investimentos e Participações Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A.	-	100,00	-	-
E-mídia informações Ltda.	-	100,00	-	100,00
CCI IP Participações Ltda.	-	100,00	-	-
CCI Desenv Imobiliário Osasco Ltda.	0,10	99,90	-	-
Grupo BIG S.A. ("Grupo BIG" ou "BIG") - Subsidiárias	100,00	-	-	-
WMS Supermercados do Brasil Ltda.	99,99	0,01	-	-
WMB Supermercados do Brasil Ltda.	99,99	0,01	-	-
Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.	99,99	0,01	-	-
Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	59,90	40,10	-	-
Transportadora Bompreço Ltda.	0,01	99,99	-	-
Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	-	-
Bulge Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	-	-
Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	-	-
Kharkov Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	-	-
Kursk Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	-	-
Midway Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	-	-
Overlord Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	-	-
Pacifico Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	-	-
Torch Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	-	-
Stalingrado Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	-	-
Valquíria Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	-	-
BSF Holding S.A. - Subsidiárias	-	51,00	-	51,00
Banco CSF S.A.	-	51,00	-	51,00
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI	-	51,00	-	51,00
Pandora Participações Ltda.	100,00	-	99,99	-
Rio Bonito Assessoria de Negócios Ltda.	-	100,00	0,01	99,99
Verparinvest S.A.	-	100,00	0,01	99,99
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	51,00	-	51,00	-
SPE Desenv Imobiliário Sudeste Ltda.	100,00	-	-	-
SPE Desenv Imobiliário Nordeste Ltda.	100,00	-	-	-
SPE Desenv Imobiliário Norte Ltda.	100,00	-	-	-
SPE Desenv Imobiliário Centro-oeste Ltda.	100,00	-	-	-
SPE Desenv Imobiliário Sul Ltda.	100,00	-	-	-

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, houveram as operações abaixo descritas que alteraram a relação de controle da Companhia junto às suas subsidiárias:

a) Em junho de 2022, a operação contemplada no contrato de compra e venda de ações e outras avenças, celebrado em 23 de março de 2021 foi finalizada, por meio do qual a Companhia passou a deter a totalidade das ações de emissão do Grupo BIG. (Nota 3);

b) Em 01 de abril de 2022, a controlada CMBCI Investimentos e Participações Ltda. ("CMBCI") exerceu a opção de compra da totalidade das ações da empresa Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A. ("Cosmopolitano"), que desde então era contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. A partir do exercício da opção, a Cosmopolitano passa a ser consolidada integralmente pela CMBCI (Nota 12).

As demais empresas criadas no ano de 2022 tem como objetivo a reorganização societária do Grupo e, não alteraram a relação de controle da Companhia junto às suas subsidiárias.

Nota 5: Caixa e Equivalente de Caixa

Políticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	628	555	1.332	701
Aplicações financeiras	5.689	2.712	9.313	6.244
Aplicações financeiras FIDC	-	-	190	-
Caixa e equivalentes de caixa	6.317	3.267	10.835	6.945

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósito bancário (CDB) e operações compromissadas remuneradas à taxa média ponderada de 92% da taxa de certificados de depósito interbancários (CDI) (84% em 31 de dezembro de 2021) na Controladora e taxa média ponderada de 94% da taxa do CDI (86% em 31 de dezembro de 2021) no Consolidado. As aplicações financeiras FIDC são remuneradas à taxa média ponderada de 100% do CDI.

Não há restrições materiais sobre a capacidade de recuperar ou usar os ativos supramencionados.

A exposição do Grupo aos riscos de taxa de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 28.5.

Nota 6: Títulos e Valores Mobiliários

O Banco CSF e a BSF Holding compram títulos e valores mobiliários como parte de suas políticas de liquidez, no intuito de conter este investimento em médio prazo. Desta forma, a carteira de títulos foi classificada na categoria "Valor justo em outros resultados abrangentes" e são mantidos para negociação futura ou até o vencimento. A carteira de títulos foi composta da seguinte forma:

(Em milhões de Reais)	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Total:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	829	497
Fundos de investimentos - Capital Venture	5	-
Títulos e valores mobiliários	834	497
Circulante	256	47
Não circulante	578	450

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações em títulos e valores mobiliários referem-se substancialmente a títulos públicos remunerados a taxa média de 100% da taxa Selic.

Nota 7: Contas a Receber

Políticas contábeis

As contas a receber correspondem, em sua maior parte, a contas a receber de atividades de atacado de autosserviços e atacado de entrega, recebíveis de cartões de crédito e recebíveis de aluguel de shopping centers. Representam instrumentos financeiros ativos classificados como "custo amortizado" (Nota 28).

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável), incluindo os respectivos impostos diretos sob os quais o Grupo é responsável. A provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro é reconhecida quando necessário com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o valor devido e o prazo vencido do recebível (Nota 28). O Grupo opera programas de cessão de recebíveis. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, o contas a receber vendido é desreconhecido quando a Companhia entrega o controle e transfere para o comprador substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Vendas em atacado	1.292	678	1.060	678
A receber de cartão de crédito	195	68	1.084	225
A receber de cartão de crédito de partes relacionadas (a)	374	69	-	-
Aluguel a receber de shopping centers e outros serviços	-	-	174	178
Cartão alimentação	91	57	209	69
Verbas comerciais a receber (b)	107	93	184	287
Verbas comerciais a receber de partes relacionadas (c)	76	82	110	119
Outras contas a receber de clientes	-	-	29	-
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(23)	(16)	(204)	(249)
Contas a receber, líquido	2.112	1.031	2.646	1.307
Circulante	2.112	1.031	2.633	1.298
Não circulante	-	-	13	9

(a) Saldo representado pelas vendas realizadas com os cartões Atacadão, Carrefour e Sam's Club, eliminados na consolidação.

(b) São reconhecidos basicamente por valores a receber de fornecedores em decorrer de acordos comerciais realizados no momento da compra de mercadorias para revenda e outros acordos pontuais. A contrapartida é registrada no resultado do período, reduzindo o custo das mercadorias vendidas no momento da venda da mercadoria.

(c) Saldo a receber de partes relacionadas, refere-se ao contrato global com a controladora do Grupo na França (Nota 29).

A exposição do Grupo a riscos de contraparte são divulgadas na Nota 28.7.

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro

(Em milhões de Reais)	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2021	(15)	(196)
Constituição	(8)	(128)
Reversão	7	75
Em 1º de janeiro de 2022	(16)	(249)
Aquisição BIG	-	(23)
Constituição	(19)	(104)
Reversão	12	172
Em 31 de dezembro de 2022	(23)	(204)

Cessão de contas a receber de clientes

O Grupo fez cessão, sem direito de regresso, de parte de suas contas a receber a bancos, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo correspondente a essas operações era de R\$ 1.408 milhões na controladora e R\$ 4.378 milhões no consolidado (R\$ 3.013 milhões em 31 de dezembro de 2021). O valor foi baixado do saldo de contas a receber no balanço, pois todos os riscos relacionados aos recebíveis foram substancialmente transferidos.

O custo de antecipação destes recebíveis de cartões é classificado na linha "Juros de antecipação de cartão de crédito" (Nota 26 - Resultado financeiro).

Nota 8: Atividades de Soluções Financeiras

Políticas contábeis

Para dar suporte ao seu negócio de varejo, o Grupo oferece serviços bancários aos seus clientes.

As soluções financeiras oferecidas aos clientes incluem cartões de crédito que podem ser utilizados nas lojas do Grupo e em outros locais, além de empréstimos de crédito ao consumo.

Devido à sua contribuição para o total de ativos e passivos do Grupo e para a sua estrutura financeira específica, este negócio é apresentado separadamente nas demonstrações financeiras consolidadas:

- O crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (pagamentos de cartão de crédito a receber, empréstimos pessoais, etc.) é apresentado nas demonstrações financeiras na rubrica "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras - circulante" e "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras - não circulante".

- O financiamento destes empréstimos é apresentado na rubrica "Operação com cartão de crédito - circulante" e "Operação com cartão de crédito - não circulante".

- Os demais ativos e passivos das atividades bancárias (imobilizado, intangível e ágio, caixa e equivalentes de caixa, impostos acumulados e custos de folha de pagamento, etc.) são apresentados nas linhas correspondentes

continuação

**Nota 10: Impostos a Recuperar**

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ICMS	192	199	2.928	583
ICMS substituição tributária (ST) (a)	1.586	2.068	3.247	3.564
ICMS a recuperar ativo imobilizado	135	121	184	122
PIS e COFINS (b)	342	228	999	252
Outros	1	-	193	9

Provisão para perda de ICMS e ICMS ST (160) (160) (1.701) (424)

Impostos a recuperar 2.096 2.456 5.850 4.106

Circulante 807 792 1.839 1.294

Não circulante 1.289 1.664 4.011 2.812

(a) Grupo mantém centros de distribuição localizados em certos Estados e no Distrito Federal, que recebem mercadorias com ICMS e ICMS-ST que já foram pré-pagos pelos fornecedores ou pelo Grupo. Desta forma, parte das mercadorias é enviada para outros estados. Tais transações interestaduais permitem o Grupo recuperar os montantes pré-pagos de ICMS e ICMS-ST; por exemplo, ICMS e ICMS-ST pago nas aquisições, que se tornam créditos a recuperar/compensar, baseados nas leis estaduais. Dada decisão do Supremo Tribunal Federal - STF referente ao RE 593.849, de 2016, que reconheceu o direito do contribuinte ao ressarcimento do valor de ICMS-ST pago a maior, correspondente à diferença entre o valor do tributo recolhido previamente e aquele realmente devido no momento da venda, os créditos fiscais a recuperar ou compensar pelo Grupo aumentaram. O Grupo está realizando partes destes créditos através de pedidos de compensação baseado em regimes especiais e também cumprindo com outros procedimentos requeridos pelos estados.

Com relação aos créditos que não podem ser compensados imediatamente, a Administração do Grupo entende que a realização ocorrerá no curto e longo prazo, baseado em estudo de recuperação preparado pela Administração por Estado que inclui, entre outros itens, o histórico de realização, as mudanças na cadeia de suprimentos, pedidos adicionais de regime de substituição, previsões de crescimento futuro, de saldos consumidos por dívidas oriundas das operações e transferência de créditos para terceiros. Estes estudos foram preparados baseados em informações derivadas do plano de negócio estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

O Grupo espera recuperar seus créditos de ICMS não circulante em um período aproximado de 6 anos e 10 anos. Há provisão para créditos sem perspectiva de realização.

(b) O Grupo ingressou com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal - "STF", proferiu decisões favoráveis aos contribuintes em relação ao mérito por meio do acórdão em sede de repercussão geral no RE 574.706 de 15 de março de 2017. As ações judiciais permitiram o reconhecimento dos créditos, no mínimo, dos últimos cinco anos.

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, o Grupo requereu o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições.

Os processos em nome da controladora direta Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e da controlada indireta Comercial de Alimentos Ltda. tiveram o trânsito em julgado, tornando-se definitivos e não passíveis de recurso, durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2018, ocasião na qual foi reconhecido crédito tributário passível de mensuração confiável no montante de R\$ 121 milhões, sendo R\$ 87 milhões de principal e R\$ 34 milhões de correção monetária, relativos ao período de 2013 a 2016, sendo seus efeitos reconhecidos na rubrica de outras receitas e despesas na ocasião. Os processos da sua controlada direta - Grupo BIG tiveram o trânsito em julgado em agosto de 2019 e fevereiro de 2021. O montante de R\$ 320 milhões, sendo R\$ 169 milhões correspondente ao principal e R\$ 152 milhões correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2002 a 2017, foi reconhecido no exercício de 2021. Em 2020 foi reconhecido o montante de R\$ 1.018 milhões, sendo R\$ 503 milhões correspondente ao principal e R\$ 515 milhões correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2002 a 2010.

Já o processo em nome da Companhia teve trânsito em julgado, tornando-se definitivo e não passível de recurso durante o trimestre findo em 30 de junho de 2019, ocasião na qual foi reconhecido o crédito tributário passível de mensuração confiável no montante de R\$ 537 milhões, sendo R\$ 361 milhões de principal e R\$ 176 milhões de correção monetária relativo ao período de 2011 a 2016 sendo seus efeitos reconhecidos na rubrica de outras receitas e despesas na ocasião. Ainda, a Companhia reconheceu imposto de renda diferido passivo no montante R\$ 183 milhões em relação ao crédito registrado.

A Companhia e suas controladas mensuraram de forma confiável e reconheceram o direito sobre tais créditos com base no montante efetivamente destacado nas notas fiscais de venda, aplicando o índice de correção monetária determinado nas sentenças decisórias de seus processos.

Diante de todos os fatos descritos acima e com base na decisão transitada em julgado do RE 574.706, ocorrida em maio de 2021, pela qual o Superior Tribunal Federal - STF: (i) confirmou o entendimento de que é o ICMS Destacado que deve ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS, e (ii) modulou os efeitos da decisão, a vigorar a partir de 15/03/2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a referida data, que é o caso da Companhia e suas controladas, o Grupo, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, concluiu que: (i) o posicionamento firmado pelo STF no RE 574.706 foi aplicado às empresas do Grupo, tendo sido reconhecido definitivamente o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nas ações judiciais do Grupo, inclusive para fins de recuperação de crédito, uma vez que se pleiteou a exclusão do ICMS incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS (que é o ICMS destacado); e (ii) apesar da modulação dos efeitos da decisão do STF, houve a proteção para os contribuintes que ingressaram com ações judiciais até o julgamento do STF em 2017, como é o caso das empresas do Grupo.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas vem reconhecendo regularmente a exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS desde a decisão do STF de 2017 com repercussão geral com as mesmas premissas anteriormente destacadas. Apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, o Grupo entende que os créditos de PIS e COFINS mensurados de forma confiável e reconhecidos por direito são baseados na melhor interpretação da legislação vigente, no cenário jurisprudencial, bem como na decisão proferida pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, cujo acórdão definiu o conceito de insumo para fins de cálculo de créditos de PIS e COFINS, reconhecendo a aplicação do conceito intermediário de insumo, ou seja, despesas que sejam essenciais ou relevantes para a atividade econômica do contribuinte. O Grupo inclusive, apoiado por seus assessores jurídicos externos, avalia permanentemente a jurisprudência sobre a matéria.

Adotando de forma consistente a interpretação embasada descrita acima, o Grupo tem apurado anualmente créditos de PIS e COFINS, sendo todos passíveis de mensuração confiável e objeto de registro contábil correspondente. Agora as atuações fiscais referidas na Nota 18, o Grupo não tem conhecimento de qualquer reivindicação de terceiros relativamente a tais créditos.

Nota 11: Depósitos e Bloqueios Judiciais

Políticas contábeis

Os depósitos e bloqueios judiciais do Grupo são registrados pelo montante pago quando o depósito ou garantia é exigido, e posteriormente ajustado para refletir a correção monetária. São apresentados como ativos não circulantes, uma vez que se espera que sejam utilizados a partir de 12 meses da data do balanço.

O Grupo está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e cíveis e tem efetuado depósitos judiciais restritos nos montantes correspondentes, bem como depósitos judiciais relacionados à provisão para processos judiciais.

Os depósitos e bloqueios judiciais são classificados por categoria:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributários	139	129	2.198	2.489
Trabalhistas	1	1	357	53
Cíveis	-	1	189	28

Depósitos e bloqueios judiciais 140 131 2.744 2.570

Os depósitos judiciais tributários na posição consolidada são compostos principalmente pela ação do CCI e da Comercial de Alimentos sobre a incidência de PIS e COFINS não cumulativo, que totaliza R\$ 1.547 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.533 milhões em 31 de dezembro de 2021). A provisão é contabilizada em cada encerramento, conforme Nota 18.2.2.

Movimentação dos depósitos e bloqueios judiciais

(Em milhões de Reais)	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2021	106	2.401
Atualização	3	55
Adição (reversão)	22	134
Utilização	-	(20)

Em 1º de janeiro de 2022 131 2.570

Aquisição BIG - 584

Atualização 6 89

Adição (reversão) 3 179

Utilização (a) - (678)

Em 31 de dezembro de 2022 140 2.744

(a) Refere-se principalmente ao encerramento da ação do Banco CSF sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Esta provisão foi integralmente liquidada, conforme apresentado na nota 18.2.1.

Nota 12: Investimentos

Políticas contábeis

Os balanços patrimoniais individuais e consolidados incluem a participação do Grupo em Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, ajustado em conformidade com as políticas contábeis do Grupo, a partir da data de aquisição da influência significativa ou do controle conjunto até a data em que este é perdido. As controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e fazem parte integrante das operações do Grupo e a parte do seu resultado líquido do Grupo é, portanto, reportada como um componente separado nas demonstrações consolidadas.

Composição dos saldos (Em milhões de Reais)	Percentual de participação direta	Controladora			Consolidado
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	
Controladas:					
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	100,00%	8.367	7.723	-	-
Grupo BIG S.A.	100,00%	8.348	-	-	-
Pandora Participações Ltda.	100,00%	266	273	-	-
SPE Desenv. Imobiliário Sudeste Ltda.	100,00%	27	-	-	-
SPE Desenv. Imobiliário Centro-oeste Ltda.	100,00%	12	-	-	-
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	51,00%	(8)	(5)	-	-
(-) Eliminação (a)		(257)	(284)	-	-
Controladas em conjunto:					
Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A. (b)	50,00%	-	-	-	70
Ewally Tecnologia e Serviços S.A. (c)	49,00%	-	-	37	34
Total dos investimentos		16.755	7.707	37	104

Movimentação dos saldos (controladora)

(Em milhões de Reais)	01/01/2021	Outorga de opção de ações	Resultado de opção equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	01/01/2022	Aquisição BIG	Outorga de opção de ações	Resultado de opção equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Aumento de capital	31/12/2022	
												Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Grupo BIG S.A.	-	-	-	-	-	7.465	-	(904)	-	1.787	-	8.348
Pandora Participações Ltda.	279	-	(6)	-	273	-	-	(7)	-	-	-	266
SPE Desenv. Imobiliário Sudeste Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	27
SPE Desenv. Imobiliário Centro-oeste Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	12
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	1	-	(6)	-	(5)	-	-	(3)	-	-	-	(8)
(-) Eliminação (a)	(312)	-	28	-	(284)	-	-	27	-	-	-	(257)
Total	6.721	8	968	10	7.707	7.465	(1)	(236)	(6)	1.826	16.755	

(a) Eliminação de operação intragrupo de aquisição de direito de exclusividade na oferta e distribuição de soluções financeiras divulgada na Nota 19.

(b) Em 01 de abril de 2022, a controlada CMBCI Investimentos e Participações Ltda. ("CMBCI") exerceu a opção de compra da totalidade das ações da empresa Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A. ("Cosmopolitano"), que desde então era contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. A partir do exercício da opção, a Cosmopolitano passa a ser consolidada integralmente pela CMBCI.

(c) Valor refere-se à participação adquirida em 04 de outubro de 2019 pela controladora Carrefour Comércio e Indústria Ltda. O valor de despesa de equivalência patrimonial do exercício foi de R\$ 2 milhões (R\$ 4 milhões em 31 de dezembro de 2021).

BSF Holding S.A.

A controlada indireta BSF Holding S.A. conta com participação significativa de não controladores e possuía os seguintes saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Balanço Patrimonial:

(Em milhões de Reais)	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Ativo	3.239	2.863
Passivo	152	162
Patrimônio Líquido	3.087	2.701

Demonstração dos resultados do exercício:

(Em milhões de Reais)	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita	534	511
Lucro líquido	533	463

Nota 13: Propriedade para Investimento e Imobilizado

Políticas contábeis

CPC 28 (IAS 40) - Propriedade para Investimento define propriedade para investimento como propriedade (terrenos ou edifícios ou ambos) mantida para obter aluguéis ou para valorização de capital ou ambos. Com base nesta definição as propriedades de investimento detidas pelo Grupo são constituídas por centros comerciais (unidades de varejo e de serviço localizadas atrás da área de check-out das lojas) que são exclusivamente objeto de locação financeira e representam uma área disponível para locação de pelo menos 2.500 metros quadrados. Estes ativos geram fluxos de caixa que são amplamente independentes dos fluxos de caixa gerados pelos outros ativos de varejo do Grupo. Os ativos classificados como propriedades de investimento têm vida útil de 40 anos, e são reconhecidas ao custo.

A receita de aluguel gerada por propriedades de investimento é registrada na demonstração de resultado em "Outras receitas" de forma linear ao longo do prazo da locação. Benefícios ou descontos concedidos pelo Grupo como parte dos acordos de arrendamento fazem parte integrante da receita líquida de locação e são reconhecidas ao longo do prazo da locação (Nota 15).

O valor justo das propriedades para investimentos é mensurado duas vezes ao ano:

- Por meio da aplicação de um múltiplo em função de (i) a rentabilidade de cada shopping e (ii) uma taxa de capitalização específicas do Brasil, à receita de aluguel anual bruta gerada por cada propriedade, ou

- Obtendo-se avaliações independentes elaboradas segundo dois métodos: o método dos fluxos de caixa descontados e o método de rendimento (Yield Method). Os avaliadores geralmente também comparam os resultados da aplicação desses métodos aos valores de mercado por metro quadrado e aos valores de transação recentes. Tendo em vista os dados externos limitados disponíveis, nomeadamente em matéria de taxas de capitalização, a complexidade do processo de avaliação de imóveis e ao fato de que as avaliações baseiam-se em passar rendas para os imóveis próprios do Grupo, o valor justo das propriedades para investimento é determinado com base nas entradas de nível 3.

Nota 13.1. Propriedades para investimentos

(Em milhões de Reais)	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Custo das propriedades para investimentos	754	706
Depreciação	(157)	(146)
Total das propriedades para investimentos, líquido	597	560

Movimentação de propriedade para investimentos (Em milhões de Reais)

Em 1º de janeiro de 2021	397
Adição (a)	170
Transferência advinda do imobilizado (a)	5
Depreciação	(12)
Em 1º de janeiro de 2022	560

Composição

(Em milhões de Reais)	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Edificações e benfeitorias	9.424	(1.322)	8.102	8.108	(1.091)	7.017
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	3.999	(1.976)	2.023	3.414	(1.634)	1.780
Imobilizado em andamento	156	-	156	448	-	448
Terrenos	3.264	-	3.264	2.962	-	2.962
Direito de uso de arrendamento	1.497	(210)	1.287	1.352	(145)	1.207
Total	18.340	(3.508)	14.832	16.284	(2.870)	13.414

(Em milhões de Reais)	31/12/2022			31/12/2021				
	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Valor contábil líquido
Edificações e benfeitorias	19.607	(4.848)	(218)	14.541	10.972	(2.698)	(18)	8.256
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	12.814	(8.438)	(128)	4.248	7.304	(4.441)	(20)	2.843
Imobilizado em andamento	366	-	-	366	549	-	-	549
Terrenos	8.060	-	(2)	8.058	3.677	-	(2)	3.675
Direito de uso de arrendamento	5.500	(886)	(33)	4.581	2.659	(565)	-	2.094
Total	46.347	(14.172)	(381)	31.794	25.161	(7.704)	(40)	17.417

Movimentação do valor contábil líquido

(Em milhões de Reais)	Saldo em 01/01/2022			Adições	Adições de depreciação	Baixas líquidas	Transferências	Saldo em 31/12/2022
	Edificações e benfeitorias	7.017	1.016					
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	1.780	620	(369)	(8)	-	-	2.023	
Imobilizado em andamento	448	299	-	-	(591)	-	156	
Terrenos	2.962	63	-	-	239	-	3.264	
Direito de uso de arrendamento	1.207	201	(69)	(6)	(46)	-	1.287	
Total	13.414	2.199	(682)	(53)	(46)	(46)	14.832	

(Em milhões de Reais)	Saldo em 01/01/2021			Adições	Adições de depreciação	Baixas líquidas	Transferências (a)	Saldo em 31/12/2021
	Edificações e benfeitorias	5.592	994					
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	1.376	702	(322)	(10)	34	-	1.780	
Imobilizado em andamento	596	748	-	-	(896)	-	448	
Terrenos	2.691	44	-	(7)	234	-	2.962	
Direito de uso de arrendamento	1.116	181	(56)	(30)	(4)	-	1.207	
Total	11.371	2.669	(575)	(48)	(3)	(3)	13.414	

(Em milhões de Reais)	Saldo em 01/01/2022			Aquisição BIG	Adições	Adições de depreciação	Baixas líquidas	Transferências	Impairment	Saldo em 31/12/2022
	Edificações e benfeitorias	8.256	5.280							
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	2.843	848	1.235	(775)	(45)	160	(18)	4.248		
Imobilizado em andamento	5									

continuação



Nota 14: Intangível

Políticas contábeis

Políticas contábeis
Ágio
 O ágio é inicialmente reconhecido nas combinações de negócios, conforme explicado na Nota 4. O ágio registrado nas demonstrações financeiras do Grupo baseia-se na diferença entre o valor pago e o valor contábil líquido do negócio adquirido na data de aquisição.

Para o valor registrado antes da adoção do CPC 15 (IFRS 3) - Combinação de Negócios, na data de transição para as IFRSs, o Grupo optou por manter o tratamento contábil das combinações de negócios aplicadas segundo as normas contábeis anteriores, de acordo com a opção disponível para os adotantes pela primeira vez de acordo com o CPC 37 (IFRS 1) - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards. (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade). De acordo com o CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ágio reconhecido em combinações de negócios não é amortizado, mas é testado para redução ao valor recuperável anualmente ou mais frequentemente se houver indicação de que a seu valor contábil não pode ser recuperada pelo método descrito na Nota 14.3.

(Em milhões de Reais)	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Ágio	1.702	(312)	1.390	1.702	(312)	1.390
Software	108	(66)	42	89	(55)	34
Fundo de comércio e outros ativos	20	-	20	-	-	-
Total	1.830	(378)	1.452	1.791	(367)	1.424

(Em milhões de Reais)	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Ágio	8.065	(1.461)	6.604	3.289	(1.461)	1.828
Software	2.738	(2.126)	612	1.620	(1.216)	404
Marcas e patentes	263	-	263	-	-	-
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	120	(65)	47	95	(62)	24
Intangível em andamento	189	-	189	86	-	86
Total	11.375	(3.652)	(8)	5.090	(2.739)	(9)

Nota 14.1. Ágio
 O valor recuperável do ágio é monitorado ao nível do grupo das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) representadas pelos segmentos do Grupo.

(Em milhões de Reais)	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Atacadão (a)	1.390	1.390	-	-
Total	1.390	1.390	-	-

(Em milhões de Reais)	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Varejo	437	437	-	-
Atacadão (a)	1.391	1.391	-	-
Grupo BIG (b)	4.776	-	-	-
Total	6.604	1.828	-	-

(a) Em 30 de abril de 2007, a controladora final da Companhia, o Carrefour S.A. adquiriu a totalidade das ações da Companhia por meio de sua subsidiária, Korcula Participações Ltda. ("Korcula"). O ágio foi calculado pela diferença entre o valor contábil do patrimônio líquido da Companhia na data da aquisição no montante de R\$ 453 milhões e o preço de compra inicial no montante de R\$ 2.233 milhões, subsequentemente ajustado para R\$ 2.163 milhões. Em 31 de janeiro de 2008, foi aprovada a incorporação da controladora Korcula pela Companhia, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007. Para fins da incorporação, o valor do investimento detido pela Korcula na Companhia foi eliminado contra o patrimônio líquido, resultando no reconhecimento de ágio no montante de R\$ 1.702 milhões nas demonstrações financeiras da Companhia. Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil naquela época, o ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2009, resultando em um ágio líquido de amortização acumulada no montante de R\$ 1.390 milhões. (b) Em junho de 2022, foi finalizada a aquisição do Grupo BIG, por meio do qual a Companhia passou a deter a totalidade das ações de emissão do Grupo BIG. O ágio preliminar identificado foi calculado pela diferença entre o valor da contraprestação total transferida de R\$ 7.465 milhões e o valor justo dos ativos líquidos adquiridos no montante de R\$ 2.689 milhões, resultando em um ágio no montante de R\$ 4.776 milhões.

Nota 14.2. Intangível e ágio - Movimentação do valor contábil líquido

(Em milhões de Reais)	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo em 01/01/2022	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 01/01/2021	Saldo em 31/12/2021
Ágio	1.390	1.390	1.390	1.390
Software	34	42	19	42
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	-	20	-	20
Total	1.424	1.452	1.409	1.452

(Em milhões de Reais)	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo em 01/01/2022	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 01/01/2021	Saldo em 31/12/2021
Ágio	1.828	6.604	1.828	1.828
Software	404	612	64	404
Marcas e patentes	263	263	-	263
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	24	47	-	24
Intangível em andamento	86	189	191	86
Total	2.342	7.715	2.023	2.342

(Em milhões de Reais)	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo em 01/01/2022	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 01/01/2021	Saldo em 31/12/2021
Ágio	1.828	6.604	1.828	1.828
Software	435	612	64	404
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	37	47	-	24
Intangível em andamento	23	86	97	86
Total	2.323	7.715	2.023	2.342

Nota 14.3. Testes para perda no valor recuperável do ágio e análises de sensibilidade

Políticas contábeis
 Em conformidade com o CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (impairment). Os ativos intangíveis com vida útil definida e os bens do imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças no ambiente de mercado indicarem que o valor recuperável de um ativo individual e/ou uma unidade geradora de caixa (UGC) puder ser menor que seu valor contábil. Para os ativos com uma vida útil indefinida - principalmente o ágio - o teste é realizado anualmente.

Os ativos individuais ou grupos de ativos são testados para o valor recuperável, comparando seu valor contábil com seu valor recuperável, definido como o maior alto de seu valor justo menos os custos de alienação e seu valor em uso. Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para serem derivados do ativo. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, uma perda por impairment é reconhecida. As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado, fundos de investimentos e ativos intangíveis (exceto o ágio) poderão ser revertidas em períodos futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuído à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores.

Valor recuperável de ativos que não sejam ágio
 Os testes de valor recuperável para o imobilizado são realizados ao nível das lojas individuais (UGCs). De acordo com o CPC 01 (IAS 36), os ativos intangíveis (exceto o ágio) com vida útil definida e imobilizado são testados para redução do valor recuperável sempre que há uma indicação de que seu valor recuperável pode ser menor que seu valor contábil. Todas as lojas que relatam uma perda operacional recorrente antes da depreciação e amortização em dois anos consecutivos (após o período de início) são testadas.

O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de alienação. O valor em uso é considerado igual aos fluxos de caixa futuros descontados da loja durante um período de até cinco anos mais um valor terminal. O valor justo é estimado com base nos preços de transações recentes, práticas da indústria, avaliações independentes ou o preço estimado em que a loja poderia ser vendida a um concorrente. A taxa de desconto aplicada é a mesma para os testes de valor recuperável (impairment) no ágio.

Valor recuperável do ágio
 O CPC 01 (IAS 36) requer testes de valor recuperável a serem realizados anualmente em nível de cada UGC ou grupo de UGCs às quais o ágio é alocado. De acordo com a norma, o ágio é alocado à UGC ou grupo de UGCs que se espera beneficiar das sinergias da combinação de negócios. Cada UGC ou grupo de UGCs às quais o ágio é alocado deve representar o menor nível dentro da entidade na qual o ágio é monitorado para fins de gerenciamento interno e não deve ser maior que um segmento operacional conforme definido no CPC 22 (IFRS 8) - Informação por segmento.

Para efeitos de análise da quantia recuperável de ágio, considera-se que cada segmento operacional individual representa um grupo de UGCs.

Outros ativos intangíveis
 Os ativos intangíveis consistem principalmente em software e outros ativos intangíveis relacionados às lojas. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente reconhecidos ao custo, os ativos intangíveis e ágio adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo (Nota 4). Os softwares e outros ativos intangíveis são amortizados pelo método linear nos seguintes períodos:
Classe de ativos
 Software e outros ativos intangíveis
 Fundo de comércio
 Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos em cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. A amortização de fundo de comércio é efetuada de acordo com o período contratual do aluguel. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(Em milhões de Reais)	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Ágio	1.702	(312)	1.390	1.702	(312)	1.390
Software	108	(66)	42	89	(55)	34
Fundo de comércio e outros ativos	20	-	20	-	-	-
Total	1.830	(378)	1.452	1.791	(367)	1.424

(Em milhões de Reais)	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Ágio	8.065	(1.461)	6.604	3.289	(1.461)	1.828
Software	2.738	(2.126)	612	1.620	(1.216)	404
Marcas e patentes	263	-	263	-	-	-
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	120	(65)	47	95	(62)	24
Intangível em andamento	189	-	189	86	-	86
Total	11.375	(3.652)	(8)	5.090	(2.739)	(9)

Valor em uso corresponde à soma dos fluxos de caixa futuros descontados para um período geralmente não superior a cinco anos, acrescido de um valor terminal calculado projetando dados para o último ano para perpetuar a uma taxa de crescimento. Os fluxos de caixa futuros são estimados com base em orçamentos financeiros dos segmentos operacionais aprovados pela Administração. A taxa de desconto para cada segmento operacional corresponde ao custo médio ponderado dos capitais próprios e da dívida, determinado com base na taxa de transmissão média do setor. O custo da dívida é determinado aplicando a mesma lógica. A taxa de desconto é calculada antes dos impostos. Testes adicionais são executados ao fim do período interino quando existe uma indicação de impairment. Os principais indicadores de valor recuperável utilizados pelo Grupo são os seguintes:
 - indicador de impairment interno: uma deterioração material na proporção entre o EBITDA/Lajida Ajustado (Lucro antes dos impostos de renda, resultado financeiro, depreciação e amortização) excluindo a rubrica de outras receitas e despesas e o resultado operacional líquido, orçamento e o forecast mais recente; e
 - indicador de impairment externo: um aumento significativo da taxa de desconto e/ou um rebaixamento grave na previsão do crescimento do PIB do FMI. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no ágio são irreversíveis, incluindo as registradas em um período interino.

Determinação do valor recuperável
 Para determinação do valor recuperável dos segmentos do Grupo (Atacadão e Varejo) que tem um ágio alocado no balanço, foram utilizadas projeções de fluxo de caixa, após o imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração considerando as seguintes premissas:
 (i) Receitas: projetadas de 2023 a 2027 considerando crescimento histórico das vendas em volume e as projeções de inflação baseadas sobre projeções macroeconômicas de bancos, sem considerar a expansão das lojas;
 (ii) Lucro bruto: projetando no mesmo exercício considerando o nível histórico do lucro bruto expresso em percentagem de vendas;
 (iii) Despesas: projetadas no mesmo exercício das receitas de acordo com a

(Em milhões de Reais)	Atacadão		Varejo		Soluções Financeiras		BIG	
	Quantidade	% total lojas	Quantidade	% total lojas	Quantidade	% total lojas	Quantidade	% total lojas
Autosserviço	58	22%	-	N.A.	-	54	24%	-
Atacadão de entrega	8	24%	-	N.A.	-	-	N.A.	-
Hipermercado	-	N.A.	28	28%	-	34	15%	-
Supermercado	-	N.A.	34	63%	-	126	56%	-
Conveniências	-	N.A.	127	86%	-	-	N.A.	-
Centros de distribuições	-	N.A.	11	N.A.	-	6	N.A.	-
Edifícios administrativos	1	N.A.	-	N.A.	-	1	N.A.	-
Total	67	-	200	-	1	220	-	-

(Em milhões de Reais)	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade	% total lojas	Quantidade	% total lojas
Autosserviço	58	22%	-	N.A.
Atacadão de entrega	8	24%	-	N.A.
Hipermercado	-	N.A.	28	28%
Supermercado	-	N.A.	34	63%
Conveniências	-	N.A.	127	86%
Centros de distribuições	-	N.A.	11	N.A.
Edifícios administrativos	1	N.A.	-	N.A.
Total	67	-	200	-

As taxas de juros de utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo, o Grupo reavalia a taxa de juros quando há reavaliação do prazo de arrendamento.

Prazo	De	Até
1 a 5 anos	13,25%	15,30%
6 a 10 anos	14,10%	16,11%
11 a 15 anos	14,60%	16,79%
Mais de 15 anos	14,93%	17,43%

Outras considerações
 Em atendimento ao ofício CVM/SNC/SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

(Em milhões de Reais)	2022		2023		2024		2025		2026	
	Inflação projetada (a)	Controladora								
Inflação projetada (a)	5,92%	5,08%	3,50%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Controladora	165	153	135	111	747	1.311	747	1.311	747	1.311
Consolidado	826	729	545	456	2.352	4.908	2.352	4.908	2.352	4.908

(a) Fonte: Relatório de Mercado Focus - Banco Central do Brasil

(Em milhões de Reais)	Despesa de juros de arrendamento		Despesa de depreciação corrigidos pela inflação		Despesa de depreciação considerando fluxos corrigidos pelo uso		Passivo de arrendamento	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Controladora	136	149	69	80	69	80	69	80
Consolidado	462	651	322	466	322	466	322	466

(Em milhões de Reais)	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dentro de 1 ano	152	200	152	200
De 1 a 5 anos	228	289	228	289
Após 5 anos	43	5	43	5
Grupo como arrendador	423	494	423	494

Nota 16: Fornecedores

Políticas contábeis
 Fornecedores correspondem principalmente contas a pagar. Eles também incluem contas a pagar que os fornecedores têm transferidos para instituições financeiras como parte de programas de convênios sem direito de regresso. Não existe qualquer diferença substancial na natureza ou nos termos das responsabilidades antes e depois das transações de convênios. São classificados na categoria outros passivos financeiros e mensurados a custo amortizado, conforme definido no CPC 38 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Nota 28). Fornecedores é reconhecido inicialmente pelo seu valor nominal, o que representa uma estimativa razoável do valor justo tendo em conta o vencimento em curto prazo.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tercários:				
Fornecedores mercadorias	12.011	10.473	18.484	14.002
Fornecedores diversos	179	90	1.029	663
Fornecedores de imobilizado	525	585	999	697
Partes relacionadas:				
Carrefour Import S.A.	-	-	129	86
Maison Johannes Boubee	-	-	-	1
Fornecedores	12.715	11.148	20.641	15.449

Substituir por:
 O Grupo disponibiliza aos fornecedores convênios com as instituições financeiras para antecipação das faturas do contas a receber dos fornecedores com o Grupo decorrentes da venda de mercadorias e prestação de serviços. O passivo do Grupo com os fornecedores é registrado na mesma rubrica do balanço patrimonial porque essa transação não altera a natureza, montantes e de condições de prazo usuais de pagamento do capital de giro do Grupo antes e depois da antecipação para a Companhia e suas controladas, sendo ainda, de exclusividade o direito e a critério do fornecedor realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia e suas controladas junto as instituições financeiras.

dinâmica das lojas e buscando ganhos de produtividade e eficiência detalhados por cada linha de custos;

- (iv) Capital de giro: projetando o mesmo nível de capital de giro expresso em dias de custo da mercadoria vendida;
- (v) Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis (capex): foi considerado o investimento médio histórico em manutenção dos ativos existentes na determinação do fluxo de caixa;
- (vi) Valor terminal: foi calculado um valor terminal usando o último ano das projeções e aplicando a taxa de crescimento na perpetuidade;
- (vii) Taxa de desconto: elaborada conforme descrito na política contábil. A taxa de desconto utilizada foi de 8,7% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (9,3% a.a. em 31 de dezembro de 2021); e
- (viii) Taxa de crescimento na perpetuidade: a taxa de crescimento considerada foi de 3,0% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (3,1% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

Análise de sensibilidade
 Os testes de impairment em ágio e outros ativos intangíveis foram realizados em 31 de dezembro de 2022 de acordo com o CPC 01/IAS 36. A análise de sensibilidade para uma mudança simultânea nas entradas principais com base em premissas razoavelmente possíveis não revelou qualquer cenário provável, segundo a qual o valor recuperável de qualquer um dos grupos de UGC seria inferior a seu valor contábil. Dessa forma os resultados dos testes não levaram ao reconhecimento de perdas por valores recuperáveis nestes ativos.

As taxas de crescimento e as taxas de desconto (correspondentes ao custo médio ponderado do capital - WACC) aplicadas para fins de teste de impairment em 31 de dezembro de 2

continuação



Nota 17.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social corrente	(321)	(793)	(631)	(1.279)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	83	160	(43)	314
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(238)	(633)	(674)	(965)

Reconciliação da alíquota efetiva
A alíquota de imposto efetiva consolidada do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 25% (22% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021) e reflete, entre outros efeitos, o reconhecimento do valor justo do Projeto Pinheiros e IFRIC 23 em 2021 e do incentivo fiscal em 2022.
A conciliação entre a alíquota de imposto efetiva e a alíquota nominal da Controladora e do Consolidado é demonstrada abaixo:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.977	3.777	2.672	4.331
Alíquota de imposto	-34%	-34%	-34%	-34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de imposto combinada	(672)	(1.284)	(908)	(1.473)
Diferenças permanentes:				
Juros sobre capital próprio	235	243	235	303
Equivalência patrimonial	(89)	323	-	-
Multas não dedutíveis	6	14	42	35

Os quadros seguintes apresentam a composição dos impostos diferidos:

(Em milhões de Reais)	Reconhecido em		Reconhecido em:	
	01/01/2021	Resultado do exercício	01/01/2022	Resultado do exercício
Depreciação de imobilizado	(189)	(37)	(226)	(39)
Ganhos tributários não realizados	(199)	-	-	-
Ganhos cambiais não realizados	-	(92)	(92)	(19)
Instrumentos financeiros derivativos	(99)	20	(75)	75
Amortização fiscal de ágio	(472)	(1)	(473)	-
Ajuste a valor justo	-	(4)	(4)	(4)
Total imposto diferido passivo	(959)	85	(870)	17
Perdas cambiais não realizadas	71	68	139	(139)
Instrumentos financeiros derivativos	-	29	29	122
Provisões	179	(25)	154	28
Outras provisões administrativas	13	4	17	2
Provisão para participação nos lucros	47	(17)	30	27
Provisão para descontos de vendas em estoque	25	3	28	6
Plano de pagamento baseado em ações	3	5	8	9
Outras provisões	22	8	30	11
Total imposto diferido ativo	360	75	435	66
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	(599)	160	435	83

(Em milhões de Reais)	Reconhecido em:		Reconhecido em:	
	01/01/2021	Resultado do exercício	01/01/2022	Resultado do exercício
Depreciação de imobilizado	(246)	(39)	(285)	(44)
Amortização fiscal de ágio	(618)	(1)	(619)	-
Ganhos tributários não realizados	(218)	197	(21)	(20)
Instrumentos financeiros derivativos	(94)	(44)	(138)	-
(-) Efeito dos impostos no valor justo da aquisição do Grupo BIG	-	-	(61)	12
Total imposto diferido passivo	(1.176)	113	(1.063)	86
Perdas cambiais não realizadas	71	68	139	(139)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	41
(-) Impairment de ativos fixos	13	4	17	116
Provisões	1.115	(47)	1.068	(59)
Prejuízo fiscal	877	(14)	863	300
Provisão para participação nos lucros	121	(43)	78	56
Provisão para descontos de vendas em estoque	142	7	149	(26)
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	65	-	65	(23)
Plano de ações	3	5	8	9
Aluguéis	316	14	330	4
Outras provisões	137	152	289	(17)
Total imposto diferido ativo	2.860	146	3.006	134
Total de impostos diferidos líquidos	1.684	259	1.943	220
Impostos diferidos ativos não reconhecidos	(1.804)	55	(1.749)	(263)
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	(120)	314	194	(43)

Nota 17.3. Cronograma de recuperação dos ativos fiscais diferidos

Estimamos o seguinte cronograma de recuperação dos ativos fiscais diferidos do Grupo com base nas: i) reversões de diferenças tributáveis futuras; e ii) expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, sendo que para as empresas do segmento de Varejo, o estudo técnico de viabilidade foi aprovado pela Administração:

(Em milhões de Reais)	Impostos diferidos ativos	
	Controladora	Consolidado
2023	384	687
2024	61	128
2025	61	178
2026	-	-
2027	-	-
2028-2030	-	-
2031-2033	-	-
2034-2036	-	-
2037-2039	-	-
2040-2042	-	-
A partir de 2043	-	-
Total	506	993

Nota 18: Imposto de Renda a Pagar, Provisões e Passivos Contingentes

Políticas contábeis
De acordo com o CPC 25 (IAS 37) - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quando, no final do exercício, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, seja provável que será necessária uma saída de recursos da entidade para liquidar a obrigação, e que possa ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. O valor da provisão é estimado com base na natureza da obrigação e no desfecho mais provável, conforme uma análise feita caso a caso, exceto por uma parte de reclamações trabalhistas, cuja provisão é estimada com base nas perdas históricas.
Os passivos contingentes, que não são reconhecidos no balanço patrimonial, são definidos como:

(Em milhões de Reais)	Aquisição BIG - risco de perda provável		Aquisição BIG - risco de perda possível (b)		Atualizações e juros		Adições/(reversões)		Utilização	
	01/01/2022	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2022
Tributárias	2.444	2.087	4.488	235	(92)	(161)	9.001			
Trabalhistas	246	2.288	621	194	74	(350)	3.073			
Cíveis	291	760	281	50	38	(101)	1.319			
Compromissos contingentes (a)	291	-	-	-	(2)	-	289			
Benefícios pós-emprego	18	-	-	2	-	-	20			
Total	3.290	5.135	5.390	481	18	(612)	13.702			

(Em milhões de Reais)

Imposto de renda e contribuição social a pagar (nota 18.2.1) 582

(a) A provisão sobre os compromissos contingentes refere-se às linhas de créditos concedidas aos clientes dos cartões Carrefour e Atacadão a nossa empresa de segmentos financeiros, apresentadas na nota 33.
(b) O CPC15/IFRS3, item 23, requer o reconhecimento a valor justo, na data da aquisição, do passivo contingente assumido em combinação de negócios, mesmo se não for considerado como risco de perda provável. A Companhia provisionou o montante de R\$ 5.390 milhões correspondendo o valor justo na data da aquisição do Grupo BIG. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes.

As empresas do Grupo estão envolvidas em certo número de processos judiciais, administrativos e reclamações no curso normal dos negócios. As empresas também estão sujeitas a auditorias fiscais que podem resultar em autos de infração. As principais reclamações e processos judiciais são descritas a seguir. Em cada caso, o risco é avaliado pela Administração do Grupo e seus assessores jurídicos.

Litígios e processos judiciais

O Grupo está envolvido em litígios fiscais, trabalhistas, previdenciários, cíveis e processos judiciais.

Nota 18.2. Litígios tributários provisionados

O Grupo possui autos de infração e demandas judiciais relacionados a matérias fiscais nas esferas municipais, estaduais e federal. Para aquelas em que há uma estimativa de perda provável, foram constituídas provisões em montante considerado suficiente para cobrir decisões desfavoráveis.
Em 31 de dezembro de 2022, as principais demandas tributárias sujeitas a provisões eram:

Nota 18.2.1. Contribuição social sobre o lucro (CSLL)

O Banco CSF discutia judicialmente a constitucionalidade da majoração de alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido a que as instituições financeiras estão sujeitas. O *leading case* que discutia este tema no Supremo Tribunal Federal foi julgado improcedente, em caráter definitivo, contra os contribuintes em junho de 2020. Diante da jurisprudência desfavorável em repercussão geral, o Banco apresentou desistência na ação judicial em outubro de 2022.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Variação da parcela de impostos diferidos não reconhecidos	-	-	(263)	55
Diferença de alíquota de imposto na controlada Banco CSF - alíquota nominal de 46%	-	-	(53)	(146)
Ajuste a valor justo do projeto Pinheiros (controlada Imopar - lucro presumido)	-	-	-	134
Incentivo fiscal - subvenção de ICMS (a)	270	-	270	-
Efeito do IFRIC 23	-	73	-	107
Outras diferenças permanentes	12	(2)	3	20
Total	(238)	(633)	(674)	(965)
Alíquota efetiva	-12%	-17%	-25%	-22%

Nota 17.2. Impostos diferidos ativos e passivos

A controladora apresenta um passivo fiscal diferido líquido de R\$ 347 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 435 milhões em 31 de dezembro de 2021). O passivo fiscal diferido líquido, na posição consolidada, é de R\$ 45 milhões em 31 de dezembro de 2022. Variação negativa de R\$ 239 milhões em relação a 31 de dezembro de 2021.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo de impostos diferidos ativos	-	-	499	633
Saldo de impostos diferidos passivos	(347)	(435)	(544)	(439)
Saldo líquido de impostos diferidos (passivos)	(347)	(435)	(45)	194

(Em milhões de Reais)	Reconhecido em:		Reconhecido em:	
	01/01/2021	Resultado do exercício	01/01/2022	Resultado do exercício
Depreciação de imobilizado	(189)	(37)	(226)	(39)
Ganhos tributários não realizados	(199)	-	-	-
Ganhos cambiais não realizados	-	(92)	(92)	(19)
Instrumentos financeiros derivativos	(99)	20	(75)	75
Amortização fiscal de ágio	(472)	(1)	(473)	-
Ajuste a valor justo	-	(4)	(4)	(4)
Total imposto diferido passivo	(959)	85	(870)	17
Perdas cambiais não realizadas	71	68	139	(139)
Instrumentos financeiros derivativos	-	29	29	122
Provisões	179	(25)	154	28
Outras provisões administrativas	13	4	17	2
Provisão para participação nos lucros	47	(17)	30	27
Provisão para descontos de vendas em estoque	25	3	28	6
Plano de pagamento baseado em ações	3	5	8	9
Outras provisões	22	8	30	11
Total imposto diferido ativo	360	75	435	66
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	(599)	160	435	83

• Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Grupo; ou
• Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque (i) não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação ou (ii) o montante da obrigação não possa ser medido com suficiente confiabilidade.
Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. O Grupo divulga o ativo contingente, quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.
Em 1º de janeiro de 2019 entrou em vigência interpretação técnica ICPC 22 /IFRIC 23 sobre incertezas sobre o tratamento de imposto de renda. A controlada Carrefour Soluções Financeiras S.A. questiona o adicional de 6% de contribuição social cobrado de instituições financeiras.
De acordo com a nova norma, a provisão que é feita sobre essa discussão, passou a ser contabilizado na rubrica de imposto de renda e contribuição a pagar no passivo não circulante.

Nota 18.1. Movimentação das provisões

(Em milhões de Reais)	Controladora	
	01/01/2022	31/12/2022
Tributárias	254	24
Trabalhistas	41	5
Cíveis	49	2
Benefícios pós-emprego	16	2
Provisões	360	33

(Em milhões de Reais)	Consolidado	
	01/01/2022	31/12/2022
Tributárias	2.444	2.087
Trabalhistas	246	2.288
Cíveis	291	760
Compromissos contingentes (a)	291	-
Benefícios pós-emprego	18	-
Total	3.290	5.135

(Em milhões de Reais)

Imposto de renda e contribuição social a pagar (nota 18.2.1) 582

(a) A provisão sobre os compromissos contingentes refere-se às linhas de créditos concedidas aos clientes dos cartões Carrefour e Atacadão a nossa empresa de segmentos financeiros, apresentadas na nota 33.
(b) O CPC15/IFRS3, item 23, requer o reconhecimento a valor justo, na data da aquisição, do passivo contingente assumido em combinação de negócios, mesmo se não for considerado como risco de perda provável. A Companhia provisionou o montante de R\$ 5.390 milhões correspondendo o valor justo na data da aquisição do Grupo BIG. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes.

As empresas do Grupo estão envolvidas em certo número de processos judiciais, administrativos e reclamações no curso normal dos negócios. As empresas também estão sujeitas a auditorias fiscais que podem resultar em autos de infração. As principais reclamações e processos judiciais são descritas a seguir. Em cada caso, o risco é avaliado pela Administração do Grupo e seus assessores jurídicos.

Litígios e processos judiciais

O Grupo está envolvido em litígios fiscais, trabalhistas, previdenciários, cíveis e processos judiciais.

Nota 18.2. Litígios tributários provisionados

O Grupo possui autos de infração e demandas judiciais relacionados a matérias fiscais nas esferas municipais, estaduais e federal. Para aquelas em que há uma estimativa de perda provável, foram constituídas provisões em montante considerado suficiente para cobrir decisões desfavoráveis.
Em 31 de dezembro de 2022, as principais demandas tributárias sujeitas a provisões eram:

Nota 18.2.1. Contribuição social sobre o lucro (CSLL)

O Banco CSF discutia judicialmente a constitucionalidade da majoração de alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido a que as instituições financeiras estão sujeitas. O *leading case* que discutia este tema no Supremo Tribunal Federal foi julgado improcedente, em caráter definitivo, contra os contribuintes em junho de 2020. Diante da jurisprudência desfavorável em repercussão geral, o Banco apresentou desistência na ação judicial em outubro de 2022.

registrada em decorrência da mudança de estimativa de probabilidade de perda de possível para provável em relação à matéria.
Em 06 de junho de 2019, os contribuintes envolvidos nesta causa apresentaram novos embargos de declaração que foram novamente rejeitados.

Conforme mencionado na Nota 25, a Companhia e suas controladas aderiram a programas de anistia fiscal concedidos por determinados estados durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os quais incluíram débitos relacionados a este tema.

Nota 18.2.4. Imposto sobre Operações Financeiras - IOF

As subsidiárias do Grupo BIG foram autuadas pela Receita Federal visando a cobrança de IOF/Crédito nas operações de mútuo entre as empresas do Grupo. Devido à natureza extrafiscal do IOF sua incidência deveria estar limitada às instituições financeiras. Em razão da controvérsia, o tema será decidido pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral.
Devido aos precedentes dos Tribunais inferiores, desfavoráveis aos contribuintes, foi constituída a provisão.

Em 31 de dezembro de 2022 a provisão constituída, atualizada pela correção monetária, totalizava o valor de R\$ 237 milhões.

Nota 18.2.5. IPI na Importação com Posterior Revenda dos Importados

As subsidiárias do Grupo BIG receberam algumas autuações da autoridade fiscal federal visando a cobrança de IPI sobre Revenda de Produtos Importados. Após decisão do Supremo Tribunal Federal, que decidiu em sede de repercussão geral (RE946648), sobre a incidência do IPI na revenda, foi revisada a expectativa de perda para provável, com a constituição da respectiva provisão que em 31 de dezembro de 2022 perfaz o valor de R\$ 304 milhões.

Nota 18.2.6. Outras contingências fiscais

A Companhia e suas controladas receberam outras autuações fiscais que, após análise, foram classificadas como "perdas prováveis". Os principais tópicos envolvidos são: (i) ICMS - créditos indevidos, demandas entre os estados referentes à concessão de benefícios fiscais (guerra fiscal), créditos sobre energia elétrica, falta de pagamento e obrigações acessórias, (ii) Aplicação do Fator Acidentário de Prevenção - "FAP", (iii) Pedido eletrônico de restituição, ressarcimento, reembolso e compensação - "PER/DCOMP", (iv) COFINS - Base de cálculo e alíquota, (v) contribuições previdenciárias incidentes sobre algumas verbas e descontos em folha de pagamento e (vi) outras causas menos relevantes.

Nota 18.2.7. Resumo dos litígios fiscais provisionados

Os litígios tributários do Grupo provisionados, por natureza de tributo é apresentada no quadro abaixo.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social	(22)	(21)	(1.426)	(1.461)
PIS e COFINS	-	-	(237)	-
IOF	-	-	(304)	-
IPI	-	-	(1.718)	(837)
ICMS	(157)	(210)	(828)	(146)
Outros tributos	(29)	(23)	-	-
Ajustes ao valor justo do passivo contingente adquirido na aquisição do Grupo BIG</				

continuação

GRUPO
CARREFOUR
BRASIL**Nota 18.5.1. Tributários**

Os passivos contingentes tributários são:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e Contribuição social	3.824	3.597	4.051	3.808
PIS e COFINS	84	135	2.252	2.158
ICMS	540	562	3.073	2.842
Outros tributos	95	111	654	815
Total	4.543	4.405	10.030	9.623

Os principais tópicos que compõem os passivos contingentes tributários referem-se a: (i) Dedutibilidade de amortização de ágios, (ii) Alteração de regime de tributação de variação cambial para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social, (iii) Tributação de ICMS sobre cupons cancelados e créditos de ICMS em disputa no Estado de São Paulo, (iv) base de cálculo de ICMS nas transferências interestaduais de mercadorias, e (v) reconhecimento de créditos de PIS/COFINS sobre determinadas despesas, bem como tributação de PIS/COFINS sobre bonificações recebidas de fornecedores.

Conforme divulgado na nota explicativa 18.1 e requerido pelo item 23 do CPC 15/IFRS 3, os passivos contingentes tributários oriundos da aquisição do Grupo BIG, com classificação de risco possível, totalizam o montante de R\$ 10.987 milhões, portanto, a Companhia provisionou o valor justo no montante de R\$ 4.488 milhões, relacionados principalmente à tributos federais e impostos estaduais. Em função disso, não estão incluídos no quadro resumo acima.

Os casos mais relevantes são apresentados a seguir:

Dedutibilidade de amortização de ágio no Atacadão S.A. (IRPJ e CSLL)

A Companhia tem sido questionada desde junho 2013 quanto à amortização do ágio para fins fiscais referentes à aquisição do Atacadão ocorrida em 2007.

O principal questionamento das autoridades fiscais brasileiras refere-se à dedutibilidade da amortização do ágio decorrente da aquisição do Atacadão em 2007. A referida aquisição foi realizada por meio de uma holding brasileira a qual foi, posteriormente, incorporada pelo Atacadão. Além disso, os autos de infração também reivindicam valores de IRPJ/CSLL relativos: (a) às despesas financeiras referentes à dívida que foi inicialmente registrada pela holding brasileira e, posteriormente, transferida para o Atacadão; e (b) ao montante de Juros sobre Capital Próprio ("JCP") pago pelo Atacadão aos seus acionistas, desproporcionalmente à participação atida pelos acionistas. Os autos acima mencionados foram contestados pela Companhia. Para o primeiro caso, durante o primeiro semestre de 2016, uma decisão parcialmente favorável foi proferida, em esfera administrativa, reduzindo o risco total do auto de infração, quanto à dedutibilidade das despesas financeiras e multa qualificada. Com a exclusão dos valores cancelados (por meio da parte favorável do julgamento), em decorrência das decisões, a cobrança mantém-se em R\$ 2.595 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.448 milhões em 31 de dezembro de 2021), considerando encargos advocatícios.

Em julho de 2017, a Companhia recebeu decisão desfavorável em instância final administrativa quanto aos demais pontos (dedutibilidade da amortização do ágio, multa isolada e JCP) e deu prosseguimento à defesa na esfera judicial. Em outubro de 2017, a Companhia ingressou com medida judicial para continuar a discussão jurídica, bem como garantiu o montante envolvido por meio do oferecimento de seguro-garantia.

Em julho de 2018, foi proferida decisão judicial de primeira instância desfavorável com relação aos juros sobre capital próprio - "JCP". Em face desta decisão, a Companhia apresentou recurso, e não há alteração na avaliação de risco. Adicionalmente, quanto à mesma operação, a Companhia recebeu um segundo auto de infração complementar em 2016, relativa aos períodos de 2012 e 2013. Não existem períodos subsequentes sujeitos a questionamentos por parte das autoridades tributárias pertinentes a essa matéria.

Com relação ao segundo auto de infração mencionado acima, em fevereiro de 2018, a Companhia obteve decisão administrativa parcialmente favorável no CARF quanto à (i) dedução das despesas de juros, e (ii) redução da multa qualificada de 150% para 75%. Quanto aos temas da amortização do ágio e da distribuição dos juros sobre capital próprio ("JCP"), o CARF manteve o posicionamento desfavorável. Atualmente há recursos da Companhia e das autoridades fiscais pendentes de julgamento. Em dezembro de 2019 a Companhia, em sede de Recurso Especial no CARF, ganhou definitivamente a redução da multa qualificada de 150% para 75%, mantendo a discussão para os demais temas. Esta decisão resultou em uma redução de R\$ 120 milhões. Em junho de 2020 a Companhia ingressou com medida judicial para continuar a discussão jurídica, bem como garantiu o montante envolvido por meio de oferecimento de seguro-garantia. Em 31 de dezembro de 2022 o valor referente a este auto era de R\$ 934 milhões (R\$ 870 milhões em 31 de dezembro de 2021), considerando encargos advocatícios.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante total em disputa era de R\$ 3.529 milhões (R\$ 3.318 milhões em 31 de dezembro de 2021), considerando o imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante o período de amortização fiscal, o risco líquido para a Companhia é de R\$ 3.056 milhões (R\$ 2.845 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Alteração de regime de tributação da variação cambial

A Companhia recebeu autos de infração pertinente ao período de 2015 e 2016 relacionados ao Imposto de Renda e Contribuição Social. As autoridades fiscais federais questionaram a mudança do regime de reconhecimento das variações cambiais e seus efeitos.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante total destes autos de infração era de R\$ 296 milhões (R\$ 278 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Cálculo de imposto sobre cupons cancelados no Carrefour (ICMS)

O Carrefour recebeu autos de infração do Estado de São Paulo para os anos calendário de 2006 a 2010, referentes à suposta falta de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, quando do cancelamento de cupons fiscais. Tais cancelamentos resultam de situações nas quais os clientes do Carrefour eventualmente desistem da compra dos produtos no caixa ou devido ao programa denominado "Compromisso Público Carrefour", por meio do qual o Carrefour adota preço inferior comprovado e apresentado pelo cliente, em um produto idêntico àquele a ser comprado numa loja Carrefour.

A defesa do Carrefour tem consistido em demonstrar, por amostragem, que cada cancelamento registrado, possui a documentação requerida. Na data da emissão destas demonstrações contábeis, dezenove casos haviam sido julgados na esfera judicial, dezessete com decisões favoráveis ao Carrefour, uma decisão parcialmente favorável (aproximadamente 90% de ganho) e uma desfavorável com recurso do Carrefour pendente de julgamento. Os demais processos aguardam julgamento seja na esfera administrativa ou na esfera judicial.

O Carrefour constituiu provisão sobre o valor atualizado dos débitos, levando em consideração os casos que já receberam decisões já proferidas, ainda que não definitivas, o montante provisionado é revisado periodicamente.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo deste passivo contingente era de R\$ 1.533 milhões (R\$ 1.519 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Créditos tributários disputados no Carrefour (ICMS)

Os centros de distribuição de São Paulo receberam autuações referentes a supostos créditos indevidos de ICMS, referente ao ano de 2008. As Autoridades alegaram que tais créditos haviam sido reconhecidos em 2008 através de Guia de Informação e Apuração do ICMS - "GIA's", e também registrados nos livros fiscais sem a devida documentação (notas fiscais). Em 31 de dezembro de 2022, o valor total das autuações recebidas era de R\$ 512 milhões (R\$ 488 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Créditos tributários decorrentes de determinadas despesas (PIS e COFINS)

O Grupo Carrefour recebeu autuações fiscais referentes ao reconhecimento de créditos tributários sobre determinadas despesas.

Em janeiro de 2022 a controlada Carrefour recebeu auto de infração de PIS e COFINS referente a créditos sobre determinadas despesas, relacionadas ao exercício de 2017, no montante de R\$ 155 milhões. Foi apresentada impugnação integral no caso, o qual aguarda julgamento de recurso em segunda instância administrativa, após decisão parcialmente favorável para a Companhia, ainda pendente de confirmação pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

O valor total das autuações fiscais era de R\$ 1.332 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.198 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Dedutibilidade da amortização do ágio no Carrefour (IRPJ)

No decorrer de suas atividades econômicas, o Grupo Carrefour adquiriu nove redes de supermercados entre os anos de 1998 a 2001, que foram posteriormente incorporadas ao Carrefour. Estas transações geraram o registro de ágio que foi amortizado para fins fiscais.

Referente à matéria e para os anos de 2007 a 2013, a autoridade tributária questiona a dedutibilidade da amortização do ágio, reconhecida pelo Carrefour, considerando os fundamentos legais estabelecidos pela Lei n. 9.249/1995, Decreto n. 1.598/1977 e normas de contabilidade. O ponto principal da discussão é a comprovação de pagamento feito pelo Carrefour para as aquisições realizadas e alocação das despesas de ágio. Adicionalmente, os autos de infração tratam também sobre as despesas de provisões não dedutíveis e a redução do lucro tributável.

Em janeiro de 2017, o CARF decidiu, por unanimidade, a favor do Carrefour: (i) sobre a dedutibilidade do ágio (2009 a 2012) relacionado a duas das nove aquisições; e (ii) relativa à redução do lucro tributável. O Grupo está aguardando a publicação da decisão. As demais aquisições ainda aguardam julgamento.

Em setembro de 2017, a Câmara Superior do CARF, para o período de 2007, manteve a decisão parcialmente favorável quanto à dedutibilidade do ágio (2007) referente às duas aquisições e relativo ao lucro tributável, entretanto, a Câmara julgou improcedente a dedutibilidade do ágio para as demais aquisições.

Em outubro de 2017, foi publicado o acórdão e o Carrefour apresentou recurso Embargos de Declaração que foram julgados e a Câmara Superior do CARF manteve a decisão parcialmente favorável.

Em março de 2018, o processo foi encerrado na esfera administrativa e a Receita Federal do Brasil constituiu a cobrança do débito remanescente com base nos efeitos da decisão parcialmente favorável. A Companhia está seguindo com a discussão na esfera judicial e apresentou seguro garantia.

Em dezembro de 2018, a controlada Carrefour recebeu um auto de infração sobre o mesmo tema, mas relacionado ao ano-calendário de 2013. Nesse caso, considerando que o Carrefour tinha prejuízo fiscal, a autoridade tributária identificou o valor que não deveria ter sido amortizado no período de 2013 (R\$ 69 milhões) e determinou que o Carrefour fizesse os ajustes na base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A defesa administrativa foi apresentada em janeiro de 2019.

Em abril de 2019, a subsidiária Carrefour obteve uma decisão favorável no caso da amortização de ágio decorrente da aquisição da Companhia "Eldorado". Neste caso, a Câmara Superior do CARF aceitou nosso recurso em última instância cancelando totalmente o auto de infração no montante de R\$ 62 milhões (ágio 2008 a 2012).

Em 31 de dezembro de 2022 o valor total das autuações recebidas era de R\$ 221 milhões (R\$ 212 milhões em 31 de dezembro de 2021) considerando o imposto de

renda e contribuição social diferidos registrados durante o período de amortização fiscal, o risco líquido para a Companhia é de R\$ 105 milhões (R\$ 96 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Bonificação de fornecedores recebidas pelo Carrefour

Como prática comum no varejo, o Grupo Carrefour recebe descontos comerciais de seus fornecedores e considera tais valores como redução de custos e despesas. O Grupo Carrefour recebeu autos de infração, nos quais a autoridade fiscal considerou que parte destes créditos deveria ser tratada como receita e consequentemente sujeitos à tributação de PIS e COFINS.

Em janeiro de 2022 a controlada Carrefour recebeu auto de infração de PIS e COFINS referente a descontos comerciais de seus fornecedores, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 332 milhões. Foi apresentada impugnação integral no caso, o qual aguarda julgamento de recurso em segunda instância administrativa. Decisões favoráveis foram proferidas ao longo dos anos, mas nenhuma delas de forma definitiva.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor total das autuações recebidas pelo Grupo Carrefour era de R\$ 885 milhões (R\$ 825 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Outras contingências fiscais não provisionadas

A Companhia e suas controladas ainda possuem outras demandas administrativas e judiciais, as quais, após análise, foram classificadas como "perdas possíveis". Dentre os tópicos envolvidos estão: ICMS - créditos indevidos, demandas entre os estados referentes à concessão de benefícios fiscais (guerra fiscal), falta de pagamento e obrigações acessórias.

Nota 18.5.2. Cíveis**Processo administrativo**

Conforme Fato Relevante publicado no dia 22 de agosto de 2019, a Companhia tomou conhecimento da existência de dois procedimentos investigatórios criminais (PICs) iniciados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (GEDEC) contra funcionários públicos do Município de São Paulo, funcionário e ex-funcionários do Atacadão S.A., referentes às condições para a renovação de licenças de operação de sua sede e duas lojas. Os processos investigatórios acima e o processo criminal em andamento não envolvem a Companhia.

Em 27 de junho de 2020 e 25 de maio de 2021, o Município de São Paulo notificou o Atacadão S.A. acerca da abertura de processos administrativos de responsabilização instaurados com base nos procedimentos investigatórios descritos acima. Esses processos se encontram ainda em fase inicial.

Com base nas circunstâncias de conhecimento da Companhia até o momento, não existem ajustes a serem feitos nas demonstrações financeiras em relação ao tema.

Nota 19: Receita Diferida**Controladora**

Em junho de 2016, a Companhia celebrou com sua controlada indireta o Banco CSF S.A., acordo operacional pelo prazo de dezesseis anos para a criação de um novo cartão de crédito, o "Cartão Atacadão", além de possibilitar a oferta, distribuição e comercialização, de produtos e soluções financeiras do Banco Carrefour aos clientes da Companhia.

Essa parceria propiciou o ingresso de R\$ 825 milhões no caixa da Companhia em setembro de 2016. Esse montante foi pago pela exclusividade e pelo uso da base de dados de clientes da Companhia, durante o período em que vigorar o acordo operacional, e pela viabilização da operação e oferta desses serviços nas lojas do Atacadão. O reconhecimento da receita decorrente dos recursos recebidos será apropriado ao resultado pela fruição de prazo do respectivo contrato, tendo sido registrado em 31 de dezembro de 2016 como receita diferida o valor de R\$ 825 milhões.

Por se tratar de uma transação com uma controlada indireta, o valor dessa receita diferida na Companhia foi reconhecido somente no limite da participação do minoritário na BSF Holding S.A. controladora direta do Banco CSF S.A.

A tabela abaixo mostra o montante registrado na controladora referente a essa transação:

(Em milhões de Reais)	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Transação "Cartão Atacadão"	247	274
Outras receitas diferidas	2	3
Receita diferida	249	277
Circulante	28	28
Não circulante	221	249
Consolidado		

Em 03 de novembro de 2020 lançamos o Programa "Minhas Recompensas", conectado a todos os formatos de lojas do Carrefour (hipermercados, supermercados, conveniência, postos de gasolina, drograrias), e-commerce (alimentar e não alimentar) e o banco. Neste, os clientes podem acumular moedas virtuais e trocá-las, durante o período de três meses, por inúmeros benefícios, seja em vouchers de desconto em compras ou para uso em nossos parceiros, de forma a gerar economias na cesta como um todo. As moedas recebidas por clientes são reconhecidas como redutor da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo das moedas emitidas, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dessas moedas. A mesma é reconhecida no resultado quando as moedas são resgatadas, momento no qual os custos incorridos devido à entrega das recompensas também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que as moedas expiram.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante registrado no consolidado referente essa transação é de R\$ 27 milhões no passivo circulante (R\$ 21 milhões em dezembro de 2021).

Nota 20: Patrimônio Líquido**Nota 20.1. Gestão de capital**

Os objetivos de gestão de capital (capital próprio e capital de dívida) são:

- Assegurar que o Grupo possa continuar a funcionar como empresa em atividade, nomeadamente mantendo elevados níveis de recursos líquidos;
- Otimizar os retornos dos acionistas; e
- Manter a alavancagem adequada a fim de minimizar o custo de capital e manter a solvência do Grupo a um nível que lhe permita acessar a uma vasta gama de fontes e instrumentos de financiamento.

Para manter ou ajustar seu endividamento, o Grupo pode assumir novos empréstimos ou liquidar os empréstimos existentes, ajustar o dividendo pago aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, comprar ações ou vender ativos para utilizar os rendimentos para pagar dívidas.

O Banco CSF deve ter capital próprio suficiente para cumprir os indicadores de adequação de capital e as regras mínimas de capital estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Nota 20.2: Capital social e ações em tesouraria**Nota 20.2.1. Capital social****Emissão de ações**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia emitiu 1.503.290 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal com o valor de emissão de R\$ 11,70 por ação, em função do exercício de opções de compra de ações no âmbito de Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, Plano "Pré-IPO", descrito na nota 31.

Em junho de 2022, a operação contemplada no contrato de compra e venda de ações e outras avencas com Momentum - Fundo de Investimento em Participações Multi-estratégia, controlado por entidades sob gestão de entidade afiliada à Advent International Corporation, e Brazil Holdings S.C.S, companhia controlada pelo Walmart Inc., para aquisição da totalidade das ações de emissão do Grupo BIG Brasil S.A. celebrado em 23 de março de 2021 foi finalizada, por meio do qual a Companhia (i) adquiriu ações de emissão do Grupo BIG representativas de 70% do seu capital social; e (ii) as ações remanescentes de emissão do Grupo BIG foram incorporadas pela Companhia, com a emissão, em favor dos acionistas do Grupo BIG, de 116.822.430 (cento e dezesseis milhões, oitocentas e vinte e duas mil, quatrocentas e trinta) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, de modo que a Companhia passou a deter a totalidade das ações de emissão do Grupo BIG.

O capital social da Companhia devidamente aprovado pelo Conselho de Administração dentro do capital autorizado, era de R\$ 9.918 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 7.651 milhões em 31 de dezembro de 2021), representado por 2.103.665.270 ações ordinárias (1.985.339.550 em 31 de dezembro de 2021), nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social por quantidade de ações em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é apresentada abaixo:

Quantidade de ações	31/12/2022		31/12/2021
Acionistas			
Carrefour Nederland B.V.	770.832.970	37%	770.832.970
Carrefour S.A.	651.400.000	31%	651.400.000
Península II Fundo de Investimento em Participações	152.070.854	7%	152.070.854
FIP Momentum	83.717.879	4%	-
Brazil Holdings S.C.S.	29.567.478	1%	-
Outros	416.076.089	20%	411.035.726
Total	2.103.665.270	100%	1.985.339.550

Nota 20.2.2. Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pelo Grupo e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem ter como contrapartida qualquer esforço do Grupo em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços, são transações de capital com os sócios. As reservas de capital somente podem ser utilizadas para: i) absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros; ii) resgate, reembolso ou compra de ações; iii) resgate de partes beneficiária; iv) incorporação ao capital; v) pagamento de dividendo cumulativo; e vi) outros itens relacionados à aquisição do grupo BIG.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor total da reserva de capital era de R\$ 2.140 milhões (R\$ 2.213 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Efeito dos planos de ações e de opções liquidável em ações

O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 67 milhões (R\$ 63 milhões em 31 de dezembro de 2021) correspondente ao efeito do plano de opções liquidável em ações da Companhia e ao plano de benefício liquidável com ações da controladora final da Companhia (Carrefour S.A.) apresentados na nota 31.

Nota 20.2.3. Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários

Montante decorrente da transação entre acionistas em 2014, ocasionando a incorporação das quotas da Brepa Comércio e Participações Ltda. "Brepa", que era a controladora anterior do Grupo Carrefour Brasil, pela Companhia, originado na aquisição de participações minoritárias no Carrefour Comércio e Indústria Ltda. pela Brepa.

Nota 20.2.4. Reserva de lucros**Reserva legal**

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 627 milhões (R\$ 540 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com objetivo à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais foi constituída nos termos do artigo 30 da Lei nº 12.973/14, podendo ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou para aumento de capital.

Nota 20.2.5. Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- (i) Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de hedge (Nota 28.8);
- (ii) Variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes; e
- (iii) Variação líquida acumulada de provisão de benefícios pós-emprego aos funcionários do Grupo.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos ou passivos a que elas se referem.

Nota 20.3. Ações em tesouraria**Políticas contábeis**

As ações em tesouraria são registradas pelo custo como uma dedução do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas com vendas de ações em tesouraria (e o respectivo efeito tributário) são registrados diretamente no patrimônio líquido sem afetar o lucro líquido do exercício.

Não havia ações em tesouraria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Nota 20.4. Dividendos**Políticas contábeis**

O Estado da Companhia prevê que, no mínimo, 0,1% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio ("JSCP") é reconhecido na demonstração de resultado (nota explicativa nº 17.1).

Controladora

Em 26 de abril de 2022, nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia no valor bruto de R\$ 39 milhões, equivalente ao valor de R\$ 0,0196352421 por ação. Tal valor, somado aos R\$ 1.041 milhões, declarados e pagos na forma de antecipação de lucros, em 30 de junho de 2021, 25 de novembro de 2021 e 15 de dezembro de 2021, nos termos das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 11 de junho de 2021 e em 09 de novembro de 2021, totalizam R\$ 1.080 milhões, correspondentes a 45% do lucro líquido ajustado da Companhia apurado no exercício de 2021. O pagamento dos dividendos foi efetuado em 28 de junho de 2022.

Em 13 de junho de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia no valor total de R\$ 264 milhões, relativos ao exercício de 2022, equivalentes ao valor de R\$ 0,12553215 por ação em circulação. O pagamento foi efetuado em 29 de junho de 2022.

Em 12 de setembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia no valor total R\$ 270 milhões, relativos ao exercício de 2022, equivalentes ao valor de R\$ 0,128350843 por ação em circulação. O pagamento foi efetuado em 29 de setembro de 2022.

Em 01 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia no valor total R\$ 153 milhões, relativos ao exercício fiscal de 2022, equivalentes ao valor de R\$ 0,072730893 por ação em circulação. O pagamento foi efetuado em 19 de dezembro de 2022.

(Em milhões de Reais)	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	1.739	3.144
Reserva legal	(87)	(157)
Lucro líquido ajustado, de acordo com a lei das S.A.s	1.652	2.987
Dividendo	687	1.080
	42%	36%

Controlada BSF holding

Em 28 de abril de 2022, na Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a não distribuição de dividendos referente ao ano de 2021, o valor contabilizado de R\$ 132 milhões, dos quais o valor de R\$ 67 milhões a controlada direta Carrefour Comercio e Indústria Ltda. e o valor de R\$ 65 milhões ao acionista não controlador Itaú Unibanco S.A., foi revertido.

Em 29 de setembro de 2022, na Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 132 milhões, dos quais o valor de R\$ 67 milhões a controlada direta Carrefour Comercio e Indústria Ltda. e o valor de R\$ 65 milhões ao acionista não controlador Itaú Unibanco S.A. O pagamento foi efetuado em 11 de outubro de 2022.

O valor dos dividendos mínimos obrigatórios da controlada BSF holding, referente ao ano de 2022, é R\$ 152 milhões, dos quais o valor de R\$ 78 milhões será pago a controlada direta Carrefour Comercio e Indústria Ltda. e o valor de R\$ 74 milhões a ser pago ao acionista não controlador Itaú Unibanco S.A.

continuação



**GRUPO
CARREFOUR
BRASIL**

de forma confiável (ii) as receitas de soluções financeiras do Banco CSF S.A. (taxas de cartão bancário e comissões de crédito tradicional e rotativo, entre outras, autorizadas e regulamentadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN) são reconhecidas ao longo da vigência do contrato (iii) a receita de aluguel é reconhecida pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Programa de fidelidade

- As moedas recebidas por clientes são reconhecidas como redutor da receita de vendas. O valor é estimado com base no valor justo das moedas emitidas, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dessas moedas. A mesma é reconhecida no resultado quando as moedas são resgatadas, momento no qual os custos incorridos devido à entrega das recompensas também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que as moedas expiram.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	71.168	59.225	113.685	85.584
Impostos sobre receitas	(6.586)	(5.425)	(10.795)	(7.833)
Receita operacional líquida	64.582	53.800	102.890	77.751

Nota 22.1 Vendas líquidas

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas brutas de vendas	70.949	58.997	107.847	81.185
Impostos sobre vendas	(6.560)	(5.399)	(10.342)	(7.481)
Vendas líquidas antes do programa de fidelidade	64.389	53.598	97.505	73.704
Programa de fidelidade	-	-	(116)	(152)
Vendas líquidas	64.389	53.598	97.389	73.552

Nota 22.2 Outras receitas

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas brutas	-	-	4.679	3.703
Impostos e deduções	-	-	(280)	(228)
Receitas de transações financeiras	-	-	4.399	3.475
Serviços e comissões	188	201	947	645
Receita de aluguéis	31	27	328	203
Impostos sobre vendas	(26)	(26)	(173)	(124)
Outras receitas	193	202	5.501	4.199

Nota 23: Custo das Mercadorias Vendidas, Serviços Prestados e Operações**Financeiras**

Políticas contábeis
O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos comerciais recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística e outros custos (principalmente custos dos serviços prestados pela empresa de Soluções Financeiras). Os descontos comerciais de fornecedores são mensurados com base nos acordos negociados com os mesmos.

O Grupo reconhece descontos comerciais somente quando há evidência de acordos com fornecedores, o valor pode ser confiavelmente mensurado e sua realização é provável. Com base no histórico dos descontos comerciais sobre as compras, o Grupo estima o montante registrado como redutor do custo dos estoques.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pelo Grupo, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

O custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a depreciação de ativos relacionados às prestações de serviços.

O custo das operações financeiras compreende as provisões de perdas com perdas de crédito esperadas em ativo financeiro e perdas operacionais.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo das mercadorias vendidas	(54.933)	(45.627)	(80.903)	(61.298)
Depreciação	(13)	(13)	(53)	(50)
Outros custos	-	-	(2.285)	(1.527)

Custos das mercadorias vendidas, serviços prestados e operações

financeiras (54.946) (45.640) (83.241) (62.875)

Outros custos compreendem em sua grande maioria a provisões para perdas por redução ao valor recuperável de crédito concedido ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras determinadas conforme critérios descritos na nota 28.7. O valor destas provisões, líquido de reversões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 era R\$ 1.972 milhões (R\$ 1.305 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021).

Nota 24: Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas e Depreciação e Amortização

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(5.292)	(4.401)	(13.079)	(9.211)
Depreciação e amortização	(680)	(571)	(1.671)	(1.173)
Despesas com vendas, depreciação e amortização	(5.972)	(4.972)	(14.750)	(10.384)

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas são as seguintes:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesa com benefícios a empregados	(3.018)	(2.509)	(6.619)	(4.778)
Despesa de pagamentos baseados em ações, liquidáveis em instrumentos patrimoniais (a)	(9)	(23)	(25)	(38)
Aluguéis	(40)	(50)	(86)	(90)
Serviços de terceiros	(368)	(288)	(2.032)	(1.440)
Custos de manutenção e reparação	(402)	(368)	(1.038)	(724)
Energia, água e gás	(574)	(497)	(1.110)	(779)
Comissão de cartão de crédito	(110)	(97)	(406)	(273)
Outras despesas	(771)	(569)	(1.763)	(1.089)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(5.292)	(4.401)	(13.079)	(9.211)

(a) As despesas reconhecidas como pagamento baseado em ações corresponde (i) ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data de outorga e; (ii) ao valor do imposto de renda retido na fonte a ser pago pelo Grupo em nome dos empregados e aos encargos sociais.

Depreciação e amortização

Incluindo a depreciação da área de logística reconhecida no custo de vendas, as despesas e custos totais de depreciação e amortização reconhecidas na demonstração de resultado individual e consolidado totalizaram respectivamente R\$ 693 milhões e R\$ 1.724 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 584 milhões e R\$ 1.223 milhões em 31 de dezembro de 2021), como segue:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado	(669)	(562)	(1.482)	(1.028)
Intangíveis	(11)	(9)	(178)	(133)
Propriedade de investimento	-	-	(11)	(12)

Depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depreciação da área logística	(13)	(13)	(53)	(50)
Depreciação e amortização	(693)	(584)	(1.724)	(1.223)

Nota 25: Outras Receitas (Despesas)**Políticas contábeis**

Outras receitas (despesas) são apresentadas em linha separada da demonstração de resultados. As outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos (i)	14	39	(140)	(47)
Custos de reestruturação (ii)	1	(22)	(49)	(50)
Receitas relativas a demandas judiciais (iii)	119	134	405	481
Despesas relativas a demandas judiciais (iii)	(43)	(11)	(173)	(156)
Custos em transações de aquisição de empresas e ativos (iv)	(102)	(86)	(105)	(86)
Resultado projeto Pinheiros (v)	-	-	-	495
Aquisição da totalidade das ações da Cosmopolitana (vi)	-	-	76	-
Resultado na venda das lojas remédios (vii)	-	-	27	-
Outras receitas e despesas	-	-	(5)	(3)
Outras receitas (despesas)	(11)	54	36	634

(i) Os "Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos" podem conter (i) o resultado das perdas por impairment de ativos quando resultando dos testes de valor recuperável (ii) despesas ou receitas referentes ao valor líquido dos ativos alienados (iii) despesas relacionadas à baixa de ativos para quais não temos mais expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação, identificados durante inventários, ou no caso de sinistros, *remodeling* de nossas lojas, etc.

(ii) Os custos de reestruturação são relacionados com projetos de melhoria da eficiência operacional cujos custos são referentes aos honorários de consultorias e custos de desligamento.

(iii) Valor refere-se principalmente a: (a) Reversão dos pagamentos de provisões após o pagamento sob a anistia descrita na nota 18.2.5 e outras reversões tributárias devido à decadência de Cesta Básica (Nota 18.2.3); (b) Decisão favorável de autos de infração referente ao imposto sobre cupons cancelados (Nota 18.5.1); e (c) Decisão do desfavoável referente ao pagamento de IPI por varejistas. Em 2021 incluiu-se ainda: (a) Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

(iv) O montante refere-se principalmente a despesas relacionadas a aquisição do Grupo BIG S.A.

(v) Em 2021 refere-se principalmente ao ajuste a valor justo dos ativos recebidos na operação de permuta de ativos.

(vi) Em 01 de abril de 2022, a controlada CMBCI Investimentos e Participações Ltda. ("CMBCI") exerceu a opção de compra da totalidade das ações da empresa Cosmopolitana Shopping Empreendimentos S.A. ("Cosmopolitana"), que desde então era contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. A partir do exercício da opção, a Cosmopolitana passa a ser consolidada integralmente pela CMBCI. O impacto no resultado é relativo ao efeito da remensuração do valor justo de sua participação, considerando a obtenção do controle e, assim apresentando um ganho decorrente a compra vantajosa.

(vii) O montante refere-se ao ganho na venda das lojas classificadas como "Ativos mantidos para venda" (Nota 3).

Nota 26: Resultado Financeiro

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Receitas sobre aplicações financeira	164	42	277	67
Atualização monetária sobre créditos fiscais	42	-	42	-
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	6	5	89	57
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	1.095	1.000	1.095	1000
Varição cambial sobre financiamentos e importações	469	-	483	-
Outras receitas financeiras	70	74	75	23
Total das receitas financeiras	1.846	1.121	2.061	1.147
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(864)	(180)	(926)	(189)
Juros sobre arrendamentos	(136)	(107)	(462)	(211)

Nota 27: Alterações no Fluxo de Caixa

Variações nas demonstrações dos fluxos de caixa são demonstradas abaixo:

(Em milhões de Reais)	Controladora				Consolidado				
	Saldo final	Saldo inicial	Varição	Varição	Saldo final	Aquisição BIG	Saldo inicial	Varição	Varição
(-) Contas a receber	(2.112)	(1.031)	(1.081)	(124)	(2.646)	(734)	(1.307)	(605)	27
(-) Estoques	(6.830)	(6.343)	(487)	(1.105)	(12.293)	(2.787)	(8.788)	(718)	(1.079)
+ Fornecedores	12.190	10.563	1.627	1.171	19.642	2.583	14.752	2.307	750
(-) Impostos a recuperar	(2.096)	(2.456)	360	349	(5.850)	(2.438)	(4.106)	694	716
(-) Depósitos judiciais	(140)	(131)	(9)	(25)	(2.744)	(585)	(2.570)	411	(169)
+ Obrigações trabalhistas	504	380	124	2	1.337	389	825	123	(66)
+ Impostos a pagar	185	139	46	(20)	635	94	372	169	(159)
(-) Outros ativos operacionais	(240)	(85)	(155)	59	(2.614)	(242)	(1.090)	(1.282)	(264)
+ Outros passivos operacionais	906	910	(4)	(65)	15.011	10.844	4.494	(327)	(141)
+/- Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(6)	4	(2)	(8)	11
+ Outros ajustes:	-	-	-	-	-	-	-	4	(15)
Varição de ativos e passivos reconhecidas em outros resultados abrangentes, antes dos impostos	-	-	-	-	-	-	-	232	325
Ganhos e perdas relativas a demandas judiciais	-	-	76	123	-	-	-	-	-
Varição em ativos e passivos operacionais	2.367	1.946	497	365	10.472	7.128	2.580	1.000	(64)
(-) Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (*)	-	-	-	-	(13.722)	-	(11.523)	(2.199)	(1.649)
+ Operação com cartão de crédito	-	-	-	-	12.204	-	9.515	2.689	1.758
Crédito ao consumidor líquido concedido pela empresa de soluções financeiras	-	-	-	-	(1.518)	-	(2.008)	490	109

(*) Montante inclui provisão para perdas por redução ao valor recuperável, líquido de reversões, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 somaram o montante de R\$ 1.972 milhões (R\$ 1.305 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Nota 28: Instrumentos Financeiros**Políticas contábeis****Ativos financeiros**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- instrumento de dívida ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA);
- instrumento patrimonial ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA);
- ou ao Valor Justo no Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja valor justo, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 28.8). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros a custo amortizado ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Em caso de queda prolongada ou significativa do valor de um instrumento de capital próprio ou de uma diminuição dos fluxos de caixa estimados de um instrumento de dívida, uma perda por impairment é reconhecida na demonstração de resultados. Se em um período subsequente, o impairment diminuir, a perda por impairment anteriormente reconhecida é liberada da seguinte forma:

- para instrumentos de capital próprio (ações e outros): através de "Outros resultados abrangentes";
- para instrumentos de dívida (obrigações, notas e outros): sempre que se verifique um aumento nos fluxos de caixa futuros estimados através de resultados por um montante que não exceda a perda por impairment previamente reconhecida.

O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi determinado com base nas informações fornecidas pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais).

Perda de crédito esperada

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui "indícios de perda por redução ao valor recuperável" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
-

continuação

GRUPO
CARREFOUR
BRASIL

períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que seja objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

Metodologia de cálculo de valor justo

Para a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (NDFs), o método de fluxo de caixa descontado foi aplicado com base nas informações obtidas da *Bloomberg*. O Grupo avaliou a possibilidade de utilização das taxas da *BM&F Bovespa*; entretanto, considerando os vencimentos das operações em aberto na data do cenário econômico atual, a informação da *BM&F Bovespa* apresentou uma volatilidade que não refletiu os fatos, e o Grupo decidiu usar informações da *Bloomberg*.

Nota 28.1. Instrumentos financeiros por categoria

As tabelas a seguir mostram em detalhes a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros, conforme previsto no CPC 46 (IFRS13) e a respectiva mensuração:

(Em milhões de Reais)	Controladora				
	Em 31 de dezembro de 2022				
	Divisão por categoria				
	Valor	Custo		Valor	
	Nível Contábil	VJR amortizado	VJIH	VJORA	Justo
Caixa e equivalentes de caixa	6.317	-	6.317	-	6.317
Contas a receber	2.112	-	2.112	-	2.112
Outras contas a receber	147	-	147	-	147
Ativo	8.576	-	8.576	-	8.576
Fornecedores	12.715	-	12.715	-	12.715
Empréstimos	2 14.264	5.285	8.979	-	16.379
Instrumentos financeiros derivativos	2 593	-	-	593	593
Outras contas a pagar	347	-	347	-	347
Passivo	27.919	5.285	22.041	593	30.034

(Em milhões de Reais)	Controladora				
	Em 31 de dezembro de 2021				
	Divisão por categoria				
	Valor	Custo		Valor	
	Nível Contábil	VJR amortizado	VJIH	VJORA	Justo
Caixa e equivalentes de caixa	3.267	-	3.267	-	3.267
Contas a receber	1.031	-	1.031	-	1.031
Instrumentos financeiros derivativos	2 200	-	-	200	200
Empréstimos a controladas	2 1.079	-	1.079	-	1.135
Outras contas a receber	37	-	37	-	37
Ativo	5.614	-	5.414	200	5.670
Fornecedores	11.148	-	11.148	-	11.148
Empréstimos	2 6.810	3.703	3.107	-	5.521
Instrumentos financeiros derivativos	2 85	-	-	85	85
Outras contas a pagar	272	-	272	-	272
Passivo	18.315	3.703	14.527	85	17.026

(Em milhões de Reais)	Controladora				
	Em 31 de dezembro de 2022				
	Divisão por categoria				
	Valor	Custo		Valor	
	Nível Contábil	VJR amortizado	VJIH	VJORA	Justo
Caixa e equivalentes de caixa	10.835	-	10.835	-	10.835
Títulos e valores mobiliários	2 834	-	-	-	834
Contas a receber	2 2.646	1.007	1.639	-	2.646
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	2 13.722	-	13.722	-	13.267
Instrumentos financeiros derivativos	2 2	-	-	2	-
Outras contas a receber	1.446	-	1.446	-	1.446
Ativo	29.485	1.007	27.642	2	834
Fornecedores	20.641	-	20.641	-	20.641
Empréstimos	2 14.367	5.285	9.082	-	16.483
Instrumentos financeiros derivativos	2 597	-	-	597	597
Operações com cartão de crédito	2 12.204	-	12.204	-	12.226

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado		Taxa de juros	Vencimento final
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Circulante						
Em moeda estrangeira						
Carrefour Finance		1.588		1.588		
Resolução nº 4131	750	858	750	858	VC + 0,6% a.a.	01/2022
Resolução nº 4131	489	6	489	6	1,33% a 2,4% a.a.	04/2023
Resolução nº 4131	2.677	-	2.677	-	0,91% a 1,87% a.a.	09/2023 a 09/2024
					1,08% a 1,71% a.a.	05/2023 e 06/2023
Em moeda local						
Carrefour Finance	6.348	-	6.348	-	R\$ (Pré 12% a 14,25% a.a.)	03/2023 a 11/2023
Debêntures	513	8	513	8	105,75% CDI	04/2023
Debêntures	9	461	9	461	CDI + 0,55 a 0,65 a.a.	06/2024 a 06/2026
Resolução nº 4131	24	18	24	18	R\$ (Pré 10,4840%)	09/2024
Debêntures	59	-	59	-	CDI + 0,55 a 0,79 a.a.	08/2026 a 08/2027
Letras financeiras	-	-	103	80	CDI + 0,55% a.a.	2023
	10.869	2.939	10.972	3.019		

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado		Taxa de juros	Vencimento final
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Não circulante						
Em moeda estrangeira						
Resolução nº 4131	-	830	-	830	1,33% a 2,4% a.a.	04/2023
Resolução nº 4131	725	1.371	725	1.371	0,91% a 1,87% a.a.	09/2023 a 09/2024
Em moeda local						
Debêntures	-	500	-	500	105,75% CDI	04/2023
Debêntures	550	550	550	550	CDI + 0,55 a 0,65 a.a.	06/2024 a 06/2026
Resolução nº 4131	620	620	620	620	R\$ (Pré 10,4840%)	09/2024
Debêntures	1.500	-	1.500	-	CDI + 0,55 a 0,79 a.a.	08/2026 a 08/2027
Letras financeiras	-	-	-	102	CDI + 0,55% a.a.	2023
	3.395	3.871	3.395	3.973		
Total	14.264	6.810	14.367	6.992		

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, nenhum dos empréstimos estava sujeito a quaisquer cláusulas de *covenants* financeiros e todas as obrigações contratuais estavam cumpridas pela Companhia.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros do Grupo e os prazos de amortização contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros incluindo juros dos passivos financeiros.

(Em milhões de Reais)	Controladora				
	Em 31 de dezembro de 2022				
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	12.715	12.715	-	-	-
Empréstimos	14.264	13.942	2.252	2.964	-
Instrumentos financeiros derivativos	593	497	96	-	-
Passivo de arrendamento	1.185	176	182	498	3.077
Outras contas a pagar	347	342	-	-	5
Total do passivo	29.104	27.672	2.530	3.462	3.082

(Em milhões de Reais)	Controladora				
	Em 31 de dezembro de 2021				
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	11.148	11.148	-	-	-
Empréstimos	6.810	3.133	2.386	2.763	-
Instrumentos financeiros derivativos	85	85	-	-	-
Passivo de arrendamento	1.043	153	166	476	2.865
Outras contas a pagar	272	268	-	-	4
Total do passivo	19.358	14.787	2.552	3.239	2.869

(Em milhões de Reais)	Consolidado				
	Em 31 de dezembro de 2022				
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	20.641	20.641	-	-	-
Empréstimos	14.367	14.045	2.252	2.964	-
Instrumentos financeiros derivativos	597	501	96	-	-
Passivo de arrendamento	4.704	887	895	2.222	10.905
Operações de cartão de crédito	12.204	10.624	1.580	-	-
Fundo de investimento em direitos creditórios	367	367	-	-	-
Outras contas a pagar	1.076	1.071	-	-	5
Total do passivo	53.956	48.136	4.823	5.186	10.910

(Em milhões de Reais)	Consolidado				
	Em 31 de dezembro de 2021				
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	15.449	15.449	-	-	-
Empréstimos	6.992	3.213	2.466	2.785	-
Instrumentos financeiros derivativos	85	85	-	-	-
Passivo de arrendamento	2.038	385	410	927	4.046
Operações de cartão de crédito	9.515	8.249	1.266	-	-
Outras contas a pagar	558	551	3	-	4
Total do passivo	34.637	27.932	4.145	3.712	4.050

Características das Debêntures:

Tipo de emissão	Valor de emissão (Em milhões de Reais)	Em circulação (quant.)	Data de Emissão	Vencimento inicial	Encargos anuais	Preço Unitário (em R\$)	Valor contábil (Em milhões de Reais)
1ª Emissão - 1ª série	1.000	1.000.000	25/04/2018	25/04/2021	104,40% CDI	1.000	-
1ª Emissão - 2ª série	500	500.000	25/04/2018	25/04/2023	105,75% CDI	1.000	513
2ª Emissão - 1ª série	450	450.000	21/11/2019	23/06/2022	CDI + 0,45 a.a.	1.000	-
2ª Emissão - 2ª série	350	350.000	21/11/2019	20/06/2024	CDI + 0,55 a.a.	1.000	356
2ª Emissão - 3ª série	200	200.000	21/11/2019	18/06/2026	CDI + 0,65 a.a.	1.000	203
4ª Emissão - 1ª série	467	467.225	16/09/2022	17/08/2026	CDI + 0,55 a.a.	1.000	485
4ª Emissão - 2ª série	188	188.355	16/09/2022	16/08/2027	CDI + 0,80 a.a.	1.000	196
4ª Emissão - 3ª série	845	844.420	16/09/2022	16/08/2027	CDI + 0,79 a.a.	1.000	878

(Em milhões de Reais)	Consolidado				
	Em 31 de dezembro de 2022				
	Divisão por categoria				
	Valor	Custo		Valor	
	Nível Contábil	VJR amortizado	VJIH	VJORA	Justo
Fundo de investimento em direitos creditórios	2 367	-	367	-	367
Outras contas a pagar	1.076	-	1.076	-	1.076
Passivo	49.252	5.285	43.370	597	51.390

(Em milhões de Reais)	Consolidado				
	Em 31 de dezembro de 2021				
	Divisão por categoria				
	Valor	Custo		Valor	
	Nível Contábil	VJR amortizado	VJIH	VJORA	Justo
Caixa e equivalentes de caixa	6.945	-	6.945	-	6.945
Títulos e valores mobiliários	2 497	-	-	-	497
Contas a receber	2 1.307	169	1.138	-	1.307
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	2 11.523	-	11.523	-	10.889
Instrumentos financeiros derivativos	2 202	-	-	202	202
Outras contas a receber	381	-	381	-	381
Ativo	20.855	169	19.987	202	497
Fornecedores	15.449	-	15.449	-	15.449
Empréstimos	2 6.992	3.703	3.289	-	5.675
Instrumentos financeiros derivativos	2 85	-	-	85	85
Operações com cartão de crédito	2 9.515	-	9.515	-	9.332
Outras contas a pagar	558	-	558	-	558
Passivo	32.599	3.703	28.811	85	31.099

Nenhum ativo ou passivo mensurado pelo valor justo foi reclassificado entre os diversos níveis entre 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Nota 28.2. Descrição dos principais riscos financeiros aos quais estamos expostos
Nossos principais riscos associados aos instrumentos financeiros que nós utilizamos são os riscos de liquidez, taxa de juros, moeda e contraparte. Devido à sua especificidade e à existência de um conjunto específico de regulamentos fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), os riscos financeiros decorrentes de nossas atividades bancárias (Banco CSF) são administrados separadamente daqueles relacionados aos segmentos de negócios de Varejo e Atacadão.

Nossa Tesouraria Corporativa e o Departamento Financeiro supervisionam as necessidades de liquidez e financiamento de nossos quatro segmentos de negócios e mantêm contato com o Departamento de Tesouraria e Financeiro específico de cada um de nossos segmentos de negócios. Nosso Departamento de Tesouraria e Financeiro é responsável pela implementação da estratégia definida pela nossa Administração, estabelecendo e analisando a divulgação de nossas posições financeiras, monitorando os riscos financeiros decorrentes de nossos diversos segmentos de negócios, definindo e fiscalizando a adequada implementação das normas que regem a nossa exposição financeira.

Nota 28.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não poder liquidar seus passivos financeiros quando vencerem. Nós gerenciamos nosso risco de liquidez assegurando, na medida do possível, que dispomos, em qualquer momento, de ativos líquidos disponíveis suficientes para liquidar, considerando nossas linhas de crédito, nossos passivos quando de sua data de vencimento, quaisquer que sejam as condições de mercado. As projeções do fluxo de caixa do Grupo são monitoradas de forma contínua, para melhor ajustar os recursos disponíveis, bem como antecipar quaisquer eventos que possam afetar a nossa liquidez. Nós diversificamos nossas fontes de financiamento, através da contratação de empréstimos e da venda de recebíveis, junto a instituições financeiras. Conforme nota 16 - Fornecedores, a Companhia disponibiliza aos fornecedores convênios com instituições financeiras para os fornecedores efetuarem a antecipação de seus recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2022, nosso saldo de caixa e equivalentes de caixa e valores mobiliários atuais totalizaram R\$ 11.669 milhões (R\$ 7.442 milhões em 31 de dezembro de 2021). Os empréstimos do Grupo são detalhados no quadro abaixo:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado		Taxa de juros	Vencimento final
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Circulante						
Em moeda estrangeira						
Carrefour Finance		1.588		1.588		

continuação



Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhões de Reais)	Exposição	Baixo				Alto			
		10%	25%	50%	10%	25%	50%	50%	
Aplicações financeiras	5.689	(73)	(182)	(364)	73	182	364		
Empréstimos	(2.631)	38	96	192	(38)	(96)	(192)		
Exposição líquida	3.058	(35)	(86)	(172)	35	86	172		

(Em milhões de Reais)	Exposição	Baixo				Alto			
		10%	25%	50%	10%	25%	50%	50%	
Aplicações financeiras	9.313	(117)	(292)	(584)	117	292	584		
Títulos e valores mobiliários	834	(11)	(28)	(57)	11	28	57		
Empréstimos	(2.734)	40	100	199	(40)	(100)	(199)		
Exposição líquida	7.413	(88)	(220)	(442)	88	220	442		

(Em milhões de Reais)	Exposição	Baixo				Alto			
		10%	25%	50%	10%	25%	50%	50%	
Aplicações financeiras	2.712	(21)	(52)	(104)	21	52	104		
Empréstimos	(1.519)	14	36	72	(14)	(36)	(72)		
Exposição líquida	1.193	(7)	(16)	(32)	7	16	32		

(Em milhões de Reais)	Exposição	Baixo				Alto			
		10%	25%	50%	10%	25%	50%	50%	
Aplicações financeiras	6.244	(49)	(123)	(246)	49	123	246		
Títulos e valores mobiliários	497	(5)	(11)	(23)	5	11	23		
Empréstimos	(1.701)	26	66	131	(26)	(66)	(131)		
Exposição líquida	5.040	(28)	(68)	(138)	28	68	138		

Nota 28.6. Risco de câmbio

Em 2022 a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira junto a instituições financeiras no exterior (Dólares). O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de cobertura da sua exposição ao risco de variação cambial, estes instrumentos são designados para contabilidade de hedge, conforme descritos na nota 28.8. Além disso, o Grupo, através da controladora CCI, efetua importação de mercadorias em Euros e Dólares para as quais existem NDFs (veja nota 28.8). Os fornecedores a pagar (importações) denominados em moeda estrangeira eram de R\$ 244 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 124 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Nota 28.7. Risco de contraparte

O risco de contraparte decorre da possibilidade de não recebermos os valores registrados em investimentos correntes, em contas a receber, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e outras contas a receber. Para minimizar possíveis perdas com inadimplência de suas contrapartes, o Grupo adota políticas de gestão rigorosas, incluindo a análise da contraparte e as regras de diversificação. Estas transações são realizadas em instituições financeiras com rating de longo prazo em escala nacional classificadas com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado.

A Companhia e suas controladas estabeleceram como política de gestão de risco de crédito trabalhar com instituições financeiras que possuam, no mínimo, um rating A- (escala nacional) e B- (em escala global Standard & Poor's) ou equivalente, avaliado pelas seguintes agências de rating: Fitch Ratings, Standard & Poor's ou Moody's. De forma complementar e não excludente à análise do rating, a alocação dos investimentos respeita limites máximos por rating, por patrimônio líquido da instituição e por concentração de contrapartes, este limitado a 30% do total de investimentos disponíveis. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita no quadro abaixo, considerando o rating ou mais conservador da Standard & Poor's ou equivalente em escala nacional:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
AAA	6.296	3.094	10.810	6.082
AA+	-	151	-	761
Sem Rating	21	22	25	102
Caixa e equivalentes de caixa	6.317	3.267	10.835	6.945

Contas a receber

As contas a receber correspondem principalmente a valores a receber de clientes (para produtos entregues e cartões de crédito), fornecedores (principalmente descontos) e inquilinos de unidades de shopping centers (aluguel). As perdas por impairment são reconhecidas quando necessário, com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o montante devido e a idade do crédito a receber. Composição do saldo de contas a receber e vencidas a vencer

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Vencido				
Até 30 dias	15	16	54	39
30-90 dias	1	2	39	15
91-180 dias	3	2	17	26
Acima de 180 dias	18	11	82	104
Total vencidos	37	31	192	184
Total a vencer	1.915	841	2.364	966
Total de Contas a receber de clientes	1.952	872	2.556	1.150
Verbas comerciais a receber	183	175	294	406
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(23)	(16)	(204)	(249)
Total de Contas a receber	2.112	1.031	2.646	1.307

Investimentos (equivalentes de caixa e outros ativos financeiros correntes)

No que diz respeito ao risco de contraparte relativo aos títulos e valores mobiliários, nossa Administração entende que este é limitado, uma vez que as instituições financeiras envolvidas receberam elevadas notas das agências de risco de crédito.

Segmento de Soluções Financeiras

Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (Gestão de risco de crédito)
Para proteger-se do risco de inadimplência dos clientes, o Banco CSF utiliza-se de sistemas e processos para checar a qualidade e capacidade de pagamento de seus clientes. Esses sistemas e processos incluem, mas não se limitam às seguintes funções:
• Ferramentas de tomada de decisão como, por exemplo, softwares de análise de crédito, ferramentas de simulação de receitas e despesas e procedimentos de checagem de histórico de crédito;
• Bases de dados de indagação de histórico positivo e negativo de crédito, quando existente;
• Gestão ativa da base de clientes existente (ex.: aumento e redução de linha de crédito, autorizações, vendas combinadas, etc.);
• Gestão ativa de processos de recebimento;
• Monitoramento de risco de crédito e sistemas de controle; e
• O Departamento de Risco de Crédito é responsável por todos esses procedimentos, e o Conselho Diretor recebe cópias de todos os relatórios emitidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Crédito.

Classificação e provisões da carteira de empréstimos ao consumidor
A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a impairment está dividida em três níveis, conforme indicado pelo CPC 48/IFRS 9, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito, sendo que a descrição de cada estágio é descrita a seguir:

Estágio 1: instrumento financeiro considerado saudável, adimplente ou com inadimplência igual ou inferior a 30 dias, ou que não tenha um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa o default resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidência objetiva de impairment (evento de inadimplência), ou se observada inadimplência superior a 30 dias, o instrumento financeiro será classificado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete o default estimado da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias) e aumento na probabilidade de default; e

Estágio 3: Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação; considera ativos em default (atraso acima de 90 dias, ou 30 dias para instrumentos de reestruturação de dívida).

A composição da carteira de crédito ao consumidor, assim como da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro, por estágio em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está apresentada abaixo:

(Em milhões de Reais)	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Crédito ao consumidor	PCLD	Crédito ao consumidor	PCLD
Estágio 1	11.153	(462) 7,6%	9.873	(416) 10,1%
Estágio 2	2.224	(576) 9,5%	1.681	(474) 11,5%
Estágio 3	6.149	(4.766) 78,2%	3.798	(2.939) 71,3%
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	19.526	(5.804) 29,7%	15.352	(3.829) 24,9%
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(5.804)		(3.829)	
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras, líquido	13.722		11.523	
Compromissos contingentes	(289)		(291)	
Provisão para perdas de crédito e compromissos contingentes	(6.093)		(4.120)	

A provisão sobre os compromissos contingente (linha de créditos dados aos clientes, mas não usadas) é apresentada na nota 18.1. Modelos de provisão são desenvolvidos de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, e observa também a regulamentação bancária brasileira. O modelo é baseado nas seguintes etapas:
• Classificação dos créditos aos consumidores em 3 estágios, de acordo com o aumento de risco constatado desde a origem do crédito;
• Modelagem de perda dada à inadimplência e taxas de recuperação; e
• Reavaliação da classificação dos créditos e cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro de acordo com as perdas esperadas em todos os estágios carteira de empréstimos na data de cada demonstração financeira.

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro (Em milhões de Reais)

Em 1º de janeiro de 2021	(3.661)
Constituição	(1.477)
Reversão	146
Venda de carteira/outras	1.163
Em 1º de janeiro de 2022	(3.829)
Constituição	(2.182)
Reversão	207
Em 31 de dezembro de 2022	(5.804)

Nota 28.8. Contabilidade de hedge e instrumentos derivativos

Conforme descrito na nota 28.3 a Companhia fez captações de empréstimos em moeda estrangeira e utiliza instrumentos financeiros derivativos, designados como hedge accounting, sendo consistente com a política contábil descrita. A política contábil para contabilidade de hedge do Grupo é descrita a seguir:
No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.
Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("forward points") é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido.

Os empréstimos relativos à Lei 4131/1962 possuem operações de hedge, na forma de swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto à troca de taxas pré-fixadas para taxas pós-fixadas em CDI, como a troca de moeda, euros e dólares para reais, sendo assim a designação para hedge de valor justo. Estes swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + swap para reais em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e do derivativo configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômica uma dívida em % do CDI em reais no balanço da Companhia.

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de valor justo, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida no resultado ou balanço patrimonial, ajustando a rubrica em que o objeto de hedge é ou será reconhecido. O objeto de hedge, quando designado nessa relação, também é mensurado ao valor justo no resultado. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("forward points") é contabilizada separadamente como custo de hedge e é reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido (ORA). Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, uma vez que os termos do swap de taxa de juros correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa (ou seja, montante nominal, prazo, pagamento). O Grupo estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de hedge, uma vez que o risco subjacente do swap de taxa de juros é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do hedge, o Grupo usa o método do derivativo hipotético e compara as alterações no valor justo do instrumento de hedge com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que seja objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

(a) Hedge de fluxo de caixa

Os instrumentos derivativos tem os mesmos prazos de vencimento e valores que os contratos de empréstimos, a relação do hedge é demonstrada no quadro abaixo:

Controladora - 31 de dezembro de 2022																	
Objeto de Hedge (empréstimos)						Instrumento de Hedge											
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Variação cambial reconhecida no resultado do exercício	Contra parte	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Taxa a termo	Alterações no valor reconhecido em ORA	Alterações no valor do instrumento reconhecido no resultado do exercício	Custo reconhecido no resultado do exercício	Valor justo	
																	Alterações no valor reconhecido no resultado do exercício
H	11/01/2021	11/01/2022	Euro	50	6,5514	(6)	Citi Bank	NDF	11/01/2021	11/01/2022	50	6,5514	6,7474	(1)	6	-	-
I	13/01/2021	12/01/2022	Euro	100	6,4528	(3)	BNP Paribas	NDF	13/01/2021	12/01/2022	100	6,4528	6,6558	(1)	3	(1)	-
				150		(9)				150			(2)	9	(1)	-	

Controladora - 31 de dezembro de 2022																
Objeto de Hedge (empréstimos)						Instrumento de Hedge										
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Alterações no valor reconhecido no resultado do exercício	Contra parte	Natureza	Início	Vencimento	Ativo	Passivo	Alterações no valor reconhecido em ORA	Alterações no valor do instrumento reconhecido no resultado do exercício	Custo reconhecido no resultado do exercício	Valor justo	
																Alterações no valor reconhecido no resultado do exercício
J	19/01/2021	19/01/2022	Euro	100	6,3752	4	Banco Santander	SWAP	19/01/2021	19/01/2022	0,60% a.a.	CDI + 0,51%	1	(4)	(5)	-
				100		4							1	(4)	(5)	-

Controladora - 31 de dezembro de 2021																	
Objeto de Hedge (empréstimos)						Instrumento de Hedge											
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Variação cambial reconhecida no resultado do exercício	Contra parte	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Taxa a termo	Alterações no valor reconhecido em ORA	Alterações no valor do instrumento reconhecido no resultado do exercício	Custo reconhecido no resultado do exercício	Valor justo	
																	Alterações no valor reconhecido no resultado do exercício
C	16/01/2020	21/01/2021	Euro	75	4,6491	-	Deutsche Bank	NDF	16/01/2020	21/01/2021	75	4,6491	4,8457	-	-	(10)	(21)
H	11/01/2021	11/01/2022	Euro	50	6,5514	12	Citi Bank	NDF	11/01/2021	11/01/2022	50	6,5514	6,7474	1	(12)	(14)	(21)
I	13/01/2021	12/01/2022	Euro	100	6,4528	14	BNP Paribas	NDF	13/01/2021	12/01/2022	100	6,4528	6,6558	1	(14)	(19)	(32)
L	26/03/2021	23/12/2021	Euro	50	6,5466	4	CACIB	NDF	26/03/2021	23/12/2021	50	6,5466	6,7550	-	(4)	(10)	-
M	21/06/2021	21/12/2021	Euro	100	5,9993	(42)	Banco Bradesco	NDF	21/06/2021	21/12/2021	100	5,9993	6,1676	-	42	(17)	-
				375		(12)				375			2	12	(56)	(53)	

Controladora - 31 de dezembro de 2021																
Objeto de Hedge (empréstimos)						Instrumento de Hedge										
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Alterações no valor reconhecido no resultado do exercício	Contra parte	Natureza	Início	Vencimento	Ativo	Passivo	Alterações no valor reconhecido em ORA	Alterações no valor do instrumento reconhecido no resultado do exercício	Custo reconhecido no resultado do exercício	Valor justo	
																Alterações no valor reconhecido no resultado do exercício
E	06/01/2021	06/12/2021	Euro	100	6,3366	(3)	Banco Itaú	SWAP	06/01/2021	06/12/2021	0,60% a.a.	CDI + 0,71%	-	3	(24)	-
F	06/01/2021	06/12/2021	Euro	75	6,5404	12	Banco Bradesco	SWAP	06/01/2021	06/12/2021	0,60% a.a.	CDI + 0,78%	-	(12)	(19)	-
G	08/01/2021	08/12/2021	Euro	75	6,5323	9	CACIB	SWAP	08/01/2021	08/12/2021	0,60% a.a.	CDI + 0,69%	-	(9)	(19)	-
J	19/01/2021															

continuação



Controladora - 31 de dezembro de 2021

Objeto de Hedge (empréstimos)						Instrumento de Hedge									
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do exercício	Contra parte	Natureza SWAP	Início	Vencimento	Ativo	Passivo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do exercício	Custo reconhecido no resultado do exercício	Valor justo
16/04/2020	14/04/2022	Euro	68	5,5500	4	Société Générale	Moeda	16/04/2020	14/04/2022	1,5059% a.a.	CDI + 0,68%	(1)	4	(15)	48
16/04/2020	14/04/2022	Euro	67	5,5900	3	Credit Agricole	Moeda	16/04/2020	14/04/2022	1,1741% a.a.	CDI + 0,65%	(6)	6	(10)	45
16/04/2020	14/04/2023	Euro	67	5,5900	3	Credit Agricole	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	1,3294% a.a.	CDI + 0,85%	(3)	6	(14)	48
16/04/2020	14/04/2023	Dólar	73	5,1250	(28)	BNP Paribas	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	2,4000% a.a.	CDI + 1%	(1)	31	(10)	31
20/09/2021	20/09/2024	Reais	620	N/A	-	BNP Paribas	Juros	20/09/2021	20/09/2024	R\$ (Pré 10,484%)	CDI + 0,88%	-	-	-	-
20/09/2021	20/09/2023	Euro	43	6,1950	(6)	Banco Itaú	Moeda	20/09/2021	20/09/2023	0,9059% a.a.	CDI + 1,21%	-	6	(6)	-
20/09/2021	20/09/2024	Dólar	150	5,2700	(47)	Rabobank	Moeda	20/09/2021	20/09/2024	1,8235% a.a.	CDI + 1,05%	-	34	(14)	20
20/09/2021	20/09/2023	Dólar	50	5,2800	(15)	JP Morgan	Moeda	20/09/2021	20/09/2023	1,8706% a.a.	CDI + 1,31%	-	14	(6)	8
			1.138		(86)										

Nota 29: Partes Relacionadas
 O acionista controlador direto da Companhia é o Carrefour Nederland BV, sediado na Holanda e seu acionista controlador em última instância é o Carrefour S.A., sediado na França.
 As transações entre partes relacionadas compreendem principalmente operações comerciais para compra e venda de mercadorias, despesas com pessoal, empréstimos, acordos de compartilhamento de custos e serviços de tecnologia da informação. Os saldos de contas a receber e contas a pagar referentes às transações com partes relacionadas são os seguintes:

- Contas a receber - Verbas comerciais a receber - estes valores referem-se principalmente a bonificações comerciais remetidas pelo Carrefour World Trade ("CWT"), baseados no atendimento de condições e compromissos comerciais estabelecidos no contrato global negociado pela CWT com fornecedores, cujo objetivo é gerar sinergias com as empresas do Grupo Carrefour por meio da adoção de uma estratégia de alinhamento na seleção de fornecedores;
- Fornecedores e outras contas a pagar - estes valores referem-se à compra de mercadorias e produtos e/ou prestação de serviços diretamente relacionados com as suas atividades operacionais;
- Empréstimos - estes montantes referem-se a contratos de empréstimo concedidos pelo Carrefour Finance (Nota 28.3);
- Remuneração da Administração - os valores e divulgações referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentados na Nota 32.3;
- Acordo de compartilhamento de gastos - correspondem a serviços prestados pela sede do Carrefour na França, prestados para o Grupo;
- Serviços de TI - Carrefour Systèmes d'Information presta serviços de manutenção, operação e suporte de equipes em relação a aplicações de tecnologia da informação;
- Correspondente de Serviços Bancários - as lojas atuam como correspondentes bancários do Banco CSF, oferecendo soluções financeiras para os clientes, sendo remunerados como tal pelo Banco CSF; e
- Com relação ao acordo de licenciamento de marca, o Carrefour S.A. concedeu ao CCI o direito de utilizar suas marcas e logotipos com o nome Carrefour por uma taxa que depende do percentual de vendas e de certos parâmetros a serem atingidos, após a dedução das despesas de publicidade.
- Walmart US - despesas de royalties com a marca "Sam's Club", que deverão ser integralmente pagas trimestralmente.

Transações nos balanços patrimoniais
 As transações com partes relacionadas registradas na demonstração do balanço nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 eram as seguintes:

Controladora	31 de dezembro de 2022							
	Ativo				Passivo			
	Contas a receber	Outras contas a receber	Despesas antecipadas	Total	Empréstimos	Receita diferida	Outras contas a pagar	Receita diferida
(Em milhões de Reais)								
Controladoras								
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	88	-
Controladas								
Banco CSF S.A.	374	11	-	385	-	27	56	220
Carrefour Comércio e Indústria Ltda. (a)	-	1	-	1	-	-	35	-
Grupo BIG S.A.	221	-	-	221	-	-	13	-
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	18	-	18	-	-	-	-
Coligadas								
Carrefour World Trade	76	-	-	76	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	-	2	2	6.348	-	-	6.348
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	17	-
Outras partes relacionadas								
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	9	-
Total	671	30	2	703	6.348	27	218	220

(a) Em junho de 2022 a controladora Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("CCI") pagou integralmente o contrato de empréstimo ("mútuo") com a Companhia, no valor total de R\$ 1.133 milhões, sendo R\$ 1 bilhão de principal e R\$ 133 milhões de juros acumulados.

Controladora	31 de dezembro de 2021							
	Ativo				Passivo			
	Contas a receber	Outras contas a receber	Despesas antecipadas	Total	Empréstimos	Receita diferida	Outras contas a pagar	Receita diferida
(Em milhões de Reais)								
Controladoras								
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	64	-
Controladas								
Banco CSF S.A.	69	9	-	78	-	27	45	247
Carrefour Comércio e Indústria Ltda. (a)	-	1	-	1.079	1.080	-	20	-
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	12	-	12	-	-	-	-
Coligadas								
Carrefour World Trade	82	-	-	82	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	-	3	3	1.588	-	7	1.595
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	22	-
Outras partes relacionadas								
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	7	-
Total	151	22	3	1.079	1.255	1.588	27	165

Controladora	31 de dezembro de 2021							
	Ativo				Passivo			
	Contas a receber	Outras contas a receber	Despesas antecipadas	Total	Empréstimos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Total
(Em milhões de Reais)								
Controladoras								
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	157	157
Coligadas								
Carrefour Management	-	-	2	2	-	-	1	1
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	6	6	-	-	57	57
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	-	-	-	6	6
Carrefour Import S.A.	-	-	-	-	-	-	129	129
Carrefour World Trade	111	-	-	111	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	2	-	2	6.348	-	-	6.348
Outras partes relacionadas								
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	9	9
Walmart US	-	-	-	-	-	-	24	24
Total	111	2	2	115	6.348	129	254	6.731

Controladora	31 de dezembro de 2021							
	Ativo				Passivo			
	Contas a receber	Outras contas a receber	Despesas antecipadas	Total	Empréstimos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Total
(Em milhões de Reais)								
Controladoras								
Carrefour S.A.	-	-	1	1	-	-	116	116
Coligadas								
Carrefour Management	-	-	2	2	-	-	2	2
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	6	6	-	-	59	59
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	-	-	-	7	7
Carrefour Import S.A.	2	-	-	2	-	86	-	86
Carrefour World Trade	119	-	-	119	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	3	-	3	1.588	-	7	1.595
Maison Johannes Boubées	-	-	-	-	-	1	-	1
Sociedad de Compras Modernas	1	-	-	1	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	7	7
Total	122	3	9	134	1.588	87	198	1.873

Transações nas demonstrações do resultado do exercício
 As transações com partes relacionadas registradas na demonstração do resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 eram as seguintes:

Controladora	31 de dezembro de 2022								
	Vendas	Desconto comercial		Despesa de aluguel	Despesa com pessoal	Tarifa de utilização	Repasso de despesas	Outras receitas e despesas	Total
		receitas	comercial						
(Em milhões de Reais)									
Controladoras									
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	(79)	-	(79)	
Controladas									
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	4	-	-	(34)	(94)	-	33	(37)	
Banco CSF S.A.	-	32	-	-	-	(41)	95	26	
Grupo BIG S.A.	699	-	-	-	-	-	-	699	
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	-	-	-	-	-	2	2	
Coligadas									
Carrefour Finance	-	-	-	-	-	-	(471)	(471)	
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	(16)	(16)	
Carrefour World Trade	-	-	205	-	-	-	-	205	
Total	703	32	205	(34)	(94)	(41)	33	(415)	

Controladora	31 de dezembro de 2021								
	Vendas	Desconto comercial		Despesa de aluguel	Despesa com pessoal	Tarifa de utilização	Repasso de despesas	Outras receitas e despesas	Total
		receitas	comercial						
(Em milhões de Reais)									
Controladoras									
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	(68)	-	(68)	
Controladas									
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	4	-	-	(31)	(68)	-	25	(9)	
Banco CSF S.A.	-	27	-	-	-	(26)	83	26	
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	-	-	-	-	-	1	1	
Coligadas									
Carrefour Finance	-	-	-	-	-	-	(55)	(55)	
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	(29)	(29)	
Carrefour World Trade	-	-	177	-	-	-	-	177	
Total	4	27	177	(31)	(68)	(26)	11	26	

Consolidado	31 de dezembro de 2022					
	(Em milhões de Reais)	Descontos comerciais	Repasso de despesas	Compras	Juros	Total
Controladora						
Carrefour S.A.	-	-	(149)	-	-	(149)
Coligadas						
Carrefour Import S.A.	-	-	-	(296)	-	(296)
Carrefour World Trade	274	-	-	-	-	274
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	(6)	-	-	(6)
Carrefour Finance	-	-	-	-	(471)	(471)
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	(56)	-	-	(56)
Outras partes relacionadas						
Walmart US	-	-	(24)	-	-	(24)
Total	274	(274)	(296)	(471)	(728)	(728)

Consolidado	31 de dezembro de 2021					
	(Em milhões de Reais)	Descontos comerciais	Repasso de despesas	Compras	Juros	Total
Controladora						
Carrefour S.A.	-	-	(128)	-	-	(128)
Coligadas						
Carrefour Import S.A.	-	-	-	(252)	-	(252)
Carrefour World Trade	249	-	-	-	-	249
Carrefour Hypermarket Hong Kong	-	-	1	-	-	1
Compagnie d'Activité et de Commerce	-	-	-	(1)	-	(1)
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	(7)	-	-	(7)
Carrefour Finance	-	-	-	-	(55)	(55)
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	(61)	-	-	(61)
Maison Joannes Boubée	-	-	-	(1)	-	(1)
Sociedad Compras Modernas	-	-	(1)	-	-	(1)
Total	249	(196)	(254)	(55)	(256)	(256)

Nota 30: Informações por Segmentos

Políticas contábeis
 O CPC 22 (IFRS 8) - Informações por Segmento requer a divulgação de informações sobre os segmentos operacionais de uma entidade derivadas do sistema de relatórios internos e usadas pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho. Os segmentos operacionais do Grupo são os segmentos Atacadão, varejo, soluções financeiras e BIG, cujos resultados são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração do Grupo, que é o principal tomador de decisões operacionais na concepção do CPC 22 (IFRS 8).
 O segmento de Soluções financeiras oferece aos seus clientes cartões de crédito que podem ser utilizados nas lojas do Grupo e em outros locais, bem como crédito ao consumidor. O segmento relata sua receita financeira de operações de crédito como, "Outras receitas" uma vez que estas constituem a principal atividade do segmento. O custo de captação de capital do segmento de soluções financeiras é apresentado como "Custo das operações financeiras". O segmento de Soluções financeiras também fornece crédito ao consumidor para compras realizadas em parcelas nas lojas do Grupo.
 As despesas de capital por segmento correspondem a aquisições de bens do imobilizado e ativos intangíveis.
 Outros ativos do segmento correspondem a (i) capital de giro, composto por contas a receber, estoques e contas a pagar; (ii) capital de giro do segmento de Soluções financeiras e (iii) outro capital de giro, incluindo outras contas a receber e a pagar, despesas antecipadas e receitas diferidas, impostos a recuperar e a recolher.
 Substancialmente todas as receitas do Grupo derivam da operação no Brasil. O Grupo não possui ativos não circulantes

continuação



Nota 31: Pagamento Baseado em Ações

Políticas contábeis

O Grupo mantém sete planos de pagamento baseados em ações a fim de reter os seus principais executivos. Além disso, esses executivos também participam de quatro planos, nos quais recebem ações da controladora do Grupo (Carrefour S.A.). O custo reconhecido como despesa com benefícios a empregados corresponde i) ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga (ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e termos do plano) e ii) ao valor do imposto de renda retido na fonte a ser pago pelo Grupo em nome dos empregados e os encargos sociais. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo valor justo das opções de compra de ações é registrado como despesa com benefícios a empregados com um aumento correspondente no patrimônio líquido de acordo com o CPC 10 (IFRS 2) - Pagamento Baseado em Ações durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito dos prêmios. O valor do imposto de renda retido na fonte e os encargos sociais correspondentes são registrados como um aumento no passivo (parcela do plano tratada com plano liquidado em caixa). O valor justo das opções de ações é determinado utilizando dois modelos, dependendo do tipo do plano: (i) modelo binomial de precificação de opções de ações na data de outorga e (ii) modelo Black-Scholes.

Condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*) não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são consideradas na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período baseado na taxa de realização esperado para as condições de desempenho que não são de mercado. O custo calculado conforme acima descrito é reconhecido em linha reta ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*). Detalhes dos planos de ações e de opções de compra de ações definido para diretoria e funcionários selecionados são apresentados a seguir:

Nota 31.1. Planos de opções de compra de ações

(a) Descrição dos Planos de opções de compra de ações/Incentivo de Longo Prazo baseados em Ações
 (i) Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO")
 O primeiro plano de opções de compra de ações foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei 6.404, de 15/12/1976, era de reter um grupo de executivos chave para o planejamento e a execução da oferta pública inicial (IPO), e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo. O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento: (i) modificar ou encerrar o plano e (ii) estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano.

Os termos e condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, define (i) os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas, (ii) o preço de exercício das opções outorgadas, (iii) o cronograma do período de aquisição do direito de exercício (*vesting*) (iv) as condições para acessar as opções na data de *vesting* ou outros eventos que impactariam a data de *vesting*. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*). Os detalhes deste plano de opções de compra de ações são apresentados abaixo:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	9.283.783
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	46

A partir do IPO até 21 de março de 2023

Preço de exercício (em R\$ por opção) 11,70

(1) número de opções autorizadas, aprovadas em Assembleia Geral de acionistas em 27 de junho de 2017,

(2) as opções podem ser exercidas somente após a ocorrência da oferta pública inicial (IPO) da Companhia e se o beneficiário ainda é empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações:

- 1/3 (um terço) na ocorrência do IPO;
- 1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e
- 1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO.

Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas no Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema:

- (i) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO;
- (ii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e
- (iii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO.

O *vesting* do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da Oferta Primária de Ações, 12 meses depois, o segundo terço das opções tiveram seu *vesting period* completo e 24 meses depois, o terceiro. O movimento no período das opções outorgadas neste Plano está apresentado na nota 31.1 (c).

(ii) Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em Ações (antigo "Segundo Plano de Opções de Compra de Ações") - ("Plano Regular")

O segundo plano de opções de compra de ações foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas realizada em 26 de junho de 2017, e alterado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 14 de abril de 2020, por meio da qual passou a ser denominado "Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em Ações", tendo sido incluída a possibilidade de outorga de ações restritas, além das já previstas opções de compra de ações. As outorgas são anuais e suas principais diretrizes compreendem:

- **Elegibilidade:** nossos administradores e empregados, bem como os administradores e empregados de nossas sociedades controladas;
- **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo nosso Conselho de Administração;
- **Prazo para que as opções ou ações restritas se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;
- **Prazo máximo para exercício:** até o final do 6º ano da data de tal plano;
- **Diluição societária máxima:** 2,5% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções ou ações restritas concedidas e não exercidas no âmbito do deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e
- **Preço de exercício das opções:** será determinado pelo nosso Conselho de Administração no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção.
- **Meta de performance:** o total das opções e/ou ações restritas poderá ser vinculado a metas de performance, a serem definidas pelo Conselho de Administração no momento da outorga.

Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira outorga de opções conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	3.978.055
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	92

Entre 26 de setembro de 2022 e 26 de setembro de 2025

Preço de exercício (em R\$ por opção) 21,98

(1) número de opções autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2019;

(2) as opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

(c) Conciliação dos planos de ações em circulação

	Plano Global 2019	Plano Global 2020	Plano Regular 2020	Plano Global 2021	Plano Regular 2021	Plano Global 2022	Plano Regular 2022
Ações outorgadas em 1º de janeiro de 2022	226.700	239.757	977.140	288.500	1.523.235	-	-
(+) Opções concedidas no período	-	-	-	-	-	139.550	1.998.945
(-) Ações exercidas no período	(226.700)	-	-	-	-	-	-
(-) Ações canceladas no período	-	-	-	-	-	-	-
Ações em 31 de dezembro de 2022	-	239.757	977.140	288.500	1.523.235	139.550	1.998.945

Ações exercíveis

Nota 31.3. Despesas reconhecidas no resultado

Para detalhes sobre as despesas de benefícios aos empregados (pagamentos baseados em ações), veja Nota 24.

Nota 32: Remuneração dos Empregados e Benefícios

Políticas contábeis

Os empregados do Grupo recebem benefícios de curto prazo (tais como férias remuneradas, auxílio-doença e participação nos lucros e resultados) e benefícios de longo prazo (tais como prêmios de tempo de serviço e benefícios pós-emprego complementares). Os benefícios pós-emprego podem ser pagos em planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Todos esses benefícios são contabilizados de acordo com o CPC 33 (IAS 19) - Benefícios a Empregados. Os benefícios de curto prazo (ou seja, os benefícios que devem ser integralmente liquidados em até doze meses após o encerramento do período anual em que os empregados prestam os serviços relacionados) são classificados como passivo circulante (em "Outras contas a pagar") e registrados como despesa no exercício em que os empregados prestam os serviços relacionados (Nota 24). Os benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo são mensurados e reconhecidos conforme descrito na Nota 18.1.

(b) Mensuração de valor justo

A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado:

	Pré-IPO	Regular
Valor justo da opção na data da outorga (R\$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R\$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35	1,09
Volatilidade esperada (%)	29,02	27,20
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25	5,57
Prazo de vida esperada das opções (anos)	2,72	3
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

Volatilidade e rendimento de dividendos:

1. **Plano Pré-IPO:** sendo que a Companhia ainda não estava listada no momento da aprovação do plano, a Companhia definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, a Companhia adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação. A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo Banco Central para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%.

2. **Plano regular:** a Companhia utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pela Companhia no período de 2018.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo Banco Central para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 5,57%.

(c) Conciliação de opções de compra de ações em circulação

Os movimentos no plano de opções de ações no período foram os seguintes:

	Pré-IPO	Regular
Opções de ações pendentes em 1º de janeiro de 2022	2.626.971	3.159.255
(+) Opções concedidas no período	-	-
(-) Opções exercidas no período	(1.503.290)	-
(-) Opções canceladas no período	-	-
Opções de ações pendentes em 31 de dezembro de 2022	1.123.681	3.159.255

Nota 31.2. Planos de remuneração em ações

(i) Plano Grupo

Em 27 de fevereiro de 2019, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 14ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 17 de maio de 2016 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

Em 26 de fevereiro de 2020, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

Em 17 de fevereiro de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

Em 16 de fevereiro de 2022, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O funcionário poderá acessar as ações somente se permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e atingir determinadas metas. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

- Condições relacionadas à *performance* financeira (Resultado operacional corrente, Fluxo de caixa ajustado para as autorizações concedidas em 2019 e 2020, e Fluxo de caixa livre líquido para as autorizações concedidas em 2021 e 2022);
- Retorno total ao Acionista; e
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Os detalhes do plano de ações em 31 de dezembro de 2022 são demonstrados abaixo:

Data da Outorga	27 de fevereiro de 2019	26 de fevereiro de 2020	17 de fevereiro de 2021	16 de fevereiro de 2022
Data da Outorga ⁽¹⁾	27 de fevereiro de 2019	26 de fevereiro de 2020	17 de fevereiro de 2021	16 de fevereiro de 2022
Data do <i>vesting</i> ⁽²⁾	27 de fevereiro de 2022	26 de fevereiro de 2023	17 de fevereiro de 2024	16 de fevereiro de 2025

Total de número ações outorgadas na data de outorga

Número de ações outorgadas

Valor justo de cada ação (em €) ⁽³⁾

(1) Data da notificação (Data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).

(2) as ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do período do *vesting period* e se as condições de performance forem atingidas.

(3) Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*.

(ii) Plano Regular

Em 10 de novembro de 2020, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

Em 25 de agosto de 2021, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

Em 25 de maio de 2022, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O funcionário poderá acessar a totalidade das ações somente se permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e atingir determinadas metas. Caso o funcionário seja desligado sem justa causa, poderá acessar as ações pró-rata no final do *vesting period*. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada:

- Duas condições relacionadas à *performance* financeira (Resultado operacional corrente e Fluxo de caixa livre ajustado);
- Retorno total ao Acionista;
- Item relacionado à transformação digital da empresa; e
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

	Plano Local 2020	Plano Local 2021	Plano Local 2022
Número de ações autorizadas ⁽¹⁾	1.291.074	1.832.230	1.998.935
Número de ações outorgadas	1.028.221	1.556.541	1.998.935
Número de executivos elegíveis	80	124	125
Data da outorga ⁽²⁾	10/11/2020	25/08/2021	05/05/2022
Data do <i>vesting</i> ⁽²⁾	10/11/2023	25/08/2024	05/05/2022
Valor justo de cada ação (em R\$)	17,35	14,56	13,10

(1) número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 10 de novembro de 2020 (outorga 2021), 25 de agosto de 2021 (outorga 2021) e 25 de maio de 2022;

(2) as ações serão entregues de acordo com as regras definidas no Regulamento do plano aprovado pelo Conselho de Administração em 14/04/2020;

(3) Data em que os participantes são notificados sobre as características do plano.

	Plano Regular 2020	Plano Global 2021	Plano Regular 2021	Plano Global 2022	Plano Regular 2022
Número de ações autorizadas ⁽¹⁾	1.291.074	1.832.230	1.998.935	1.998.935	1.998.935
Número de ações outorgadas	1.028.221	1.556.541	1.998.935	1.998.935	1.998.945
Número de executivos elegíveis	80	124	125	125	125
Data da outorga ⁽²⁾	10/11/2020	25/08/2021	05/05/2022	05/05/2022	05/05/2022
Data do <i>vesting</i> ⁽²⁾	10/11/2023	25/08/2024	05/05/2022	05/05/2022	05/05/2022
Valor justo de cada ação (em R\$)	17,35	14,56	13,10	13,10	13,10

(1) número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 10 de novembro de 2020 (outorga 2021), 25 de agosto de 2021 (outorga 2021) e 25 de maio de 2022;

(2) as ações serão entregues de acordo com as regras definidas no Regulamento do plano aprovado pelo Conselho de Administração em 14/04/2020;

(3) Data em que os participantes são notificados sobre as características do plano.

	Plano Regular 2020	Plano Global 2021	Plano Regular 2021	Plano Global 2022	Plano Regular 2022
Número de ações autorizadas ⁽¹⁾	1.291.074	1.832.230	1.998.935	1.998.935	1.998.945
Número de ações outorgadas	1.028.221	1.556.541	1.998.935	1.998.935	1.998.945
Número de executivos elegíveis	80	124	125	125	125
Data da outorga ⁽²⁾	10/11/2020	25/08/2021	05/05/2022	05/05/2022	05/05/2022
Data do <i>vesting</i> ⁽²⁾	10/11/2023	25/08/2024	05/05/2022	05/05/2022	05/05/2022
Valor justo de cada ação (em R\$)	17,35	14,56	13,10	13,10	13,10

(1) número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 10 de novembro de 2020 (outorga 2021), 25 de agosto de 2021 (outorga 2021) e 25 de maio de 2022;

(2) as ações serão entregues de acordo com as regras definidas no Regulamento do plano aprovado pelo Conselho de Administração em 14/04/2020;

(3) Data em que os participantes são notificados sobre as características do plano.

	Plano Regular 2020	Plano Global 2021	Plano Regular 2021	Plano Global 2022	Plano Regular 2022
Número de ações autorizadas ⁽¹⁾	1.291.074	1.832.230	1.998.935	1.998.935	1.998.945
Número de ações outorgadas	1.028.221	1.556.541	1.998.935	1.998.935	1.998.945
Número de executivos elegíveis	80	124	125	125	125
Data da outorga ⁽²⁾	10/11/2020	25/08/2021	05/05/2022	05/05/2022	05/05/2022
Data do <i>vesting</i> ⁽²⁾	10/11/2023	25/08/2024	05/05/2022	05/05/2022	05/05/2022
Valor justo de cada ação (em R\$)	17,35	14,56	13,10	13,10	13,10

(1) número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 10 de novembro de 2020 (outorga 2021), 25 de agosto de 2021 (outorga 2021) e 25 de maio de 2022;

(2) as ações serão entregues de acordo com as regras definidas no Regulamento do plano aprovado pelo Conselho de Administração em 14/04/2020;

(3) Data em que os participantes são notificados sobre as características do plano.

Nota 32.1. Descrição dos planos de contribuição definida
Políticas contábeis
 Os benefícios pós-emprego são benefícios dos empregados que são pagos após a conclusão do emprego. Os planos de benefícios pós-emprego do Grupo incluem planos de contribuição definida e planos de benefícios definidos.

Planos de contribuição definida
 Os planos de contribuição definida são planos de benefícios pós-emprego nos quais o Grupo paga contribuições fixas em uma entidade separada responsável pela gestão administrativa e financeira do plano, bem como pelo pagamento de benefícios de tal forma que o Grupo não tem obrigação de pagar outras contribuições se os ativos do plano forem insuficientes.

Um passivo por contribuições para planos de previdência privada de contribuição definida é reconhecido como despesa com benefícios aos empregados na apuração do resultado para os períodos durante os quais os serviços são prestados aos empregados.

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo se puderem ser reembolsados ou se os pagamentos futuros puderem ser reduzidos.

Programas de saúde

O atual plano de benefício definido refere-se à assistência pós-emprego, conforme definido pela obrigação prevista na Lei nº 9656/98. O cálculo da obrigação do plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuariário qualificado usando o método de crédito unitário projetado.

Nossa controlada CCI e suas controladas mantêm um plano de pensão de contribuição definida para seus empregados, administrado pela Carrefourprev Sociedade de Previdência Complementar. As despesas dos patrocinadores totalizaram R\$ 10 milhões em 31

continuação

GRUPO
CARREFOUR
BRASIL

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

Introdução: De acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário e também na Resolução CVM nº 23/21, o Comitê de Auditoria Estatutário do Atacadão S.A. ("Companhia") deve, dentre outras atribuições, rever e fornecer opiniões para o Conselho de Administração sobre: (i) a manutenção ou alteração dos Auditores Independentes da Companhia (ii) as informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais da Companhia; (iii) o monitoramento dos procedimentos de controles internos da Companhia e de suas subsidiárias; (iv) a escolha das políticas e princípios contábeis da Companhia e de suas subsidiárias; (v) o monitoramento dos procedimentos de gerenciamento e avaliação de riscos internos e de suas subsidiárias e; (vi) o monitoramento e avaliação, em conjunto com a Administração e com o departamento de auditoria interna, da adequação das transações entre partes relacionadas. O Comitê de Auditoria é composto atualmente por três membros, os quais também são membros do Conselho de Administração.

Atividades: Durante o ano de 2022 o Comitê de Auditoria realizou quatro (4) reuniões ordinárias, com o principal propósito de, entre outros assuntos, (i) revisar as demonstrações financeiras da Companhia e as informações financeiras trimestrais, e (ii) revisar e fazer recomendações sobre as competências da área de Auditoria Interna, seu plano de trabalho, além de avaliar a suficiência da estrutura e orçamento da auditoria interna. Dentro das principais atividades do ano de 2022, o Comitê de Auditoria Estatutário acompanhou de perto as medidas adotadas pela administração da Companhia, juntamente com assessores externos especializados, no que diz respeito à aquisição e processo de integração do Grupo BIG Brasil S.A., cuja aquisição foi concluída pela Companhia em 06 de junho de 2022. O Comitê também tomou conhecimento sobre o relato dos auditores externos da Deloitte, em relação

às demonstrações financeiras trimestrais, mas também para entender e avaliar a metodologia do processo de auditoria, as áreas de foco em relação aos principais riscos, o cronograma do processo de auditoria e as alçadas de materialidade. Por fim, como parte de suas responsabilidades, o Comitê acompanhou de perto o plano de trabalho do Departamento de Auditoria Interna, incluindo o orçamento, o escopo dos trabalhos, assuntos de tecnologia da informação, gerenciamento de crises, recomendando alguns ajustes, quando necessário, orientando e avaliando a estrutura e equipe de forma a confirmar sua adequação às atividades exercidas, conforme requerido pelo Regulamento do Novo Mercado. Em cada reunião do Conselho de Administração, um relatório resumido das atividades do Comitê de Auditoria foi apresentado pelo Coordenador do Comitê e discutido com os membros do Conselho de Administração. **Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário referente às Demonstrações Financeiras:** Os membros do Comitê de Auditoria da Companhia examinaram as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia e com base no relatório preparado pela Deloitte Auditores Independentes, recomendaram a aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração para posterior envio à Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2023.

Matthieu Malige

Coordenador do Comitê de Auditoria

Claire Du Payrat

Membro do Comitê de Auditoria

Cláudia Filipa Henriques de Almeida e Silva Matos Sequeira

Membro Independente do Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Diretoria e Conselheiros do Atacadão S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atacadão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Atacadão S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para riscos tributários: *Porque é um PAA:* Conforme divulgado nas notas explicativas nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia está sujeita a fiscalização por parte das autoridades competentes e é parte envolvida em processos administrativos e judiciais no curso normal de suas atividades oriundas de diversas contingências tributárias.

A Diretoria da Companhia, junto a seus assessores jurídicos usa julgamento significativo para determinar a necessidade de reconhecimento das provisões e divulgações requeridas sobre os respectivos processos administrativos, judiciais e outros passivos contingentes. Os julgamentos significativos da Companhia incluem incertezas em certas premissas utilizadas para estimar a probabilidade e a mensuração da saída de caixa futura. Adicionalmente, a complexidade do ambiente tributário e eventuais alterações nas condições externas e posicionamento das autoridades tributárias, podem impactar de forma significativa nas provisões e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras. Desta forma, devido a relevância dos valores envolvidos, julgamento significativo e complexidade tributária, esse assunto requisitou um alto nível de julgamento do auditor independente e foi considerado um assunto principal em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados a identificação, monitoramento e avaliação dos processos tributários e determinação da probabilidade de perda dos riscos tributários; ii) a obtenção de cartas de confirmação diretamente dos assessores jurídicos externos da Companhia para avaliar os julgamentos efetuados pela Diretoria da Companhia sobre o risco de perda e valores dos processos tributários; iii) o envolvimento de nossos especialistas tributários e legal como suporte para avaliar os argumentos e julgamentos apresentados pela Diretoria e seus assessores jurídicos nos processos tributários mais significativos; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes que não foram refletidos pela Diretoria, e apesar de materiais no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, afetaram a mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os julgamentos exercidos e critérios adotados pela Diretoria para a provisão de riscos tributários, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Combinação de negócios: *Aquisição do Grupo BIG do Brasil.* *Porque é um PAA:* Conforme divulgado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras individuais e

consolidadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia obteve o controle do Grupo BIG. Tal transação de combinação de negócios foi registrada e divulgada a luz do CPC 15 - (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios.

Na mensuração dos efeitos contábeis registrado dessa transação de combinação de negócio a Diretoria, auxiliada por especialistas externos, adotou metodologias de avaliação que requerem a utilização de estimativas e julgamentos na mensuração dos respectivos valores justos e harmonização de práticas contábeis.

Devido às incertezas inerentes às estimativas e julgamentos utilizados pela Diretoria e seus especialistas externos na determinação das principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo de ativos e passivos adquiridos nessa combinação de negócios, incluindo ágio, e à complexidade inerente a esse processo, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) leitura dos documentos relacionados à transação de combinação de negócios, tais como contratos firmados entre as partes envolvidas, atas de reunião do Conselho de Administração e outras evidências formais que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle do negócio no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como na determinação do valor justo dos ativos e passivos correspondentes e respectivos ágios; (ii) com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliação da razoabilidade da metodologia determinada pela Companhia para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos; (iii) com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas na modelagem financeira e a exatidão e integridade das informações utilizadas, bem como dos cálculos efetuados, confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado; (iv) avaliação dos critérios e premissas adotadas para harmonização das políticas contábeis e dos seus reflexos registrados no balanço de abertura; (v) o envolvimento de nossos especialistas tributários, trabalhista e legal como suporte para avaliar os argumentos e julgamentos apresentados pela Diretoria e seus assessores jurídicos na avaliação das provisões para demandas judiciais; (vi) avaliação da adequação das divulgações apresentadas pela Companhia a luz do CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, os registros contábeis decorrentes dessa "Combinação de negócios" e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos: *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

Declaração dos Diretores Acerca das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instituição CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, os abaixo assinados, Diretores do **Atacadão S.A.** ("a Companhia"), Declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023.

Stéphane Maquire

Diretor-Presidente - Grupo Carrefour Brasil

Marco Aparecido de Oliveira

Diretor-Presidente - Atacadão

David Murciano

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Diretor de Relações com

Investidores - Grupo Carrefour Brasil

David Fernandes

Diretor Vice-Presidente de Finanças - Atacadão

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Fernando Stolf Litwin

Contador - CRC nº 1 SP 228416/O-5



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no

QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>